

EDIÇÃO ESPECIAL

VOLUME 34 | NÚMERO 86 | DEZEMBRO 2023

mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO



ARTIGO

A História da Velhice no Brasil: 60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

ENTREVISTA

Leci Brandão

PAINEL DE EXPERIÊNCIAS

As Pedras no Caminho



Sesc São Paulo

Av. Álvaro Ramos, 991
03331-000 São Paulo - SP
Tel.: +55 11 2607-8000
sescsp.org.br

mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

VOLUME

34

NÚMERO

86

DEZEMBRO

2023

ISSN

2358-6362

Produção técnica editada pelo
Sesc – Serviço Social do Comércio

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL

Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Luiz Deoclecio Massaro Galina

SUPERINTENDENTES

Técnico-social

Rosana Paulo da Cunha

Comunicação Social

Aurea Leszczynski Vieira Gonçalves

Administração

Jackson Andrade de Matos

Assessoria Técnica e de Planejamento

Marta Raquel Colabone

GERENTES

Estudos e Programas Sociais Flávia Andréa Carvalho

Artes Gráficas Rogério Ianelli

COMISSÃO EDITORIAL

Rosângela Barbalacco (coordenação), André Venancio da Silva, Adriana Reis Paulics, Adriano Alves Pinto Campos, Danilo Cymrot, Fabrício Leonardo Ribeiro, Fernanda Andrade Fava, Flavia Rejane Prando, Gabriela da Silva Neves, Gustavo Nogueira de Paula, Jair de Souza Moreira Júnior, Juliana Viana Barbosa, Mariana Barbosa Meirelles Ruocco, Octávio Weber Neto, Thais Helena Franco

CONTRIBUÍRAM NESTA EDIÇÃO

Carla Lira Mendes dos Santos (Sesc Memórias),
Sabrina dos Santos Rodrigues (Sesc Memórias),
Fabrício Leonardo Ribeiro (Sesc Memórias),
Vanessa de Oliveira França (CPA)

Editoração Thais Helena Franco

Produção Digital Lourdes Teixeira Benedan

Fotografias capa, pág. 8, 9, 142 a 147:

Helen Salomão; pág.108, 109, 111 e 114:

Acervo Sesc Memórias; pág. 104: Matheus

José Maria; pág. 110: Gabriel Cabral; pág. 136

e 137: Taba Benedicto; pág. 139: Jeff Dias;

pág. 140: Sesc Bertioga; pág. 149 e 150: Lília

Sampaio de Souza Pinto

Revisão Samantha Arana

Projeto Gráfico Marcio Freitas

e Renato Essenfelder

Artigos para publicação podem ser enviados para avaliação da comissão editorial no seguinte endereço:

revistamais60@sescsp.org.br

Mais 60: estudos sobre envelhecimento /
Edição do Serviço Social do Comércio. –
São Paulo: Sesc São Paulo, v. 34, n. 86,
Dezembro 2023 –.

Quadrimestral.

ISSN 2358-6362

Continuação de A Terceira Idade: Estudos
sobre Envelhecimento, ano 1, n. 1, set. 1988-
2014. ISSN 1676-0336.

1. Gerontologia. 2. Terceira idade. 3. Idosos.
4. Envelhecimento. 4. Periódico. I. Título. II.
Subtítulo. III. Serviço Social do Comércio.
CDD 362.604



CAPA

Helen Salomão

Fotógrafa e poetisa
contatohelensalomao@gmail.com

SUMÁRIO

- 1 PÁGINAS DE 8 A 33
Destaque da edição
A História da Velhice no Brasil: 60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios
por Lina Menezes
- 2 PÁGINAS DE 34 A 71
O Envelhecimento Populacional É um dos Principais Desafios da América Latina e do Caribe
por Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología (Coletivo Redip)
- 3 PÁGINAS DE 72 A 85
Envelhecimento e Desigualdades Raciais
por Camila Fernandes e Huri Paz
- 4 PÁGINAS DE 86 A 103
Direitos Humanos, Políticas Públicas e Envelhecimento
por Vicente de Paula Faleiros
- 5 PÁGINAS DE 104 A 117
A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo – Conexões entre Passado, Presente e Futuro
por Gerência de Estudos e Programas Sociais – Gepros
- 6 PÁGINAS DE 118 A 121
Eu Mereço Ser Feliz
por Janaina Cunha
- l PÁGINAS DE 122 A 135
Da Celebração do Tempo
por Geni Nuñez
- e PÁGINAS DE 136 A 141
ENTREVISTA: Leci Brandão
- f PÁGINAS DE 142 A 147
FOTOGRAFIA: Helen Salomão
- p PÁGINAS DE 148 A 150
PAINEL DE EXPERIÊNCIA: As Pedras no Caminho
por Lilia Sampaio de Souza Pinto
- r PÁGINAS DE 151 A 153
RESENHA: Velhices: Perspectivas e Cenário Atual na Pesquisa Idosos no Brasil
por Celina Dias Azevedo



Envelhecimento Ancestral

Luiz Deoclecio Massaro Galina

Diretor do Sesc São Paulo



Em 2023, o programa Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI) do Sesc completou 60 anos de existência. Ação pioneira desenvolvida pelos técnicos do Sesc São Paulo está, hoje, presente em todos os estados brasileiros, sob a coordenação do Departamento Nacional da entidade. A busca pelo bem-estar social, o olhar atento para as pessoas idosas e o espírito de pesquisa impulsionam os trabalhos desde tempos primordiais.

Esta edição da revista Mais 60 – Estudos sobre Envelhecimento foi concebida para comemorar o aniversário do programa, compartilhando

reflexões sobre as diversas temporalidades que coexistem em cada momento histórico. Considerando, como ensina Ailton Krenak, que o futuro é ancestral, a publicação se inspira na seguinte ideia: a velhice de amanhã é construída no agora e os frutos que colhemos hoje foram plantados pelos que vieram antes de nós.

Nesse contexto, é preciso considerar a multiplicidade de velhices e que envelhecer é uma questão social. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, que ainda apresenta grandes desafios sociais para sua população, as diferenças são acentuadas. Nosso passado escravista e colonial deixou marcas profundas no envelhecimento atual, principalmente nas populações negras e indígenas, seja na saúde, no acesso ao emprego e na geração de renda, bem como nas oportunidades ligadas à educação. Os sinais estão presentes em toda a América Latina: o continente envelheceu muito rapidamente e não planejou o futuro das pessoas idosas.

Importante lembrar também os avanços na busca pelos direitos dessa população, sendo que os marcos importantes são a Constituição Cidadã de 1988 e o Estatuto da Pessoa Idosa, que completou 20 anos em 2023, construídos com a participação das pessoas idosas. O Sesc também fez parte dessa história, promovendo os Encontros Nacionais de Idosos, realizados em diversas unidades do Sesc no final do século XX, cujas discussões colaboraram para a elaboração de políticas públicas.

Olhar para o futuro do envelhecimento é olhar para como cuidamos da velhice hoje. Um ensinamento dos técnicos que começaram esse caminho em 1963 e que buscaram referências nas nações mais envelhecidas do mundo. Hoje, torna-se necessário ampliar a diversidade de parâmetros, incluindo um olhar para as culturas ancestrais, trazidas pelas populações negras e indígenas. Elas mostram que a harmonia entre gerações é possível, e que a velhice é a conexão entre passado, presente e futuro. ☺



*Artigo
da capa*

A História da Velhice no Brasil: 60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

[Artigo 1, páginas de 8 a 33]





Lina Menezes

Formada em jornalismo, é diretora da Faz Muito Bem Saúde e Longevidade e do Tudo sobre Alzheimer. Membro do coletivo Velhices Cidadãs e do Grupo de Referência em Alzheimer (Graz); coautora do livro Direitos e Alzheimer.

linamenezes@fazmuitobem.com



RESUMO

A trajetória crescente da longevidade redesenha a demografia, impacta a sociedade e desencadeia novos paradigmas, conquistas fundamentais e incessantes desafios na realidade brasileira, porque sem precedentes: a população idosa – no Brasil, considerada com idade igual ou superior a 60 anos – passou de 3 milhões, em 1960, para os atuais 34 milhões, já representando 15% do total populacional de 203 milhões.

Esforços somados – avanços da medicina, pesquisas científicas, melhorias na qualidade de moradia e vida, nos sistemas de educação e informação, saúde e prevenção, políticas públicas e garantias legais – possibilitaram que a expectativa de vida média, de 52 anos na década de 1960, chegasse hoje a cerca de 77 anos. Crescimento formidável, mas não linear, num país tão grande em território e desigualdade social, e premido pelas urgências advindas desse fenômeno em curso.

A história da velhice no Brasil – contextualizada nos últimos 60 anos – convida a combatermos o idadismo estrutural e ampliarmos possibilidades para um envelhecimento saudável, ativo e inclusivo, promovendo a empatia intergeracional e valorizando o protagonismo social e produtivo da pessoa idosa. Uma construção social em benefício de todos, e já nos vislumbramos: seremos os novos centenários.

Palavras-chave: história da velhice; idadismo; envelhecimento; pessoa idosa; longevidade; conquistas sociais.

ABSTRACT

The ever-growing longevity redefines demography, reshapes society and triggers new paradigms, both major accomplishments and unceasing challenges in Brazilian reality, as unprecedentedly: elderly population – considered in Brazil as 60 years old or older – jumped from 3 million in 1960 to the present 34 million, already representing 15% of total 203 million population.

Multiple combined efforts – medicine advances, scientific research, improvement in housing, population livelihood, education and information systems, prevention and healthcare, public health politics and legal guarantees – enabled life expectancy expansion, from 52 years in the 60s to 77 years now adays. A formidable yet nonlinear growth, in a country with social inequality levels as vast as its territory, awarded with the urgencies granted by this ongoing phenomenon.

Brazilian elderly's history – put in context in the latest 60 years – is an invitation to battle structural ageism and expand possibilities for a healthy, active and in inclusive aging, promoting cross generational empathy and appraising the elderly social and productive protagonism. A social construct for the benefit of all, and a glimpse of what's to come: we will be the new centenarians.

Keywords: old age history, ageism, aging, elderly, longevity, social achievement.

Somos moços ou velhos muito mais em função de como pensamos o mundo, da disponibilidade com que nos damos, curiosos, ao saber, cuja procura jamais nos cansa e cujo achado jamais nos deixa satisfeitos ou imobilizados. Somos moços ou velhos muito mais em função da vivacidade, da esperança com que estamos sempre prontos a começar tudo de novo, se o que fizemos continua a encarnar sonho nosso.

Paulo Freire,

À sombra desta mangueira, reflexões sobre a velhice, 2012, p. 91.

O envelhecimento populacional é um fenômeno social observado no mundo inteiro. O que nos impacta é a velocidade com que o Brasil envelhece: hoje, 14,7% da população tem mais de 60 anos. Em 2050, serão 31%. Ou seja, em três décadas o país vai dobrar o número de pessoas idosas, uma marca que países de alta renda levaram mais de cem anos para alcançar.

Uma realidade que, de um lado, representa uma grande conquista social e, de outro, uma grande preocupação pois, em pouco tempo, o país precisa se preparar para atender, em todos os segmentos, os desafios que uma população de cabelos brancos requer, exige e merece.

O Brasil, assim, passou por transformações significativas na demografia e na forma como a sociedade lida com a velhice, tornando-se um dos países mais envelhecidos da América Latina. O que implica no desencadeamento de novos paradigmas e necessidades diante desse fenômeno em curso.

Este artigo destaca algumas das principais mudanças, bem como desafios e conquistas da história da velhice no Brasil, desde os anos 1960 até os dias atuais, nas esferas social, econômica e demográfica, o que inclui o universo artístico brasileiro, que, como veremos, mesmo influenciado no decorrer da evolução da sociedade, parece trilhar um percurso diferenciado da maioria dos demais segmentos.

O aumento na expectativa de vida, com certeza, representa uma conquista social, porém não linear nesse país territorialmente tão grande e com tamanhas desigualdades, o que acarreta experimentarmos um envelhecer com muita diversidade, contextualizando também nossas velhices plurais.

Com a diminuição das taxas de natalidade e mortalidade, e o aumento da expectativa de vida, temos invertido a pirâmide populacional, graças também aos avanços da medicina, do acesso ao saneamento básico e melhorias na qualidade de vida.



**A velhice precisa ser lugar comum a todos.
E, para tal, é fundamental termos clareza sobre o que conceitua
essa fase da vida que marca o envelhecimento humano com
mudanças físicas e orgânicas, emocionais e sociais.**

Se em 1960, a expectativa de vida média era de 52 anos, hoje, ela atinge cerca de 77 anos. E, segundo projeções da Organização Mundial da Saúde (OMS), poderá chegar a 88 anos em 2100. A população idosa – no Brasil, considerada com idade igual ou superior a 60 anos – passou de 3 milhões em 1960 para 7 milhões em 1975 e 14 milhões em 2002, um aumento de quase 500% em 40 anos. Entre 2012 e 2021, de acordo também com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse grupo etário chegou a 31,2 milhões de pessoas. E, mesmo com a tragédia causada pela pandemia de covid-19, o último censo aponta para 34 milhões de pessoas 60+, sendo cerca de 15% da população brasileira, que é composta de mais de 203 milhões de habitantes. Projeções indicam que em 2050 a população brasileira será de 253 milhões de indivíduos, a quinta maior população do planeta.

O fato incontestável é que essa longevidade sem precedentes apresenta desafios sociais e econômicos urgentes, com implicações nos segmentos da saúde, assistência social, previdência, educação, mercado de trabalho e políticas públicas, entre tantos outros. Um cenário que convida a oportunizarmos melhores possibilidades para um envelhecimento saudável, ativo e inclusivo, capaz de combater o idadismo (preconceito etário, neste caso, contra os mais velhos) e promover a empatia em conexões intergeracionais.

A velhice precisa ser lugar comum a todos.

E, para tal, é fundamental termos clareza sobre o que conceitua essa fase da vida que marca o envelhecimento humano com mudanças físicas e orgânicas, emocionais e sociais.

Alguns autores, como Debert (1988) e Bosi (1994), definiram o termo *velhice* como sendo a última etapa do ciclo da vida. Além de mudanças físicas que ocorrem no processo de envelhecimento, como rugas, cabelos brancos, perda na força muscular e na flexibilidade, amplia-se a possibilidade de doenças crônicas. Porém, nessa etapa da vida biológica, como em todas as demais, há de se considerar a dimensão

existencial, na qual se acumulam modificações da pessoa com o tempo e suas relações com o mundo. Ou seja, a velhice pode ser considerada uma construção social e, lamentavelmente, impregnada de preconceitos.

Vale também destacar que o processo de envelhecimento se dá por toda a vida, do nascimento à morte, e o que se busca é alcançarmos um envelhecimento saudável, definido pela OMS como o “processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional que permite o bem-estar na idade avançada”.

Trata-se de um processo natural no decorrer do tempo, porém com diferenças de um indivíduo para outro, a depender de inúmeros fatores tanto internos quanto externos, já que o estilo de vida e os hábitos adotados no meio em que se vive exercem forte influência nas condições biopsicossociais de cada um. Assim, o envelhecimento tem características específicas nos aspectos biológicos, sociais, psicológicos e espirituais, variando de acordo com o contexto e as escolhas do indivíduo em sua vida. Portanto, é correto afirmar que a velhice não é uma experiência homogênea.

A velhice é valorizada e respeitada ou desrespeitada e estigmatizada, dependendo dos contextos culturais. E da percepção da sociedade através do tempo, ora conferindo autoridade à pessoa idosa, ora lançando-a a uma condição de inferioridade por não mais exercer o poder da produtividade no mercado de trabalho e/ou pelas fragilidades vividas ou acometidas.

Os últimos 60 anos marcaram essencialmente a história da velhice no Brasil. Vamos jogar luz em acontecimentos que contextualizam mudanças, desafios e conquistas dessa jornada.

O INÍCIO DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Nos anos 1960 ainda éramos considerados um país predominantemente jovem, com uma expectativa de vida relativamente baixa, em torno de 52 anos. À época, por mais que a sociedade brasileira tivesse uma visão basicamente respeitosa da pessoa idosa, como fonte de sabedoria e experiência, o fato é que a velhice era, muitas vezes, sinônimo de vulnerabilidade, com poucos direitos e assistência limitada de saúde e prevenção por parte do Estado, cujo sistema de previdência social era incipiente.

A estrutura familiar era, frequentemente, multigeracional, com várias gerações morando sob o mesmo teto. As pessoas idosas desempenhavam papel ativo na estrutura familiar, não só como conselheiros, mas na educação e formação das crianças e jovens.

Artigo 1A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

Abrigos ou casas de repouso eram incomuns, pois cabia à família o apoio e o cuidado aos mais velhos. Mas a participação social era limitada, e sua força de trabalho menos comum.

O período foi impactado por eventos tão díspares quanto significativos e transformadores: de um lado, o regime militar que, a partir de 1964, sequestrou o poder do voto popular na escolha de seus representantes na política, limitou as liberdades democráticas e instaurou censura às formas de expressão individual; e, de outro, um amplo movimento de resistência, a contracultura, com o surgimento do movimento *hippie*, o tropicalismo e os protestos estudantis.

O Brasil, até então um país agrário, abrigava a maior parte de sua população no campo. Foi formidável o impacto oriundo do processo acelerado de migração para as cidades, da industrialização e da modernização do país.

A força da transformação também estava na cultura jovem, caso do tropicalismo, que defendia a liberdade criativa e a quebra de barreiras entre gêneros e formas artísticas. Caetano Veloso, Gilberto Gil e Tom Zé estiveram na linha de frente desse momento, junto com artistas visuais, escritores, poetas, cineastas. Na música, misturou influências de canções tradicionais, do rock e do pop estrangeiro, criando letras provocadoras, como forma de crítica social e política, e uma vanguarda artística.

O espírito de época refletiu-se na moda com a adesão a roupas mais informais, como jeans, minissaias, vestidos-tubinho coloridos e estampados. Entre a população idosa, eram usuais as camisas de colarinho amplo, coletes e suspensórios, ternos e gravatas largas para os homens; estampas discretas, mangas longas, pérolas e cabelos curtos e arrumados para as mulheres.

A década também foi marcada pelo surgimento da jovem guarda, encabeçada por cantores como Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Martinha e Wanderléa. Foi também a era do cinema novo, com filmes com forte carga político-social.

Entretanto, enquanto os jovens ganhavam destaque na cena cultural, para as pessoas idosas, em termos de lazer e entretenimento, as alternativas eram limitadas, focadas em encontros religiosos e festas familiares.

Foi quando o Serviço Social do Comércio (Sesc), atuando como instituição voltada para o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, incluindo suas famílias, passou a desenvolver ações voltadas ao trabalho social com pessoas idosas. Ações que foram se expandindo de acordo com as mudanças comportamentais da sociedade ao longo dos anos.



A velhice é valorizada e respeitada ou desrespeitada e estigmatizada, dependendo dos contextos culturais. E da percepção da sociedade através do tempo, ora conferindo autoridade à pessoa idosa, ora lançando-a a uma condição de inferioridade por não mais exercer o poder da produtividade no mercado de trabalho e/ou pelas fragilidades vividas ou acometidas.

Nos anos 1960, o Sesc passou a reconhecer a importância de atender às necessidades das pessoas idosas para além do assistencialismo que predominava à época. O primeiro grupo de convivência para pessoas idosas foi montado em 1963, com uma sucessão de atividades de lazer e recreação visando promover a socialização e a saúde dos idosos.

MUDANÇAS NOS PAPÉIS NA FAMÍLIA

Nos anos 1970 surgem os primeiros movimentos por reconhecimento e direitos específicos para essa parcela da população. Em 1978, foi fundada a Associação Brasileira de Gerontologia (ABG), um marco para a promoção do estudo e do cuidado aos idosos no país. Como na década anterior, o Brasil viveu num período de repressão política e censura. Isso moldou o comportamento das pessoas, fortalecendo atos de resistência e protestos. E a juventude, novamente, exerceu um papel de resistência, com o crescimento das comunidades *hippies* e do movimento feminista.

Melhorias nas condições de saúde, redução da mortalidade infantil e maior acesso a cuidados médicos também significaram um aumento na expectativa de vida, de 52 anos, em 1960, para 57 anos na década de 1970, segundo dados do IBGE.

Apesar desse aumento na expectativa de vida nos anos 1970, o Brasil ainda estava numa fase inicial de transição demográfica, com uma proporção relativamente baixa de idosos – de 5,8%, conforme o IBGE – em comparação com a população total.

Houve uma tendência de redução na taxa de natalidade. Um maior acesso das crianças à educação, e por mais tempo, influenciou a dinâmica e os valores familiares. Mais mulheres entraram no mercado de trabalho, o que levou ao aumento da renda familiar e a uma mudança nos papéis de gênero. As taxas de divórcio cresceram, refletindo alterações nas normas sociais em relação ao casamento e ao divórcio. Aliás, a



Nos anos 1960, o Sesc passou a reconhecer a importância de atender às necessidades das pessoas idosas para além do assistencialismo que predominava à época.

lei que permitiu o divórcio no Brasil foi aprovada em 1977, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 9. Antes, apenas a separação judicial era possível. Tais mudanças, influenciadas por fatores socioeconômicos e culturais, continuaram a evoluir nas décadas seguintes.

Em termos de direitos trabalhistas e previdência social foi promulgada uma nova Lei de Previdência Social em 1973, incluindo melhorias nas pensões para viúvas e órfãos, o que também beneficiou famílias idosas.

Acompanhando as necessidades das pessoas no início dos anos 1970, as unidades do Sesc de São Paulo e Campinas começaram a desenvolver cursos de preparação para a aposentadoria e de divulgação científica sobre cuidados com a saúde e o envelhecimento, bem como atividades educacionais, de lazer e esportivas nos mesmos moldes das universidades da terceira idade europeias.

Acontecimentos globais também impactaram o Brasil, além dos desafios econômicos (como as altas taxas de inflação) que moldaram o cenário da época: nos Estados Unidos, os movimentos feministas e pelos direitos dos homossexuais; movimentos de resistência em vários países, por igualdade, justiça social e mudanças políticas; a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética; conflitos na América Central e no Oriente; e a crise do petróleo.

Período marcado por mudanças culturais, desenvolvimento tecnológico nas telecomunicações e avanços dos movimentos sindical, estudantil e em defesa dos direitos humanos.

No Brasil, gêneros musicais diversos conviviam: a tropicália, combinando influências da música popular brasileira com elementos do rock; o samba e a bossa nova eram populares, com artistas como Elis Regina, Tom Jobim e Vinicius de Moraes; a jovem guarda também fazia sucesso; o rock brasileiro ganhou força com Raul Seixas e bandas como Os Mutantes. E um novo gênero, o disco, ganhou importância e influenciou a moda, com a popularização das discotecas e o surgimento de cantores e bandas, como As Frenéticas. Este último fez surgir uma estética festiva e hedonista, com roupas brilhantes que refletiam as luzes das pistas de dança, óculos e acessórios exagerados e cabelos

volumosos, convivendo com o estilo *hippie*, com tecidos naturais e roupas longas e fluidas. Calças boca de sino, bandanas e roupas com franjas e estampas psicodélicas também eram populares, assim como jeans desbotados e jaquetas de couro.

O cinema novo prosperou com diretores como Glauber Rocha, Cacá Diegues e Ruy Guerra. O filme *Macunaíma*, adaptação da obra homônima de Mário de Andrade, dirigido por Joaquim Pedro de Almeida e lançado em 1969, é considerado um marco no cinema e na representação da cultura popular brasileira.

A televisão virou uma plataforma central para a publicidade. O idoso começou a aparecer em anúncios de planos de previdência privada e produtos farmacêuticos. Novelas como *Selva de Pedra* (1972) e *Dancing Days* (1978) faziam sucesso, assim como programas de variedades como *Chacrinha* e *Fantástico*.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 FOI PROMULGADA GARANTINDO MAIS DIREITOS

A Constituição Federal de 1988 representou um avanço significativo no reconhecimento e proteção legal dos direitos das pessoas idosas no Brasil. Estabeleceu a Previdência Social para a população idosa, proibiu a discriminação por idade e promoveu a igualdade de direitos e deveres entre jovens e idosos.

Cenário na década de 1980, marcado pela redemocratização e diversidade cultural: campanha das diretas já e fim do regime militar, avanço das telecomunicações e conquistas sociais. A transição da ditadura militar à democracia trouxe crise econômica e inflação altíssima. Assim surgiram as lojas de departamentos, com opções de produtos mais baratos, feitos em escala industrial.

Mais mulheres ingressaram na educação superior e no mercado de trabalho, em posições antes dominadas por homens. A revolução tecnológica também abriu novas oportunidades nas áreas de tecnologia e informação. Em 1980, Luiza Erundina foi a primeira mulher eleita para a prefeitura de uma capital brasileira, em São Paulo.

A Constituição Brasileira de 1988 também reafirmou os direitos das mulheres e estabeleceu a igualdade de gênero como um princípio fundamental. O movimento feminista ganhou força em questões como igualdade salarial, direitos reprodutivos e combate à violência.

As pessoas idosas ganharam maior destaque durante a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), em 1982, e que produziu o Plano de Ação In-

Artigo 1

A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

ternacional de Viena sobre o Envelhecimento. Documento, aliás, que passou a balizar diretrizes e princípios para leis e políticas públicas, evidenciando o envelhecimento populacional como tema de suma importância no século XXI.

Nesse período, o acesso à aposentadoria se tornou mais facilitado, permitindo que um número maior de idosos brasileiros se obtivesse esse benefício.

Outro marco fundamental na evolução dos direitos e dos cuidados na saúde foi a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, melhorando o acesso para toda a população, inclusive com atendimento aos idosos buscando tratar e prevenir doenças crônicas.

Nesse panorama, o Sesc também intensificou seus esforços para cuidar da saúde dos idosos. Foram estabelecidos programas de promoção da saúde, incluindo palestras e exames preventivos.

E, no período, o comportamento cultural e artístico também determinava novas tendências de diversificação de estilos na música, como o rock nacional e o axé, refletindo a riqueza da cultura brasileira. Na mesma época, o hip-hop ganhou força, bem como a música pop, com artistas como Michael Jackson e Madonna. A música eletrônica também foi destaque com a música *dance*.

Apesar da crise no país, a indústria têxtil e de moda dos anos 1980 recebeu investimentos, tornando-se mais diversa e popular. E a maior tendência, a *new wave* ou moda *fitness*, inspirou-se na onda da geração saúde e na ginástica aeróbica.

Foi uma época de empoderamento feminino. O estilo também era caracterizado por roupas extravagantes, ombreiras e cores vibrantes, saias curtas, leggings, acessórios grandes, maquiagem colorida e chamativa. Na faixa adulta, terninhos com ombreiras, calças de cintura alta, cintos largos. A cultura do hip-hop também começou a influenciar a moda. E a moda brasileira passou a ser exportada.

As telenovelas estavam no auge, influenciando o comportamento e os valores sociais, e a publicidade se tornou mais diversificada e criativa. O idoso foi retratado em anúncios de produtos voltados para a terceira idade, como seguros de saúde e viagens.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO ESTABELECE 60 ANOS NA CLASSIFICAÇÃO

A década de 1990, no Brasil, foi um período de mudanças significativas em várias áreas, e envelhecer nessa conjuntura teve suas próprias características e desafios.

Os anos 1990 marcaram a abertura econômica do Brasil à globalização. Houve um aumento na exposição à cultura estrangeira, influenciando da moda ao comportamento de consumo e alimentação.

Em 1991, foi instituída a Carta de Princípios para Pessoas Idosas, tendo como base quatro segmentos para a valorização da pessoa idosa: independência, participação, cuidados e dignidade.

E, ainda que em países da Europa, por exemplo, idosos são aqueles com 65 anos ou mais, no Brasil, a Política Nacional do Idoso, lei nº 8.842, sancionada em 1994, definiu como pessoa idosa aquela maior de 60 anos de idade. E preconizou um atendimento diferenciado às necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas dessa população. Na sequência, em 1996, foi criado o Conselho Nacional do Idoso, fundamental para a ampliação dos direitos sociais das pessoas idosas.

Outro marco foi quando a Assembleia da ONU declarou, em 1999, o Ano Internacional do Idoso. Em função das repercussões do movimento de engajamento em prol do envelhecimento sob nova ótica, a pessoa idosa deixou de ser vista apenas como vulnerável e dependente, passando a dispor de uma bem-vinda imagem ativa e saudável.

Nesse período, a população convivia com altas taxas de inflação. No entanto, a implementação do Plano Real, em 1994, trouxe estabilidade econômica, o que afetou positivamente a qualidade de vida de muitos idosos.

Homens e mulheres passaram a buscar atividades de entretenimento e lazer, o que proporcionava melhor qualidade de vida. Assim, usufruíam de ações mais integradas nos centros de convivência do Sesc, que ofereciam uma gama completa de serviços, desde atividades culturais até cuidados de saúde.

Houve um aumento no acesso à educação formal na velhice durante essa década. Muitos idosos buscaram oportunidades de aprendizado, incluindo cursos universitários e programas de educação continuada.

O governo implementou reformas na Previdência Social e mudou regras de aposentadoria. Isso afetou o acesso dos idosos aos benefícios previdenciários. Todas as contribuições antes de 1994 passaram a não entrar no cálculo.

Artigo 1

A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

Em paralelo, os serviços de saúde continuaram a se expandir com a consolidação do SUS, melhorando o acesso aos cuidados de saúde para as pessoas idosas. E vale mencionar que, nesse período, ocorreram progressos significativos no tratamento do HIV-Aids.

Nesse contexto, a Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), criada através da portaria nº 1.395/1999, do Ministério da Saúde (MS), teve como foco a promoção do envelhecimento saudável, a prevenção de doenças, a recuperação da saúde e a reabilitação funcional, buscando promover a autonomia da pessoa idosa inserida na sociedade.

Outra questão que marcou o contexto da velhice foi a articulação entre os ministérios da Saúde e Educação, com o objetivo de instalar Centros Colaboradores de Geriatria e Gerontologia, localizados em instituições de ensino superior para capacitação de recursos humanos em saúde.

A tecnologia começou a desempenhar um papel importante e a popularização dos computadores pessoais, da internet e dos telefones celulares passou a conectar pessoas de todo o mundo.

A década de 1990 viu o surgimento do grunge, com bandas como Nirvana, bem como a explosão do pop e do hip-hop. E também a realização da primeira parada LGBT em São Paulo.

Na moda, jeans desgastados e camisetas soltas eram populares. A moda minimalista também teve seu momento. A modernidade surgiu como um processo de eliminação: detalhes mínimos, costuras mínimas. Calças bag, macacões, tênis... Época das supermodelos. Com o plano Collor, o mercado nacional abriu as importações e transformou marcas de luxo estrangeiras em itens de desejo.

Enquanto isso, a estrutura familiar multigeracional ainda era comum, proporcionando apoio social e econômico aos idosos. A família desempenhou um papel importante no cuidado e suporte aos mais velhos.



A Constituição Brasileira de 1988 também reafirmou os direitos das mulheres e estabeleceu a igualdade de gênero como um princípio fundamental. O movimento feminista ganhou força em questões como igualdade salarial, direitos reprodutivos e combate à violência.

O ESTATUTO DA PESSOA IDOSA E A MUDANÇA DE PARADIGMA

O ponto alto da década de 2000 foi a promulgação do Estatuto do Idoso, em 1º de outubro de 2003, posteriormente nominado Estatuto da Pessoa Idosa. Esse marco legal estabeleceu direitos específicos para os idosos, como a prioridade de atendimento em órgãos públicos, transporte gratuito e medidas de combate à violência e ao abuso. Foi quando, inclusive, surgiu o Benefício da Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), garantindo um salário mínimo a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade econômica.

O Estatuto da Pessoa Idosa possui 118 artigos que consolidam os direitos conferidos pelas diversas leis federais, estaduais e municipais referentes à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à habitação, ao transporte, à fiscalização de entidades de atendimento e à tipificação de crimes contra a pessoa idosa. Referendando, portanto, as premissas para o combate ao idadismo, contra qualquer tipo de exclusão e discriminação às pessoas com 60 anos ou mais.

O aumento continuado da expectativa de vida trouxe mais desafios econômicos significativos, incluindo o financiamento da Previdência Social. O Brasil começou a enfrentar questões relacionadas à sustentabilidade do sistema previdenciário e à necessidade de reformas.

A expansão da indústria e tecnologia da informação e serviços, bem como um aumento no empreendedorismo, marcaram também a disseminação das redes sociais e dos smartphones, transformando o modo como as pessoas se comunicam e compartilham informações.

Enquanto em Madri, em 2002, acontecia a Segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas sobre o Envelhecimento, com o objetivo de desenvolver uma política internacional para o envelhecimento no século XXI – dando prioridade às pessoas mais velhas, melhorando sua saúde e bem-estar, assegurando habilitação e ambientes de apoio –, no Brasil, eventos científicos como o Encontro Internacional de Gerontologia e o Encontro Nacional de Idosos marcaram época.

A população idosa continuou a crescer com os avanços na medicina, com maior ênfase na qualidade de vida na velhice e com a expansão de programas específicos de atenção à saúde do idoso. Nesse processo, em 2004, foi criada a Política Nacional de Assistência Social (Pnas).

Outra questão que passou a ficar mais evidente com o envelhecimento populacional foi a necessidade de cuidados de longo prazo para idosos. Isso levou a um aumento de ações de promoção do envelheci-

Artigo 1

A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

mento ativo e saudável, com reforço da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) de 2006 e em consonância com princípios e diretrizes do SUS, direcionando medidas individuais e coletivas em todos os níveis de atenção à saúde.

Houve progressos na pesquisa genômica e no desenvolvimento de terapias inovadoras, bem como o crescimento de movimentos e esforços de conscientização ambiental e conservação em prol da qualidade de vida.

E o sistema de previdência social foi expandido com a implementação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que passaram a beneficiar idosos em situação de vulnerabilidade econômica. Porém, é importante mencionar que muitas pessoas idosas, mesmo aposentadas, prosseguiram trabalhando, seja por necessidade financeira ou por escolha pessoal.

Nesse período, houve uma intensificação de programas de educação continuada associados a cursos universitários voltados para a chamada terceira idade.

Foram também muitos os desafios sociais influenciados por eventos como os ataques de 11 de setembro de 2001 – que tiveram impacto significativo na segurança global – e a guerra no Iraque.

Na música, forte influência internacional do pop e do hip-hop, que crescia em popularidade. Na moda, jeans de cintura baixa e roupas esportivas eram comuns. O estilo emo ganhou popularidade entre os jovens.

A década de 2000 acrescentou opções de lazer e cultura para os idosos, com uma variedade de atividades recreativas, como dança, música, artes e esportes adaptados.

O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Com a chegada da década de 2010, as estatísticas de envelhecimento se tornaram mais evidentes. Enquanto a população idosa crescia, o Brasil se preparava para uma nova realidade demográfica.

O período também trouxe uma crescente conscientização sobre questões de gênero, diversidade e inclusão. Movimentos feministas e LGBTQIAP+ ganharam destaque. O casamento igualitário foi reconhecido em maio de 2013. No mesmo ano, o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) incluiu diretrizes específicas para garantir os direitos dos idosos, promovendo o envelhecimento ativo e a participação social.

O Brasil já estava em consonância com as discussões internacionais em função do envelhecimento populacional, acompanhando, por exemplo, em 2015, a Convenção Interamericana sobre os Direitos das Pessoas Idosas. Mas, internamente, os desafios sociais, como a desigualdade econômica e a violência, eram temas importantes de debate e providências, somados a novos desafios relacionados à saúde e à previdência social para a população idosa. E a discussão sobre a reforma da previdência ganhou destaque.

A tecnologia verde também passa a ser pauta de discussão, pelo crescimento da energia renovável e esforços para combater as mudanças climáticas, num mundo ainda mais fragilizado pela crise global de refugiados.

O avanço tecnológico e a consolidação da era digital trouxeram pontos positivos e outros nem tanto. O rápido compartilhamento de informações falsas (fake news) e a consequente desinformação se tornaram um desafio para a sociedade, afetando muito a população idosa, inclusive. De outro lado, ajudou a promover sua inclusão digital. E o Sesc fez parte de todo esse novo cenário, oferecendo cursos de informática e atividades relacionadas à tecnologia para garantir que as pessoas idosas pudessem se manter conectadas e informadas.

Nesse período, o *streaming* tornou-se a principal forma de consumo de música.

A moda hipster ganhou destaque, com roupas vintage e influências indie. A sustentabilidade e a moda ética começaram a ser valorizadas.

E, no comportamento, a tendência *ageless* passou a propor uma moda sem idade e celebrar a beleza das pessoas idosas. Fashionistas, modelos e estilistas defendem o movimento. Gente que conta muitos anos vividos chama atenção na internet pelo estilo ousado, vida ativa, libertária e criativa: são influenciadores digitais. Demonstrem maior autoconhecimento e adotam um estilo próprio, confortável e divertido



O período também trouxe uma crescente conscientização sobre questões de gênero, diversidade e inclusão. Movimentos feministas e LGBTQIAP+ ganharam destaque. O casamento igualitário foi reconhecido em maio de 2013.

Artigo 1

A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

diante do pode ou não pode da moda. São os *pleasure growers*: refutam o comportamento tradicional da terceira idade de décadas anteriores e redescobrem os valores de seus sonhos, paralelamente à experiência e maturidade adquirida.

O que não se esperava é que uma pandemia atingisse o mundo. A covid-19, que começou em 2019, fez muitas vítimas no Brasil também entre idosos, e teve impacto profundo no comportamento, com medidas de distanciamento social e trabalho remoto afetando a interação social, a economia e a dinâmica do país.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

De 2020 em diante, lidamos com as mudanças visíveis no jeito de estar, trabalhar, se divertir e conviver, com a continuidade da imposição de isolamento principalmente às pessoas idosas e grupos imunossuprimidos, mais suscetíveis a complicações na pandemia de covid-19.

No cenário artístico, a música *on-line* e as redes sociais desempenharam um papel importante diante da falta da convivência presencial e, ainda, na descoberta de novos talentos. E filmes de *streaming* e vídeo sob demanda ganharam destaque.

A pandemia influenciou a moda, tornando o conforto e a praticidade mais importantes. A moda sustentável e o comércio *on-line* ganharam força.

Atualmente, grandes e significativos desafios do envelhecimento da população incluem a garantia de serviços de saúde de qualidade, o cuidado de longo prazo para pessoas idosas fragilizadas – com maior oferta de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) –, além de centros de convivência, moradia adequada, sustentabilidade da previdência social e aposentadoria, educação ao longo da vida, maior acessibilidade e ações que promovam a inclusão digital e social.

Por outro lado, há um número crescente de pessoas, além dos 60 anos, com autonomia produtiva e dispostas a prosseguirem no mercado de trabalho e em sua contribuição à sociedade. Portanto, é preciso atender à necessidade de oferecer empregabilidade às pessoas idosas e proporcionar instrumentos que auxiliem na promoção de sua capacidade de empreender. São questões urgentes que dizem respeito a oportunidades de ganhos, o que, para muitos, traduz uma real necessidade de complementar a aposentadoria.

Ainda há o que se lamentar. Seja pelo impacto da covid-19, pelo idadismo ou pela exclusão social e péssimas condições de vida – não são poucas as pessoas que, ao envelhecerem, são ainda submetidas a uma grande gama de violência.

Conforme relatório da OMS, as taxas mais altas de suicídio são de pessoas com mais de 70 anos. A cada ano, mais de 800 pessoas tiram suas próprias vidas, uma a cada 40 segundos.

O movimento *black lives matter*, iniciado nos Estados Unidos, levou a discussões e reformas em relação à justiça social. E inspirou o movimento Vidas Idosas Importam.

Nesse contexto, o Sesc continua a evoluir em resposta aos desafios atuais. Adaptações para o ambiente virtual, cuidados com a saúde mental e a promoção do envelhecimento ativo são áreas de destaque em suas iniciativas.

A experiência na troca entre as gerações é ingrediente já verificado como altamente necessário na construção de uma sociedade mais justa. O Sesc tem feito sua parte ao promover a integração entre diferentes gerações por meio de atividades que envolvem idosos, crianças e jovens, o que fortalece também os laços familiares. Aliás, a pluralidade da velhice vem sendo tratada de forma transversal no Sesc, com programas de educação não formal e permanente para o desenvolvimento de um olhar mais adequado acerca da velhice e do envelhecimento.

Diga-se de passagem: essa forma de encarar e tratar o envelhecimento deveria ser transposto para o campo da política. Porém, indiferentes ao combate ao idadismo, mais de 70% dos eleitores norte-americanos deixam claro, em pesquisas recentes, que estão empacados na questão da idade e que isso pode ser um fator impeditivo tanto para o atual presidente Joe Biden, de 80 anos, que mira a reeleição, quanto para seu principal adversário, Donald Trump, de 77 anos. Até pela atenção que dedicamos ao que acontece em território norte-americano, o mesmo idadismo pode atingir candidatos brasileiros nas próximas eleições.

Estamos acostumados com o Congresso Nacional brasileiro, frequentemente renovado por políticos jovens. Mas, no Congresso norte-americano, se o limite de idade fosse de 70 anos, mais de 70% dos integrantes do Senado, por exemplo, ficariam de fora. Se e como os eleitores brasileiros expressarão o preconceito de idade, a história proximamente nos dirá.



... a pluralidade da velhice vem sendo tratada de forma transversal no Sesc, com programas de educação não formal e permanente para o desenvolvimento de um olhar mais adequado acerca da velhice e do envelhecimento.



Muitos são os segmentos que ainda esbarram no idadismo no Brasil. Seja na política, na economia, na educação ou na saúde, portanto faz-se urgente a necessidade de políticas públicas que contemplem a população idosa já existente e as futuras. Levando em consideração, além da heterogeneidade no envelhecer, o aumento no grupo de 80+: a população considerada idosa também está envelhecendo, como salientam Camarano et al. (2004).

Mas, assim como nos Estados Unidos, não há exigência de idade máxima para ser presidente no Brasil, mas apenas de idade mínima, de 35 anos, para assumir os cargos de presidente, vice-presidente e de senador. A Constituição Brasileira também prevê idade mínima de 30 anos para governador e vice-governador; de 21 anos para deputado federal, estadual e distrital, prefeito e vice-prefeito; e de 18 anos para vereador.

Muitos são os segmentos que ainda esbarram no idadismo no Brasil. Seja na política, na economia, na educação ou na saúde, portanto faz-se urgente a necessidade de políticas públicas que contemplem a população idosa já existente e as futuras. Levando em consideração, além da heterogeneidade no envelhecer, o aumento no grupo de 80+: a população considerada idosa também está envelhecendo, como salientam Camarano et al. (2004).

Esforços devem ser concentrados para implementar completamente o que prevê o Estatuto da Pessoa Idosa, tal qual o ritmo acelerado do envelhecimento populacional exige. Há muitas lacunas na prática, como destaca Faleiros (2016).

Estamos, como podemos ver nos últimos 60 anos, em evolução permanente. Mas, muitas perguntas sem respostas ainda desassossegam o coração. O medo da solidão preocupa, bem como o sentimento – impulsionado pelo idadismo – de sentir-se obsoleto. As transformações sociais, nas últimas décadas, resultaram em um novo cenário: temos muitos idosos cuidando de idosos, pessoas que envelhecem longe da família, além de muitos serem institucionalizados sem visitas regulares, afetando seu bem-estar emocional e psicológico.

O envelhecer com felicidade pressupõe a oportunidade de continuar aprendendo ao longo da vida, aceitar o processo de envelhecimento e adotar medidas que promovam a autonomia, mantendo a capacidade de tomar decisões, renovar sonhos e fazer escolhas. O que, certamente, implica em assumir o protagonismo da própria vida, ter conhecimento sobre os próprios direitos e ocupar o devido lugar na sociedade.

AFINAL, HÁ HORA CERTA DE PARAR?

Quem sempre foi socialmente ativo tem a liberdade de decidir a hora certa de parar? Ou de prosseguir plenamente, no exercício de suas atividades, independentemente de idade?

Curioso observar como essa liberdade é aparentemente menos ou nada questionada por imposições sociais no território da arte, na música, em especial. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Paulinho da Viola e Dori Caymmi representam, bem visíveis, um time numeroso que, ultrapassando a marca dos 80 anos, prossegue com shows nos palcos da vida e em turnês de viagens. Leny Andrade, Olivia Hime e Sueli Costa engrossam o time de cantoras octogenárias.

Por outro lado, nomes reconhecidos e em atividade artística parecem raros privilegiados a se expressarem independente e plenamente em suas vontades. Em 2023, aos 80 anos, Helô Pinheiro, eternizada garota de Ipanema por Vinicius de Moraes, postou sua foto de biquíni. Susana Vieira, também nessa idade, só não participou do Carnaval por ter quebrado um dedo do pé – anúncio feito por ela mesma, de bota ortopédica, enquanto apresentava o monólogo *Shirley Valentine*, em janeiro último, em São Paulo. Atrizes como Fernanda Montenegro, aos 93 anos, Laura Cardoso, aos 95, e Nathalia Timberg, aos 93 – as três com perfil ativo no Instagram –, seguem inspirando admiradores de todas as idades.

Mas, por que a arte nos passa a ideia de um território idealmente fértil à expressão da criatividade e, ao mesmo tempo, um lugar de trabalho à parte da sociedade, menos restritivo, mais livre, independentemente do acúmulo de anos? Nesse sentido, a arte educadora Fayga Ostrower defende que “em nossa época, é bastante difundido este pensamento: arte sim, arte como obra de circunstância e de gosto, mas não arte como engajamento de trabalho... Retirando à arte o caráter de trabalho, ela é reduzida a algo de supérfluo, enfeite talvez porém prescindível à existência humana”.



Curioso observar como essa liberdade é aparentemente menos ou nada questionada por imposições sociais no território da arte, na música, em especial. Caetano Veloso, Gilberto Gil, Paulinho da Viola e Dori Caymmi representam, bem visíveis, um time numeroso que, ultrapassando a marca dos 80 anos, prossegue com shows nos palcos da vida e em turnês de viagens. Leny Andrade, Olivia Hime e Sueli Costa engrossam o time de cantoras octogenárias.

Assim como discorda do senso comum de que a arte é desprovida de trabalho – ou trabalhe menos seriamente –, ela também refuta que a criatividade seja um privilégio do fazer artístico: é “um potencial inerente ao homem, e a realização desse potencial uma de suas necessidades”. Ou seja, “o ser humano elabora seu potencial criador através do trabalho, no contexto cultural”. O que, em nossa presente realidade, nem sempre é possível. Para ela, quais seriam as consequências dessa impossibilidade?

Ao contrário, o homem contemporâneo, colocado diante das múltiplas funções que deve exercer, pressionado por múltiplas exigências, bombardeado por um fluxo ininterrupto de informações contraditórias, em aceleração crescente que quase ultrapassa o ritmo orgânico de sua vida, em vez de se integrar como ser individual e ser social, sofre um processo de desintegração. Aliena-se de si, de seu trabalho, de suas possibilidades de criar e de realizar em sua vida, conteúdos mais humanos. (OSTROWER, F., 1991)

Imprescindível considerar que a não alienação de si mesmo deve ser o valor primordial ao alcance de todo ser humano, assim como uma vida com completude e longeva.

Atualmente – como destaca a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) –, na Década do Envelhecimento Saudável 2021-2030, declarada pela Assembleia da ONU, são imprescindíveis o envolvimento e os esforços conjuntos dos governos, sociedade civil, agências internacionais, equipes profissionais, academias, meios de comunicação social

e setor privado. Afinal, o objetivo é construir uma sociedade melhor, mais justa, inclusiva e fértil para todas as idades.

E para avançarmos nas conquistas no futuro, é fundamental, como preconiza a ONU, que a abordagem do envelhecimento ativo esteja baseada no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas e nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorrealização.

Por fim, cabe aqui a ênfase de Alexandre Kalache – presidente do Centro Internacional de Longevidade Brasil e ex-diretor de Longevidade da OMS – quando diz: precisamos de saúde para ter qualidade de vida; conhecimento, que vamos acumulando e devemos estender ao longo da vida; capital social, que é conviver com bom-humor com as pessoas; capital financeiro, importante, mas que poucos conseguem acumular; e viver com propósito. E, de preferência, começar a se preparar para a velhice aos 20, que é muito melhor do que começar aos 50. Mas, sempre é tempo, sempre terá ganhos!

O melhor que pode nos acontecer – e está acontecendo – é envelhecer. Uma jornada e tanto em curso, desde os idos de 1900, quando não passávamos dos 33 anos, até hoje, quando tem se tornado realidade convivermos cada vez mais com centenários. Sinal dos tempos, em especial, dos últimos difíceis mas emblemáticos 60 anos de história da velhice no Brasil.



O melhor que pode nos acontecer – e está acontecendo – é envelhecer. Uma jornada e tanto em curso, desde os idos de 1900, quando não passávamos dos 33 anos, até hoje, quando tem se tornado realidade convivermos cada vez mais com centenários. Sinal dos tempos, em especial, dos últimos difíceis mas emblemáticos 60 anos de história da velhice no Brasil.

Artigo 1A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALESP. *O percurso da democracia brasileira*, 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=281038>. Acesso em: 18 set. 2023.
- ALVES, J. E. D; GALIZA, F. Democracia e economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI, mai. 2022. Disponível em: https://ens.edu.br:81/arquivos/Livro%20Demografia%20e%20Economia_digital_2.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº 10.741, de 1. de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais n. 1/92 a 35/2001 e pelas emendas constitucionais de revisão; n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, p. 24, 2002.
- BRASIL. *Estatuto da Pessoa Idosa*. Lei nº 10.741, de 1. de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/pessoa-idosa/estatuto-da-pessoa-idosa.pdf/view>. Acesso em: 24 set. 2023.
- BRASIL. *Divórcio*: emenda constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224160>. Acesso em: 20 set. 2023.
- BRASIL Paralelo. *O que é o movimento black lives matter?* Entenda a polêmica da segregação atual, 2023. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/black-lives-matter>. Acesso em: 16 set. 2023.
- BRASIL. Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999. *Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências*. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/Portaria%20NR%201395-99%20Politica%20Nac%20Saude%20Idoso.pdf>. Acesso em 23 set. 2023.
- CAMARANO et tal. Envelhecimento da população brasileira: contribuição demográfica. *Tratado de geriatria e gerontologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 2-25, 2022.
- CNN. *Censo 2022 indica redução da população brasileira entre 2030 e 2040; especialistas citam desafios*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/censo-2022-indica-reducao-da-populacao-brasileira-entre-2030-e-2040-especialistas-citam-desafios/>. Acesso em: 23 set. 2023.
- CONSELHO Nacional de Justiça (CNJ). *Resolução reconhece há nove anos casamento entre pessoas homoafetivas*, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/resolucao-reconhece-ha-nove-anos-casamento-entre-pessoas-homoafetivas/>. Acesso em: 12 set. 2023.

- CORREIO Braziliense. *A tendência ageless propõe moda sem idade e celebra a beleza dos idosos*, 2017. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/revista/2017/05/21/interna_revista_correio,596429/a-tendencia-ageless-propoe-moda-sem-idade-e-celebra-a-beleza-de-idosos.shtml. Acesso em: 12 set. 2023.
- DARDENGO, C. F. R.; MAFRA, S. C. T. Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação? *Revista de Ciências Humanas*, v. 18, n. 2, jul.-dez. 2018.
- FALEIROS, V. P. *Violência contra idosos, ocorrências, vítimas e agressores*. Brasília: Editora Universal, 2013.
- FIOCRUZ. *Alexandre Kalache: a melhor coisa que pode nos acontecer é envelhecer*, 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/52103>. Acesso em: 20 set. 2023.
- FREIRE, P. *À sombra desta mangueira, reflexões sobre a velhice*. São Paulo: Paz & Terra, p. 91, 2012.
- GLOBO G1. *Expectativa de vida no país sobe de 25,4 anos de 1960 a 2010, diz IBGE*, 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/expectativa-de-vida-no-pais-sobe-254-anos-de-1960-2010-diz-ibge.html#:~:text=06%2F2012%2010h01-,Expectativa%20de%20vida%20no%20pa%C3%ADs%20sobe%2025%2C4%20anos,1960%20a%202010%2C%20diz%20IBGE>. Acesso em: 14 set. 2023.
- GLOBO G1. *Americanos expõem o etarismo em relação a Biden e Trump*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/post/2023/09/08/americanos-expoem-o-etarismo-em-relacao-a-biden-e-trump.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4%, de 2012 a 2021*, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 22 set. 2023.
- INSTITUTO de Geografia e Estatística (IBGE). *População brasileira envelhece em ritmo acelerado*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13577-asi-ibge-populacao-brasileira-envelhece-em-ritmo-acelerado>. Acesso em: 17 set 2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico*, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 24 set. 2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 24 set. 2023.
- INSTITUTO de Longevidade. *Mudança na estrutura etária brasileira: população idosa aumenta e percentual de jovens diminui*, 2023. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/longevidade-e-trabalho/carreira/mudanca-na-estrutura-etaria-brasileira>. Acesso em: 23 set. 2023.

Artigo 1

A História da Velhice no Brasil:
60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios

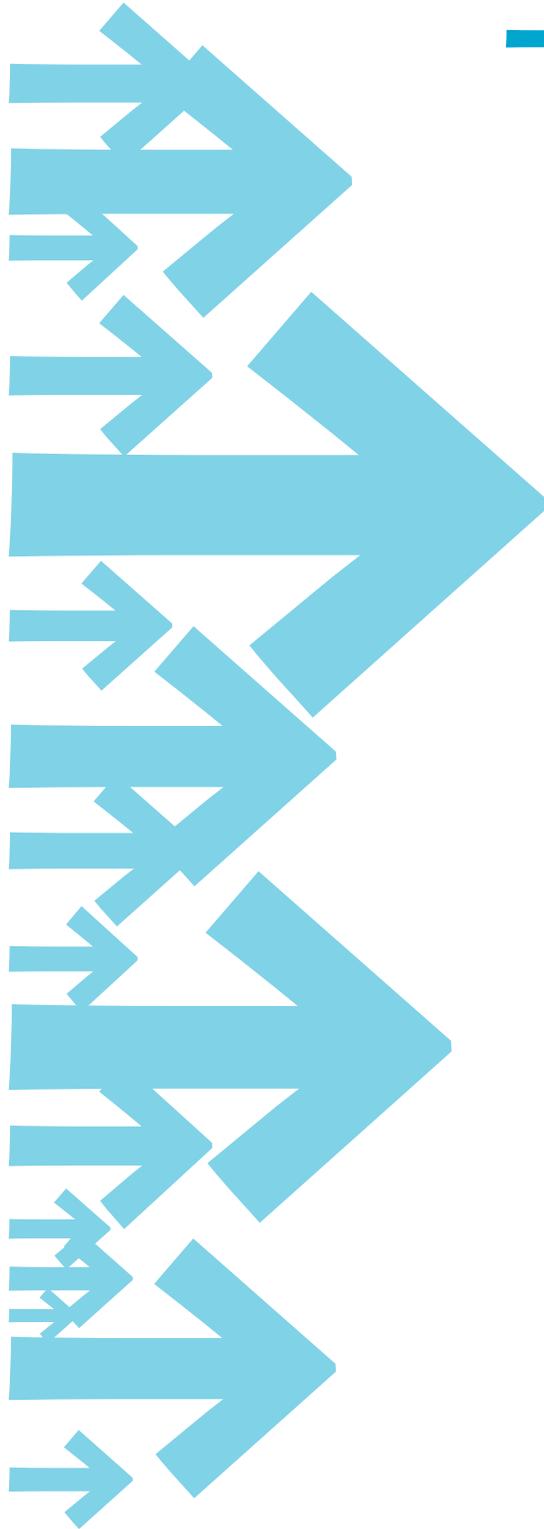
- JARDIM, V. C. F. S.; MEDEIROS, B. F.; BRITO, A. M. Um olhar sobre o processo de envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice, 2006. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 9 (2), mai.-ago. 2002 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/tzGHq3mphTxj5jtvX5pRM6z/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2023.
- JORNAL da USP. Brasil precisa atender às demandas da população 60+, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/brasil-precisa-atender-demandas-da-populacao-60-que-cresce-rapidamente/>. Acesso em: 20 set. 2023.
- MACHADO, M. G. F.; BIANCHI, M.; MENEGÓCIO, A. M.; ZAGO, G. M. Desconstruindo a imagem do idoso nos meios midiáticos. *Revista Kairós Gerontologia*, 17(4), p. 211-223, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairós/article/view/23868>. Acesso em: 15 set. 2023.
- MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences, 2016. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/MT7nmJPPRt9W8vndq8dpzDP/?lang=en>. Acesso em: 15 set. 2023.
- MORACE, F. *Consumo autoral: os novos núcleos geracionais*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, p. 112, 2009.
- MUNDO da música. Linha do tempo da música brasileira: 1960 a 2000. Disponível em: <https://blog.mundodamusica.com.br/linha-do-tempo-da-musica-brasileira/>. Acesso em: 16 set. 2023.
- ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde (OMS). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde* (resumo), 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.
- ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde (OMS). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*, Brasília, 2005. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 24 set 2023.
- ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde (OMS). *Relatório mundial sobre o idadismo: resumo executivo*, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789240020504#:~:text=O%20idadismo%2C%20que%20%C3%A9%20causar%20preju%C3%ADzos%2C%20desvantagens%20e%20injusti%C3%A7as>. Acesso em: 18 set. 2023.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). *Plano de ação internacional contra o envelhecimento*. Organização das Nações Unidas, trad.: Arlene Santos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003, 49 p., (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1). Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.
- ORGANIZAÇÃO Pan-Americana de Saúde (OPAS). *Histórico da pandemia de covid-19*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 15 set. 2023.

- ORGANIZAÇÃO Pan-Americana de Saúde (OPAS). Década do envelhecimento saudável nas Américas (2021-2030). Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em: 22 set. 2023.
- OSTROWER, F. Criatividade e processos de criação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- PNUD Brasil. Por um desenvolvimento humano, inclusivo e sustentável. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 16 set. 2023.
- POLITIZE. *Ditadura militar no Brasil*, 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Acesso em: 15 set. 2023.
- PRADO, L. A.; BRAGA, J. *História da moda no Brasil: das influências às autorreferências*. São Paulo: Disal, 2012.
- CACHIONI, M.; FLAUZINO, K. L. Aprendizagem ao longo da vida e a educação não formal para as pessoas idosas. *Revista Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*, p. 8-29, 2023.
- SOCIEDADE Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). *O que o censo de 2022 nos diz sobre o envelhecimento no Brasil?* 2023. Disponível em: <https://sbgg.org.br/o-que-o-censo-de-2022-nos-diz-sobre-o-envelhecimento-no-brasil/#:~:text=O%20censo%20de%202022%20divulgado,hoje%20representa%2015%2C1%25>. Acesso em: 21 set. 2023.
- TAFNER, P. Desafios e reformas da previdência social brasileira. *Revista da USP*, São Paulo, n. 93, p. 137-156, mar.-abr.-mai. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45008>. Acesso em: 2 out. 2023.
- TELLES, S. M. B. A população idosa brasileira dos anos 90 e alguns aspectos da ampliação de cobertura da previdência social, 2002. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1254/1218>. Acesso em: 20 set. 2023.
- UNAIDS. *Estatísticas*. Disponível em: <https://unids.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 16 set. 2023.
- UOL. *Crise financeira: um colapso que ameaçou o capitalismo*, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/10/10/crise-financeira-colapso-que-ameacou-o-capitalismo.htm>. Acesso em: 13 set. 2023
- UOL. *Crise dos refugiados*. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/crise-dos-refugiados.htm>. Acesso em: 10 set. 2023.
- WHITAKER, D. C. A. Envelhecimento e poder: o idoso na contemporaneidade: a necessidade de se educar a sociedade para as exigências desse novo ator social, titular de direitos. *Cadernos CEDES*, 30(81), 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200004>. Acesso em: 18 set. 2023.



O Envelhecimento Populacional É um dos Principais Desafios da América Latina e do Caribe

[Artigo 2, páginas de 34 a 71]



(*) Coletivo Redip
Red Latinoamericana Interdisciplinaria
de Psicogerontología

Argentina:

Norma Liliana Tamer
normatamer2010@yahoo.com.ar

Claudia Josefina Arias
cjarias@mdp.edu.ar

Brasil:

Beltrina Côrte
beltrinac@gmail.com

Maria Elisa Gonzalez Manso
mansomeg@hotmail.com

Cuba:

Eduardo Triana Álvarez
gpcte@infomed.sld.cu

Teresa Orosa Fraíz
torosa@infomed.sld.cu

Equador:

Ximena Andrade Cáceres
xandrade@ups.edu.ec

México:

Marco Antonio Cubillo León
marcocub@hotmail.com

María Montero-López Lena
monterol@unam.mx

Uruguai:

Fernando Berriel
ferber@psico.edu.uy

Venezuela:

Victoria Tirro
victoriatirro@gmail.com

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um breve panorama sobre o envelhecimento populacional da América Latina e do Caribe a partir de uma perspectiva gerontológica. O artigo foi elaborado por várias mãos, mais precisamente por 11 pesquisadores, todos membros da Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología (Redip), especialmente da Argentina, do Brasil, de Cuba, do Equador, do México, do Uruguai e da Venezuela. Desigualdades sociais, questões de gênero e cor, migração, políticas públicas, diversidade de velhices, direitos, saúde comunitária, educação, inclusão digital; cuidados ao longo da vida, trabalho, pobreza, isolamento, solidão e violências foram temas frequentes que apareceram como fazendo parte do envelhecimento da região aqui apresentada.

PARA COMEÇAR

Entre as transformações sociais mais importantes ocorridas na América Latina e Caribe desde meados do século passado está o envelhecimento populacional, que coloca desafios sem precedentes nas suas múltiplas manifestações. De acordo com estimativas e projeções populacionais, 88,6 milhões de pessoas com mais de 60 anos viviam na região em 2022, o que representa 13,4% da população total, proporção que chegará a 16,5% em 2030. Da mesma forma, a expectativa de vida para ambos os sexos aumentou de 48,6 anos em 1950 para 75,1 anos em 2019. Apesar do declínio de 2,9 anos em 2021 em comparação com 2019 devido ao impacto da pandemia da doença coronavírus, aguarda-se que a expectativa de vida continue a aumentar no futuro e atinja 77,2 anos em 2030.

Esses números mostram como a região tem experimentado um processo de envelhecimento mais rápido em comparação com outras regiões do mundo. Em 1950, por exemplo, as pessoas com 60 ou mais anos representavam 5,2% da população, um valor muito semelhante ao de África (5,3%). Contudo, desde meados da década de 1960, a proporção de pessoas idosas na América Latina e Caribe começa a aumentar de forma constante e, desde a década de 1970, tem seguido uma tendência muito semelhante à da Ásia. Espera-se que em 2060 a proporção de pessoas com 60 ou mais anos na América Latina e Caribe ultrapasse a da Ásia e da Oceania e esteja mais próxima dos valores correspondentes à América do Norte e à Europa. Em 2100, a proporção de pessoas idosas na região atingirá 38,2%, muito próximo da proporção estimada para a Europa nesse mesmo ano.



Deve-se considerar que os ganhos na expectativa de vida na região ocorreram em contextos de desenvolvimento socioeconômico incipiente e de elevados níveis de desigualdade econômica e social, discriminação, abandono familiar, falta de cuidados e de opções de trabalho e acesso adequado a serviços sociais.

Vale lembrar que o processo de envelhecimento não é homogêneo e a média regional esconde diferenças entre países. Além do mais, há ainda diferenças quanto ao sexo: há predominância feminina. Isto tem consequências diversas na concepção de estratégias e políticas para promover o envelhecimento saudável, o que também envolve diferentes arranjos domiciliares. A maior expectativa de vida ao nascer das mulheres é explicada por fatores biológicos, mas também por diferentes comportamentos de saúde relacionados, por exemplo, ao consumo de tabaco e álcool, à alimentação, à frequência de exames médicos (prevenção) e às comorbidades. Da mesma forma, na região, a mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes e suicídios) é maior entre os homens. Assim, a mortalidade das mulheres diminuiu mais rapidamente do que a dos homens na região.

Deve-se considerar que os ganhos na expectativa de vida na região ocorreram em contextos de desenvolvimento socioeconômico incipiente e de elevados níveis de desigualdade econômica e social, discriminação, abandono familiar, falta de cuidados e de opções de trabalho e acesso adequado a serviços sociais. Apesar disso, os países da região fizeram avanços importantes na legislação para garantir a proteção dos direitos humanos da pessoa idosa. Isso se reflete em duas áreas principais: i) o estabelecimento de legislação nacional que proteja os direitos humanos desta faixa etária; e ii) a assinatura, ratificação ou adesão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Maiores, aprovada em 15 de junho de 2015 pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos.

A convenção é o primeiro instrumento regional para promoção, proteção e reconhecimento dos direitos humanos da população idosa, e que cria um sistema integral de cuidado para as pessoas mais velhas. O Brasil foi um dos países que assinaram a convenção, no dia 15 de junho de 2015, mas ainda não a ratificou, e por isso não houve a in-

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

ternalização dos princípios previstos no instrumento jurídico. Dos 35 Estados-membros da OEA, apenas 11 depositaram seus instrumentos de ratificação: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Peru, Suriname e Uruguai.

A América Latina e o Caribe apresentam grande heterogeneidade nos níveis de proteção social que cada país oferece aos seus habitantes. Estas diferenças têm origem nos contextos demográficos particulares, nos indicadores macroeconômicos, na capacidade de arrecadação de impostos, na despesa pública, nas características dos mercados de trabalho e na capacidade institucional para conceber, financiar, implementar, regular e avaliar os sistemas de proteção social.

Dados de relatórios nacionais sobre a aplicação do Plano Internacional de Ação sobre o Envelhecimento de Madri demonstram que 19 países tinham uma lei especial sobre os direitos das pessoas idosas em 2022, da qual surgiram leis específicas que refletem o compromisso de avançar para a expansão e fortalecimento dos mecanismos de proteção dos direitos humanos das pessoas idosas dentro de cada país. Veremos mais adiante alguns deles. Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela são os países latino-americanos que contam com uma norma específica de proteção dos direitos das pessoas idosas.

Ampliar a cobertura da proteção social às pessoas idosas na região implica: i) reconhecer a diversidade da velhice, ou seja, considerar as diferentes trajetórias de trabalho atuais e passadas da faixa etária, as desigualdades que permeiam ser idoso entre as mulheres, os povos indígenas, os afrodescendentes, as pessoas com deficiência ou migrantes; ii) proporcionar segurança econômica na velhice; iii) procurar expandir a proteção social ao sector informal; iv) desenvolver ações específicas com vista a garantir a proteção social dos idosos nas zonas rurais; v) desenvolver ações específicas para garantir a proteção social dos idosos que cuidam; e vi) considerar o cuidado como um pilar fundamental dos sistemas de proteção social, como a saúde e as pensões.

Quanto à saúde, as doenças não transmissíveis são a primeira causa de morte entre a população com mais de 55 anos de idade na América Latina e no Caribe, com uma proporção de 87,6% em 2019 (em comparação com apenas 8,2% de mortes por doenças transmissíveis). Identificam-se grandes diferenças entre os países, uma vez que o percentual de mortes causadas por doenças não transmissíveis varia de um mínimo de 79,0% na Guatemala a um máximo de 93,9% na Jamaica. Por outro

lado, as mortes por acidentes na população com mais de 55 anos apresentam pouca variabilidade entre os países da região.

Muitas doenças não transmissíveis, embora não causem necessariamente a morte, têm um impacto muito importante na qualidade de vida, que é afetada pelo gênero e pela deficiência. Os dados de 2019 mostram uma maior prevalência destas doenças entre as mulheres do que entre os homens com 55 anos ou mais, especialmente quando se trata de doenças digestivas, distúrbios musculoesqueléticos, neurológicos ou mentais e outras doenças não transmissíveis.

Quanto às doenças transmissíveis: (i) o *diabetes mellitus* ocupa o primeiro ou segundo lugar em importância como causa de incapacidade em todas as faixas etárias; (ii) a doença de Alzheimer e outras demências ganham maior importância a partir dos 75 anos, tornando-se a segunda causa de incapacidade na população dos 80 aos 84 anos e a principal causa no grupo com 85 ou mais anos; (iii) a osteoartrite é causa de incapacidade que está presente em todas as faixas etárias; (iv) as condições bucais que limitam a capacidade da população de comer e beber estão presentes como a segunda ou terceira causa de incapacidade em todas as faixas etárias; (v) erros de refração não corrigidos, que não permitem focar bem e causam deterioração na visão de perto ou de longe, aparecem como a quarta ou quinta causa de incapacidade após os 65 anos; (vi) as dores nas costas e no pescoço estão entre as cinco principais causas de incapacidade na população entre os 60 e os 74 anos; e (vii) os transtornos depressivos ocupam o quarto lugar entre as causas de incapacidade na população de 60 a 64 anos.

ARGENTINA

Situação atual das políticas públicas

A Argentina está entre os países latino-americanos com a maior taxa de envelhecimento populacional. Segundo projeções do Indec¹ (2013), em 2023, o número de pessoas com 60 anos sobe para 7.581.236, atingindo 16,2% do total.

Atualmente, a expectativa de vida é de 78,7 anos para toda a população, 81,4 anos para as mulheres e 74,9 para os homens (estimativas de 2020). As projeções para 2023 mostram que, na Argentina, as mulheres constituem 57% (4.321.635) da população com 60 anos ou mais. À medida que a idade avança, a diferença percentual por sexo aumenta (INDEC, 2013). Assim, as mulheres constituem 80% daqueles que atingem os 100 anos de idade.

¹ Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina.



Além da sobrevivência das mulheres, há: aumento de pessoas acima de 75 anos ou mais; aumento de lares unipessoais para pessoas idosas e maior incidência de deficiências e dependências básicas ou instrumentais que exigem o desenvolvimento e a melhoria dos diferentes elos da cadeia progressiva de cuidados, bem como intervenções especializadas e cuidados de longa duração (ARIAS, 2013; INDEC, 2012)

Neste contexto, surgem situações inéditas que exigem análises e políticas. Além da sobrevivência das mulheres, há: aumento de pessoas acima de 75 anos ou mais; aumento de lares unipessoais para pessoas idosas e maior incidência de deficiências e dependências básicas ou instrumentais que exigem o desenvolvimento e a melhoria dos diferentes elos da cadeia progressiva de cuidados, bem como intervenções especializadas e cuidados de longa duração (ARIAS, 2013; INDEC, 2012).

Em 2012 foi realizada pela primeira vez no país uma Pesquisa Nacional sobre Qualidade de Vida de Idosos pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC, 2012), que mostrou que as dependências básicas e instrumentais aumentam significativamente em idosos com idades avançadas. Esta situação reflete a necessidade de atender às demandas de uma população heterogênea de pessoas idosas e a importância de gerar dispositivos, tanto de promoção e prevenção quanto de cuidados de longa duração. Neste sentido, nas últimas décadas foi desenvolvido um conjunto de políticas a favor das pessoas idosas. Em primeiro lugar, cabe destacar a ratificação da Convenção Interamericana para a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa e a sua sanção em nível nacional como lei com caráter constitucional.

Da mesma forma, desde os governos nacionais, provinciais e municipais e de organizações como Pami (Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas), Anses, universidades nacionais, entre outros, foram implementadas diversas medidas como a expansão da cobertura da segurança social, incluindo as reformas não contributivas e das donas de casa, cobertura médica completa,

subsídio de habitação, cobertura integral de despesas com medicamentos, descontos no pagamento de serviços, ajuda domiciliar, casa protegida, ajuda técnica, voluntariado, universidade para idosos, cursos de pré-reforma, atividades culturais, clubes e centros dia, grupos de apoio, programas que visam à promoção, educação e formação de apoios informais, projetos intergeracionais, programas de inclusão digital, campanhas de educação pública, bom tratamento às pessoas idosas, formação de recursos humanos em Gerontologia e formação de cuidadores domiciliares, entre outros (ARIAS, 2013; ROQUÉ & FASSIO, 2007). Muitas destas políticas visam garantir que as pessoas idosas permaneçam no lugar onde vivem e participem ativamente na comunidade. No entanto, como parte do sistema formal de apoio, também podemos incluir as residências de longa permanência que são contempladas como um benefício do Pami, a obra social que reúne a grande maioria das pessoas idosas do país.

As referidas políticas obtiveram avanços importantes a partir de uma abordagem baseada em direitos, mas ainda é necessário continuar trabalhando para aprofundá-las, ampliando seu alcance, bem como desenhar e executar novas linhas que, juntas, possibilitem o pleno acesso a elas, a conquista de melhores condições de vida e de maior bem-estar integral para as pessoas idosas.

Uma jornada de conquistas e desafios exploratórios e prospectivos

A extensão da vida gerou um novo problema social. Deu origem à existência de um número crescente de pessoas longevas que solicitam a inclusão sociocultural na sociedade. Diante disso, parece oportuno avançar na reconstrução coletiva de uma nova cultura do envelhecimento e da velhice em torno da percepção da velhice e de suas repercussões na contemporaneidade.²

Na sociedade emergente e desafiadora em que estamos imersos, a educação representa um dos pilares mais oportunos para alcançar a inclusão como cidadãos críticos, capazes de enfrentar um mundo diferente. Um mundo em que novos protagonistas, cenários e vínculos aparecem todos os dias enquanto antigas práticas desaparecem, são reconfiguradas continuamente com novas e/ou mudam de significado.

Estudos e intervenções realizados durante três décadas na Universidade de Santiago del Estero (Unse) fortaleceram uma linha de pesquisa educacional “em” e “com” as pessoas idosas e geraram conhecimentos relevantes e contextualizados sobre a educação ao longo da vida (*life long learning*). É uma condição inevitável viver numa socie-

2 Neste sentido, temos a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (junho de 2015).

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

dade dinâmica como a atual e que emerge com desafios inesperados que multiplicam os argumentos que revelam a necessidade de sermos aprendizes ao longo da vida e, portanto, de exercermos o direito à educação em qualquer idade.

Embora a educação de adultos tenha uma longa tradição na Argentina, a conquista da extensão da vida nos leva a repensar as relações entre envelhecimento e educação como um processo construtivo, que visa maximizar as capacidades e habilidades disponíveis (cognitivas, físicas, emocionais e relacionais) de cada pessoa, em todos os momentos da vida. Envolve melhorar a percepção da pessoa idosa sobre o seu próprio processo de envelhecimento, buscando um equilíbrio entre perdas e ganhos, equilíbrio que não é exclusivo deste ciclo vital. Um processo de construção que afeta também o meio social do qual fazemos parte e os contextos em que interagimos.

A educação num território como o da universidade contribui para construir, a par da visão pessoal, outras visões sociais do envelhecimento. Melhorar estas visões e abordagens significa antecipar, com alguma previsão, o tipo de sociedades em que terão de viver aqueles que hoje são jovens ou muito jovens, que não têm consciência de que as suas vidas serão muito mais afetadas pelo fenômeno do envelhecimento do que atualmente.

As universidades são ambientes relevantes e oportunos para a educação e formação das pessoas idosas. Elas sustentam e endossam a construção de novas visões pessoais e socioculturais do mundo nas idades avançadas de suas vidas. Numerosas evidências em todos os campos do conhecimento científico, bem como na literatura, no cinema ou na música, fornecem dados de que a idade, mesmo a mais avançada, pode ser um fator de qualidade criativa. Para isso, é necessário que a educação contribua para uma mudança cultural dos estereótipos e crenças negativas presentes na sociedade. Essa ação pode dar origem a uma construção cognitiva baseada em tarefas e situações de aprendizagem através de processos de interação social de pessoas em contextos específicos, a fim de promover novos conhecimentos, reinterpretações e reorganizações da realidade. É precisamente a longa vida pós-trabalho que oferece uma oportunidade para construir uma perspectiva emancipatória da própria vida: a vivida e a por vir.

O valor e a importância das experiências educativas com pessoas idosas na universidade, como é o caso dos Programas Universitários para Idosos (PUM) na Argentina e, em particular, o Programa Educacional para Idosos (Peam-Unse, 1995-2023) tendem a redefinir a

heterogeneidade e a diversidade das velhices, dada pelas variadas condições – sociais, econômicas, de saúde, pessoais, estéticas etc., que leva a projetos vitais singulares sustentados por esses processos de aprendizagem específicos ao longo da vida.

Entre os novos horizontes, vislumbramos: a) ressignificar a educação como a estratégia mais pertinente que temos para o desenvolvimento da curiosidade, da criatividade, de uma mente aberta e livre de preconceitos, para mobilizar nossos recursos cognitivos, emocionais e sociais; b) desaprender algumas atitudes seletivas e excludentes para aprender novas formas de convivência; c) fortalecer as nossas atitudes individuais e coletivas visando a interdependência, reciprocidade, complementaridade e intergeracionalidade; e d) comprometer-se com a solidariedade entre gerações para se tornar uma sociedade que tome consciência de que o que mais necessita é a socialização “com” os outros.

Em suma, temos que nos reinventar em cenários de mudança com flexibilidade de pensamento para construir um novo presente.

BRASIL

Envelhecer reflete as desigualdades, de gênero e de cor da pele

O Brasil passa por um rápido e acelerado processo de envelhecimento populacional. Segundo o Censo Demográfico de 2022, o país chegou a 203,1 milhões de habitantes, sendo que a proporção de idosos aumentou, já que ocorreu diminuição do número de crianças e jovens. Além disso, houve incremento na esperança ou expectativa de vida, atingindo em 2022, 77 anos, devendo aumentar nas próximas décadas (IBGE, 2022).

Esta maior expectativa de vida é consequência de melhorias nas condições de vida e de trabalho, de avanços previdenciários e na proteção social, do incremento das imunizações e de outros avanços médicos. Entretanto, envelhecer no Brasil, varia significativamente conforme o local de moradia, do gênero, do estrato social e da cor da pele. Estados do Norte e Nordeste do país tem menor expectativa de vida e, mesmo dentro de municípios, há desigualdades, reflexo das inequidades de acesso a serviços públicos, à moradia, à alimentação adequada e à saneamento básico (IBGE, 2017).

A população idosa afrodescendente e indígena apresenta desvantagens cumulativas devido às características do processo sócio histórico brasileiro, que gerou inúmeras desigualdades. Assim, pessoas pretas e pardas tem menor acesso à educação, dificuldades em se manter na escola, mais empregos informais, menor representatividade política

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

e representam a maior porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza. São ainda as maiores vítimas de homicídios em idades jovens (15 a 29 anos) no país, o que torna o envelhecer um desafio (IBGE, 2019).

No Brasil, entre 1998 e 2019, houve uma tendência à melhoria da qualidade de saúde autorreferida da população de idosos. Porém, estudos demonstram que a autopercepção negativa de saúde se correlaciona, ao longo dos anos, com a cor da pele, gênero, renda e escolaridade no país. Assim, ser preto, ser mulher, ter menor renda e baixa escolaridade faz com que a avaliação de saúde seja pior (MREJEN et al., 2023; ANTUNES et al., 2018).

No país o gênero é outra variável importante que impacta no envelhecimento. Apesar de as mulheres viverem mais do que os homens, recebem menores aposentadorias devido às disparidades salariais ao longo da vida, estão mais sujeitas à violência estrutural e simbólica e apresentam mais afecções crônicas devido ao estresse cumulativo de jornadas de trabalho fora e dentro do domicílio, entre outros fatores. Esta situação nada mais é do que reflexo da situação do envelhecimento feminino no mundo (MANSO, LOPES, 2017).

Ser mulher e afrodescendente afeta o processo de envelhecer no país, já que se interseccionam violências estruturais relacionadas ao racismo e ao sexismo com o idadismo ou ageísmo. Este último, relativo à discriminação relacionada à idade, afeta estas mulheres como violência simbólica importante, relacionada à visão do envelhecer como uma fase de incapacidades e enfermidades, no qual a pessoa perde sua autonomia e independência apenas por estar com determinada idade (MANSO et al., 2023; MANSO, GOBBO, 2023). Ou seja, no Brasil, ser mulher ainda se relaciona com a violência de gênero, invisível para a sociedade.

No Brasil, envelhecer é uma experiência complexa que reflete as desigualdades, de gênero e as relacionadas à cor da pele. Continuar a pensar o envelhecer apenas em seus aspectos biológicos não abarca as diversas velhices resultantes de processos sócio-históricos complexos. Entender estas diversidades é um desafio, importante para o governo e para a sociedade, exigindo políticas públicas específicas para garantir dignidade e cidadania para as pessoas que envelhecem no país.

20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa

As pessoas idosas brasileiras começaram a ser inseridas na agenda governamental a partir da Constituição Federal, promulgada aos 05 de outubro de 1988, que trouxe disposições de direitos às pessoas



Continuar a pensar o envelhecer apenas em seus aspectos biológicos não abarca as diversas velhices resultantes de processos sócio-históricos complexos. Entender estas diversidades é um desafio, importante para o governo e para a sociedade, exigindo políticas públicas específicas para garantir dignidade e cidadania para as pessoas que envelhecem no país.

idosas. Mas é o Estatuto da Pessoa Idosa – Lei Federal n.º 10.74, de 1º de outubro de 2003 – que acabou de completar 20 anos, que define direitos de várias ordens para a população acima de 60 anos. Nesse período houve muitos avanços, mas precisamos de políticas públicas mais eficientes, que considerem as velhices plurais, as desigualdades sociais, assim como precisamos de atitudes pessoais e coletivas mais inclusivas, protetivas e empáticas com o futuro de todos nós.

Os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa é um marco histórico para o Brasil, pois garante uma proteção extremamente necessária para pessoas idosas que ainda passam fome, não têm acesso a saneamento básico, são analfabetas (em especial digitais), excluídas de tratamentos em saúde e vítimas de muitas outras ordens de violência. Como assinala Verdi (2023), “ao longo dessas duas décadas, boa parte das pessoas idosas morreu, em condições precárias e sem dignidade alguma, sem conseguir nem mesmo se aposentar, depois de anos de trabalhos, por vezes em situações do que hoje chamam de empreendedorismo, mas que, na realidade, eram decorrentes de atividades esporádicas, sem qualquer proteção legal ou contribuição previdenciária efetiva porque comer e seguir a vida eram mais importantes. Outras tantas estão passando privações inúmeras e seguem, em uma vida meramente biológica, em alguns cenários, sem qualquer dignidade”.

CUBA

O envelhecimento saudável e a saúde comunitária

O envelhecimento da população cubana é caracterizado pela rapidez do seu processo. Se em 2019, 20,8% dos homens e mulheres cubanos estavam ou passaram da sexta década de vida, no final de 2022 este indicador era de 22,3%, praticamente dois pontos percentuais a mais em apenas três anos, segundo o Escritório Nacional de Estatística e Infor-

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

mação (Onei). Em seu recente relatório *The Aging Population; Cuba e seus Territórios* (edição de maio de 2023), a Onei aponta que o rápido envelhecimento da sua população é precisamente o principal desafio de Cuba: “Este processo teve como causas fundamentais a velocidade acelerada da sua transição demográfica, a estabilização dos baixos níveis de fecundidade e mortalidade, variáveis que, juntamente com o comportamento das migrações nos últimos anos, provocaram taxas de crescimento quase nulas ou negativas”, assinala o relatório. No final de 2022, o grau de envelhecimento reflete 22,3%, com uma população de 60 anos e mais de 2. 478.087 pessoas. Ou seja, em apenas 20 anos o grau de envelhecimento cresceu 7,7 pontos percentuais, consolidando o país como um dos mais envelhecidos da América Latina. De acordo com a última projeção populacional realizada pela Onei, prevê-se que até 2050 a população idosa atinja 3.343.520 pessoas, o que representaria um grau de envelhecimento de 35,9%. O comportamento deste segmento da população por sexo mostra que os homens crescem em 35.565 para uma taxa média anual de 32,3%, enquanto a população feminina cresce a um ritmo superior em 44.411 com uma taxa de 34,3%.

Segundo o paradigma da Organização Mundial da Saúde (OMS), o envelhecimento saudável é um processo dinâmico, reflete ações que ocorrem ao longo do curso de vida e é influenciado por fatores como as capacidades mentais e físicas, o seu ambiente de desenvolvimento e as relações entre eles que contribuem para o bem-estar. No marco do envelhecimento saudável, foi criada uma estrutura para investigação e ação através da Década do Envelhecimento Saudável das Nações Unidas (2021-2030), bem como para ações que abordem a missão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável “não deixar ninguém para trás”. Os investigadores, os governos e a sociedade civil são instados a desenvolver estratégias ao longo da década para identificar e abordar as desigualdades e promover o envelhecimento saudável. Estas estratégias devem ser preferencialmente multidisciplinares, multissetoriais e de âmbito universal para promover um maior impacto.

No caso cubano, este período, apesar das consequências da pandemia e das graves dificuldades socioeconômicas atuais que tornam complexo o cotidiano das pessoas, especialmente as idosas, o ano de 2022, segundo estatísticas oficiais, fechou com um envelhecimento populacional de 22,3%. O Ministério da Saúde Pública (Minsap) mantém entre as suas principais prioridades o Programa Nacional de Atenção ao Idoso (PNAAM - Programa Nacional de Atención al Adulto Mayor), que,

integrado no processo de melhoria da Atenção Primária à Saúde (APS) no país, prevê o resgate de importantes estruturas, como a Equipe Multidisciplinar de Cuidados Gerontológicos (Emag) a nível comunitário.

O poder de reativar após a pandemia o normal funcionamento do PNAAM tem sido a principal conquista; uma vez que este programa inclui três subprogramas: o hospitalar, o institucional e o comunitário. Este último incorpora mais de 95% da população idosa e é o principal elo no acompanhamento da capacidade funcional do idoso; porque na comunidade o Exame Periódico de Saúde (EPS) é realizado nas pessoas idosas, pelo menos uma vez por ano, nos consultórios do médico de família onde, juntamente com a entrevista e o exame físico, é incorporada a escala multidimensional de avaliação funcional geriátrica e escalas relacionadas à capacidade ou não de realizar atividades de vida diária. Os resultados da investigação ativa fornecem à equipe básica de saúde (médico de família e enfermeiro) informação básica nas áreas biomédica, psicológica, social e funcional e é possível identificar o idoso frágil ou necessitado. E se assim for, é avaliado pela Emag, que é composta de médico, psicólogo, assistente social e enfermeiro com formação mínima ao nível de diploma em gerontologia e geriatria comunitária. Essa equipe realiza avaliação multidisciplinar e orienta um plano de ação em prol da recuperação da capacidade funcional e da prevenção de incapacidades. Na triagem ou avaliação multidisciplinar, os processos de cuidado ao idoso dependente são realizados no local em que os cuidadores são treinados: escolas de cuidadores em policlínicas comunitárias. Este regime básico ao nível dos cuidados comunitários aos idosos está integrado multissetorialmente e visa proteger os direitos e dignificar a imagem da pessoa idosa como sujeito de desenvolvimento pessoal e social.

Apesar das dificuldades de recursos, de vários tipos, esta estrutura é sustentada com esforços conjugados, muita iniciativa da equipe assistencial e das próprias pessoas idosas que conseguem ser protagonistas da sua própria história. As ações são combinadas e são realizados esforços para promover a aprendizagem ao longo da vida, os cuidados de saúde de qualidade e a transformação e inclusão digital. Diversas ações de ensino e pesquisa têm sido incorporadas à aprendizagem ao longo da vida sobre o tema envelhecimento saudável na graduação, pós-graduação e formação comunitária nas diversas fases do ciclo vital. Nos cuidados de saúde e no apoio assistencial de qualidade, é proporcionada a abordagem através da EPS às principais necessidades e motivações

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

das pessoas idosas e à sua capacidade funcional para estruturar planos de ação individualizados, integrados e focados na pessoa idosa com a sua participação proativa. E a formação progressiva de equipes multidisciplinares de cuidados gerontológicos contribui para esse objetivo. Na assistência é possível reativar progressivamente as escolas de cuidadores. São realizados cursos de cultura do cuidado apoiados nas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e publicados na *La Cartilla de la Persona Cuidadora* (impresa e digital).

Na transformação e inclusão digital, foi desenvolvido um aplicativo móvel apoiado em regras de produção de inteligência artificial e no sistema operacional Android: SharExam.ForAM.EPS versão 1.1 para autoavaliação de funcionalidade e versão 2.1 que inclui testes para avaliar atividades básicas de vida diária e fragilidade; ambos como apoio à pesquisa na APS. Outra contribuição foi o pedido de reativação dos GeroClub no Clube Jovem de Informática e Eletrônica (JCCE) como baluartes destas ações. As alianças entre o JCCE, a organização medi-Cuba-Suíça e o Ministério da Saúde Pública aumentam as forças para alcançar resultados.

Experiência cubana das Cátedras de Idosos

“A educação para a velhice, na velhice e para quem aborda ou cuida da velhice” é uma estratégia poderosa para alcançar mudanças no imaginário social; ação que constitui a gênese de movimentos mais profundos no trabalho social e político para/com as pessoas idosas (OROSA e SÁNCHEZ, 2022, p. 169).

E é nesses movimentos que se insere claramente a visão das pessoas idosas como sujeitos de direitos, antes ignorados dos referenciais tradicionais, assistenciais e involutivos, e com máxima expressão de



Foram várias as lições aprendidas, mas sem dúvida a primeira delas é a demonstração da educabilidade das pessoas idosas e a marca da educação como a melhor ferramenta que permite a inclusão social, a segurança e o empoderamento.

conquistas quando as pessoas idosas passam a ser chamadas para programas que as atendem do ponto de vista educacional.

Por isso, conhecer e saber gerir direitos tornou-se um dos objetivos fundamentais do programa de educação para e com as pessoas idosas em Cuba, denominado Cátedra da Pessoa Idosa, inicialmente fundado pela Universidade de Havana há 23 anos e, posteriormente, ampliado como extensão, em todos os centros de ensino superior do país (Orosa, 2018). A Cátedra da Pessoa Idosa da Universidade de Havana foi constituída sob a Resolução Reitoral nº 73/2000, sendo Centro de Referência Nacional sobre este tema. Foi fundada precisamente em 14 de fevereiro de 2000, com sede na Faculdade de Psicologia sob o copatrocinio da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC) e da Associação de Pedagogos de Cuba (APC). Constitui um grupo multidisciplinar com missões de investigação, aconselhamento de projetos e formação gerontológica, bem como desenvolvimento e gestão do programa de aulas ou também denominadas universidades abertas. Desde a sua criação, demonstra seu impacto na melhoria da qualidade de vida de seus alunos, entendendo a educação como fator de prevenção à saúde e de empoderamento social.

O programa nacional conta com salas de aula urbanas e rurais, e funcionam em *campi* universitários, em casas culturais, museus locais, áreas de saúde, cooperativas agrícolas e em escolas, entre outros locais comunitários. Foram várias as lições aprendidas, mas sem dúvida a primeira delas é a demonstração da educabilidade das pessoas idosas e a marca da educação como a melhor ferramenta que permite a inclusão social, a segurança e o empoderamento. Na experiência educativa da Universidade de Havana, 19.339 pessoas idosas se beneficiaram do chamado curso básico com duração de um ano letivo, do qual são transferidos para diversos cursos que dão continuidade ao seu processo de aprendizagem ao longo da vida.

Através da educação, se contribui para o desmantelamento da representação social da velhice ainda como etapa final da vida e ausente de projetos, em função de uma nova cultura gerontológica, assessorando o trabalho dos meios de comunicação. Pesquisas realizadas sobre os impactos do programa demonstram a melhora na percepção de qualidade de vida dos alunos. Por outro lado, o programa universitário com pessoas idosas em Cuba permitiu a inserção do tema gerontológico em todas as funções substantivas do Ensino Superior cubano.

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

Durante a pandemia, e mesmo sem aulas presenciais, a cátedra teve um papel importante na promoção da proteção da autonomia, e desenvolveu estratégias de cuidado e apoio a milhares de pessoas idosas através do projeto Psicogrupos de WhatsApp e outras alternativas para o seu Observatório Psicogerontológico, entregue à liderança do país. O programa tem assento permanente na Comissão Governamental de Atenção à Dinâmica Demográfica.

Ações que mostram um cenário positivo em que ainda temos muito a fazer para alcançar um envelhecimento saudável. Se todos contribuímos e nos integramos, partilhando esforços e experiências daquilo que nos corresponde, conseguiremos aproximar-nos deste objetivo na década do envelhecimento saudável.

EQUADOR***Idosos no Equador. Alguns desafios***

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos globais mais impactantes do nosso tempo e o Equador não é estranho a esta realidade, estando entre os países em transição demográfica. Nas últimas décadas, a taxa de crescimento populacional do país diminuiu, segundo o Instituto Equatoriano de Estatística e Censo (Inec, 2012) entre os censos de 1950 a 1962 o crescimento foi de 2,96%, enquanto entre os anos de 2001 e 2010, o crescimento foi de 1,95%. No país, o crescimento populacional tem sido contínuo ao longo das décadas, passando de aproximadamente 3 milhões em 1950 para mais de 17 milhões de habitantes em 2020, porém, a partir de 2010, ocorreu uma nova composição etária, marcada pelo aumento significativo da população com mais de 65 anos (FORTES, 2020).

Esta transição demográfica anuncia que até 2030 o Equador apresentará um baixo limiar de substituição, ou seja, a partir desse momento, os novos nascimentos não serão suficientes para substituir a população atual e aos poucos o processo de envelhecimento fará com que a população comece a diminuir, reduzindo seu tamanho (VILLACÍS e CARRILLO, 2012). No entanto, quanto maior for a proporção de idosos numa população, maiores serão as necessidades e exigências, fazendo com que as pessoas idosas no Equador enfrentem vários desafios que afetam a sua qualidade de vida e bem-estar, incluindo:

Cuidado de saúde - em relação à saúde em geral, sabe-se que os homens assinalam que a sua saúde é boa em maior proporção do que as mulheres, e o mau estado de saúde é maior nos adultos com mais de 75 anos (WATERS, FREIRE e ORTEGA, 2020). No que diz respeito à saúde mental,

o estudo de Erazo e Fors (2018) constatou que a prevalência de depressão nesta faixa etária foi de 55,0%, com predomínio em homens, em pessoas divorciadas, nos residentes em zonas rurais, nas pessoas com ensino secundário, nas pessoas com diagnóstico de doença de Parkinson e nas pessoas hospitalizadas. Ou seja, quanto maior o risco social, maior a prevalência de depressão nos idosos. Identifica-se a necessidade de se desenvolver programas de intervenção para a prevenção de patologias e cuidados de saúde mental que estimulem a participação da população idosa na comunidade, reforcem os laços intergeracionais, que permitam às pessoas idosas sentirem-se ativas e integradas na família e na comunidade, mas considerando principalmente a heterogeneidade que existe neste grupo populacional.

Superar a pobreza e respeitar os seus direitos - pela Constituição do Equador, as pessoas idosas são um grupo de atenção prioritária, e com base nesta concepção foram estabelecidos alguns benefícios, como isenção ou restituição do pagamento do imposto de renda, pagamento de taxas reduzidas em shows públicos, transporte e acesso preferencial a diversos serviços de saúde, embora alguns tenham segurança social ou acesso a uma pensão de reforma. São muito poucos os que têm plano de saúde privado, e a maior percentagem desta faixa etária não tem acesso a estes serviços e benefícios (Conselho Nacional para a Igualdade Intergeracional, s/f). De acordo com dados da pesquisa Sabe no Equador, as pessoas idosas vivem em diversas condições socioeconômicas, mas uma porcentagem significativa delas vive em condições desfavoráveis: uma em cada quatro pessoas idosas vive em condições boas ou muito boas, quatro em cada dez em condições regulares, e mais de três em cada dez em condições de pobreza ou indigência (FREIRE, 2010). Neste aspecto, é fundamental o papel do Estado, que tem a obrigação de gerar políticas que diminuam o fosso econômico e respondam às necessidades apresentadas pelas pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza nas diversas áreas e, desta forma, conseguirem o que estabelece a Constituição do país.

Integração versus isolamento social - para Valdivieso et al. (2020), os equatorianos têm uma percepção mais favorável das pessoas de 70 anos do que os demais países da América Latina e Caribe, já que 83% da população as vê com respeito, 73% as consideram amigáveis e apenas 19% as identificam como um fardo. No entanto, é comum que, quando as pessoas idosas completam o seu ciclo de trabalho e não podem contribuir financeiramente no lar, fiquem isoladas do resto da família e da sociedade em geral, porque nenhum dos filhos quer

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

cuidar deles em regime estável, promovendo residências temporárias com cada um deles, o que os faz se sentirem um fardo. Por outro lado, encontramos um percentual significativo de pessoas que vivem sozinhas, principalmente os mais idosos, dando origem a sentimentos de solidão. É importante que o Estado estabeleça programas de inclusão com enfoque intergeracional e de gênero. Por outro lado, é importante que os laços afetivos sejam fortalecidos nos ambientes familiares, uma vez que a família constitui a rede de apoio social mais valorizada pelas pessoas idosas.

Para concluir, o Equador é um país em plena transição demográfica onde as pessoas idosas enfrentam vários desafios para alcançar a plena vivência dos seus direitos e navegar na velhice com qualidade de vida e bem-estar.

MÉXICO***Situação atual do envelhecimento e perspectivas futuras³***

Um fato inédito na história da humanidade, que poderíamos qualificar como uma conquista enquanto espécie humana, é o aumento da expectativa de vida, especialmente desde a segunda metade do século passado. Hoje é possível observar, cada vez mais, casos de convivência entre 4 a 5 gerações na mesma família. Um dos efeitos do México, como país em desenvolvimento submetido às estratégias macroeconômicas do neoliberalismo, foi o aumento da expectativa de vida ao nascer e a expansão da cobertura de saúde, o que possibilitou a redução tanto da taxa de mortalidade como da taxa de natalidade. A consequência populacional foi clara: mais pessoas atingiram idades mais avançadas com mais de seis décadas de vida. Assim, a expectativa de vida no México passou de 36,2 anos em 1930 para 87 e 81,8 anos para mulheres e homens, respectivamente, em 2023 (ACOSTA, 2023). O México é considerado outro país envelhecido na América Latina. Este fato demográfico coloca em discussão diversas questões prioritárias para refletir e a partir delas criar ações estratégicas.

As pessoas idosas são definidas no México a partir dos 60 anos de idade, representando cerca de 18 milhões de pessoas atualmente, que convivem com os problemas históricos que parecem ter piorado após a pandemia, como saúde, educação, violência, concentração de poder, pobreza e desigualdade, além dos problemas que podem agravar-se na velhice: doenças, dependência, pobreza, solidão, isolamento, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, falta de proteção social, falta de oportunidades de trabalho, aumento da desigualdade contra as mu-

3 Este texto faz parte do projeto México, uma Nova Visão do País, que compõe MexicoLectivo. Capítulo “Puebla, Avenida de Reflexão: Diversidade e Inclusão”, elaborado por Marco Antonio Cubillo León em set. 2023.

lheres que ocorre não só devido a questões de gênero, mas também devido a uma maior expectativa de vida.

Hoje sabemos que a velhice é a fase que mais dura de todas aquelas que compõem o ciclo de vida humano. A boa notícia é que também sabemos que a partir dos 60 anos as estatísticas nos mostram que temos uma margem de 20 anos para podermos viver com níveis de saúde satisfatórios que nos permitam alcançar uma vida plena e poder consolidar um projeto de vida. Então teremos que assumir a obrigação de gerar as condições que nos permitam alcançar um processo de envelhecimento saudável e bem-sucedido.

Um papel relevante, mas ao mesmo tempo esquecido, é o de cuidadores. As pessoas idosas dependentes representam 14% do total de idosos dependentes (segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID). Traduzido em números, isso representa que no país temos cerca de 2.520.000 idosos dependentes, representando um problema significativo para muitas famílias mexicanas. Isso implica a necessidade de estarmos atentos a quem dedica boa parte da sua vida ao cuidado de uma pessoa idosa dependente. Alguns dos problemas mais relevantes que enfrentamos hoje no México e suas possíveis soluções são:

Problema 1 - idadeísmo, que é a discriminação social baseada na idade, uma situação que afeta muitas pessoas idosas e que anda de mãos dadas com o termo velhice, que implica um conjunto de preconceitos, estereótipos e discriminações em relação às pessoas mais velhas, exclusivamente em função da idade. Esta é a forma de discriminação que afeta o maior número de pessoas. Soluções: a) realização de diversas ações em prol da educação e promoção de uma imagem atualizada, variada e positiva das pessoas idosas, enfatizando atividades que conduzam ao seu direito a viver um envelhecimento saudável e bem-sucedido; b) as pessoas idosas não estão incluídas no mercado de trabalho, portanto deve-se promover legislação que defenda e garanta os direitos laborais dos idosos; e c) é fundamental introduzir o tema da “nova longevidade” em todos os níveis educativos para que deixemos de ver a velhice como uma fase negativa e, sim, a consolidemos como uma aspiração.



Assim, a expectativa de vida no México passou de 36,2 anos em 1930 para 87 e 81,8 anos para mulheres e homens, respectivamente, em 2023 (ACOSTA, 2023). O México é considerado outro país envelhecido na América Latina.

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

Problema 2 - não existem programas de prevenção atualizados e suficientes para promover uma vida saudável. Soluções: a) É necessária a alocação de recursos humanos capacitados e recursos financeiros suficientes para estabelecer programas destinados a promover estilos de vida saudáveis através de atividade física, cognitivas, períodos de descanso suficientes, orientação nutricional e geração de redes de apoio social.

Problema 3 - acesso aos serviços de saúde para todos. Na prática, e como diz Gutierrez Robledo, “todos gastamos mais recursos no último ano de nossas vidas, independentemente da idade no momento da morte”. Acredita-se que o cuidado à pessoa idosa custa necessariamente mais caro, mas o direito à saúde não exclui ninguém pela idade. É fato que a discriminação etária prevalece no acesso aos serviços de saúde públicos e privados. Não se pode tolerar que as companhias de seguros neguem serviços porque as pessoas vivem mais tempo. Recordemos que cerca de 80% das pessoas não sofrem de nenhuma deficiência, ou seja, são cerca de 20% que correm um risco elevado de ter uma deficiência e com ela algum grau de dependência. A gestão preventiva é, portanto, importante em pessoas frágeis através de cuidado integral que permita diferir a condição de dependência. Soluções: a) Colocar em funcionamento no Sistema de Saúde a estratégia de cuidados integrados estabelecida pela OMS a partir do nível de cuidados primários. A ideia é dar prioridade às pessoas idosas mais pobres, adaptando e aproximando os serviços às suas condições de vida; b) a formação de equipes interdisciplinares de atenção gerontológica é importante para garantir melhores serviços de atenção. Para isso, é relevante introduzir temas gerontológicos no currículo de todas as profissões da saúde. A coordenação dos três níveis de Governo será também relevante para conceber, estruturar e operacionalizar um plano de saúde que inclua as pessoas idosas.

Problema 4 - violência, abusos e maus-tratos que são gerados independentemente da violência generalizada que vive México. Este tipo de violência tende a permanecer invisível no seio das famílias ou dos centros de acolhimento de pessoas idosas em situação de dependência. A violência pode ser psicológica, física, chegando até o abuso e/ou abandono. Sem falar no grande número de casos que terminam em fraude ou abuso financeiro, nos quais estão frequentemente envolvidos pessoas ou familiares próximos, especialmente com idosos que sofrem de deficiência cognitiva. Soluções: a) é importante gerar campanhas e atividades para dar visibilidade a esse fenômeno, divulgando formas de



O fenômeno migratório que ocorre no México incentiva cada vez mais as pessoas idosas a permanecerem nas suas casas enquanto os membros mais jovens da família partem em busca de melhores oportunidades de trabalho fora do país.

prevenção e detecção de abusos e ao mesmo tempo orientando sobre as instâncias onde esses eventos podem ser denunciados; b) capacitar os profissionais de saúde para que saibam detectar estes casos e como encaminhá-los às autoridades correspondentes; e c) criar mecanismos de apoio às vítimas e punição e/ou reabilitação dos agressores.

Problema 5 – existência de ambientes físicos e sociais pouco favoráveis às necessidades das pessoas idosas porque na maioria das nossas cidades falta um desenho universal que garanta a acessibilidade de toda a população aos diferentes ambientes urbanos. Soluções: a) é importante promover medidas que facilitem a acessibilidade das pessoas idosas a espaços públicos, edifícios, transportes, habitação etc.; e b) criar eventos e ações que promovam atividades sociais, laborais, recreativas e culturais destinadas a gerar redes de apoio às pessoas idosas e evitar o isolamento que favorece a solidão, que, por si só, é um problema que muitas pessoas idosas já enfrentam hoje.

Problema 6 - solidão gerada pela perda de familiares e amigos que os acompanharam ao longo da vida. Isso dificulta atividades como sair de casa e o problema torna-se maior com as pessoas mais pobres, que muitas vezes têm menos preparação e não têm facilidade de acesso aos diversos recursos digitais que, de alguma forma, poderiam ajudá-los a lidar com a solidão. Soluções: a) criar espaços públicos onde a convivência social seja facilitada e seja fornecido apoio com tecnologia, além de se prover e internet de fácil acesso para a comunicação com familiares que estão distantes. O fenômeno migratório que ocorre no México incentiva cada vez mais as pessoas idosas a permanecerem nas suas casas enquanto os membros mais jovens da família partem em busca de melhores oportunidades de trabalho fora do país.

Problema 7 - o trabalho invisível dos cuidadores que ocorre devido ao fato de existirem cada vez mais pessoas idosas em situação de dependência, o que provoca alterações na estrutura das famílias,

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

desestruturando o ambiente e afetando a economia e o próprio funcionamento da família. Quando uma pessoa idosa se torna dependente, necessita do apoio de outra pessoa ou pessoas para cuidar dela. E essa situação costuma recair principalmente sobre as mulheres da família. Este problema gera graves consequências para as famílias e, portanto, para a comunidade, a sociedade e o Estado. Soluções: a) é necessário tornar visível a questão dos cuidadores que, às vezes voluntariamente, às vezes forçados, têm que se encarregar de assistir pessoas idosas dependentes que, pela gravidade da sua deficiência, necessitam de ajuda permanente; b) é necessária a formação contínua dos cuidadores, tanto informal (familiares próximos, amigos, vizinhos) como formal (pessoas com ou sem formação profissional que trabalham como tal). Para ajudar, é preciso saber como fazer; c) é necessário avaliar a possibilidade de fornecer apoio financeiro aos cuidadores informais que não têm qualquer remuneração pelo seu trabalho e que não dispõem de recursos para manter uma vida digna.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL NAS PESSOAS IDOSAS

Dentre os impactos psicossociais vinculados ao envelhecimento populacional, destacam-se: a) cobertura de saúde, tanto física, no que diz respeito ao cuidado de doenças crônico-degenerativas, quanto de saúde mental. Nesta área, é fundamental identificar que a saúde mental é um catalisador “sem igual” da saúde física e social; b) otimização financeira, através de sistemas de pensões que sejam financeiramente viáveis e cuja cobertura responda às necessidades dos idosos; c) o desenvolvimento de habitações adaptadas e de infraestruturas urbanas amigáveis que respondam às necessidades de uma população com exigências físicas específicas; d) o desenvolvimento de uma cultura inclusiva onde todos os tipos de velhice e as suas particularidades subculturais possam ser acomodados, reduzindo preconceitos, eliminando tabus e facilitando o respeito pelos direitos humanos; e e) o fortalecimento de redes de apoio e cuidados que permitam a troca



É necessário avaliar a possibilidade de fornecer apoio financeiro aos cuidadores informais que não têm qualquer remuneração pelo seu trabalho e que não dispõem de recursos para manter uma vida digna.

eficiente de serviços entre os diferentes subsistemas em que os adultos se desenvolvem, desde a família, passando pela comunidade, até o sistema social regulador.

Apresentamos três categorias de estratégias fundamentadas para a promoção da saúde mental em pessoas idosas no México (MONTE-RO-LÓPEZ LENA, 2021; 2022). São elas:

Saúde - a saúde deve ser reconceitualizada, não apenas em termos físicos, mas também em termos emocionais e sociais. Está comprovado que as pessoas seguem as instruções sobre sua saúde de forma mais eficiente se for estabelecida uma boa adesão terapêutica. Isso é essencial na fase da velhice em que, além de dar à pessoa idosa os elementos para melhorar ou prevenir uma maior deterioração, deve-se também dar um sentido de vida para ela perseverar em seu esforço de permanecer saudável. Portanto, a saúde mental é essencial e deve ser estudada e promovida.

Funcionamento familiar - está exaustivamente documentado que a família pode ser um contexto de proteção ou de risco durante a infância e a adolescência. Isso se aplica também durante a idade adulta. Já foi documentado que os agressores mais frequentes estão localizados nas famílias. Portanto, seria estratégico dar apoio às famílias para tratar as pessoas idosas e assim facilitar o intercâmbio intergeracional dos seus membros.

Políticas públicas - é essencial que o Estado tome medidas para promover a saúde, os cuidados econômicos e o desenvolvimento urbano de uma forma bem fundamentada. Neste sentido, estabelecer pontes entre a academia, onde se gera conhecimento fundamentado, e os formuladores de políticas de serviços que decidem a distribuição do orçamento, deverá ser um caminho de mão dupla e contínuo.

URUGUAI

Situação das pessoas idosas

O Uruguai apresenta um envelhecimento avançado de sua população, pois iniciou um processo de transição demográfica muito precoce na região, que remonta ao final do século XIX e terminou na segunda metade do século XX (PELLEGRINO, 2013). Atualmente, quase um quinto da população do país tem 60 anos ou mais. Em termos de políticas, o Estado uruguaio alcançou uma cobertura quase universal em matéria de segurança social e um elevado nível de suficiência no contexto regional, pelo menos até 2019 (ZUNINO, 2019). Nas demais áreas, a partir de 2009, após um longo período de ações fragmentadas e com baixo

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

4 Programa que entregava um tablet para cada aposentado e promovia a inclusão digital, facilitava e agilizava o acesso a direitos, melhorando a inserção, a participação e a equidade.

nível de participação social, foi criada uma governança institucional, o chamado Instituto Nacional de las Personas Mayores (Instituto Nacional das Pessoas Idosas), iniciando, assim, um período de articulação institucional e de participação efetiva dos cidadãos e de organizações em torno de políticas específicas. Tudo isto em um contexto de uma sociedade que apresenta uma avaliação negativa do envelhecimento. A incorporação de uma perspectiva de direitos humanos na política, a participação de representantes de organizações de pessoas idosas em órgãos consultivos nacionais e regionais articularam-se em ações de promoção dos problemas das pessoas idosas, da inclusão em diversas esferas, fundamentalmente social, mas também cultural e digital, este último por meio do Plano Ibirapitá⁴ (IMPO, 2015).

Entre 2009-2020, foram desenvolvidos dois planos nacionais sobre o tema, endossados pelo Conselho Consultivo, que representaram progressos numa perspectiva de curso de vida, direitos humanos e uma concepção participativa de políticas. Foi também lançada a implementação progressiva de um Sistema Nacional Integrado de Cuidados que integrasse a questão da dependência em pessoas idosas. O avanço fundamental no direito positivo nacional é representado pela Convenção Interamericana sobre os Direitos Humanos da Pessoa Idosa, aprovada por lei pelo Parlamento Nacional em 2016, tornando o Uruguai o primeiro país a ratificar o instrumento. Faz parte de um processo que tem funcionado conceitualmente, bem como alguns indícios de transformações na percepção social do envelhecimento, do lugar social e níveis de reconhecimento efetivo da participação das pessoas idosas. Por sua vez, isto tem sido sustentado e dado origem a processos de subjetivação sem precedentes, expressos em processos coletivos de pessoas idosas, como a consolidação da Rede Nacional de Organizações de Pessoas Idosas (Redam) e do Movimento de Residentes e Familiares de Estabelecimentos de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

Desde a pandemia da covid-19 e da mudança das autoridades nacionais em 2020, o processo de avanço da situação das pessoas idosas no Uruguai começa a entrar num período paradoxal devido a três fenômenos simultâneos: O primeiro deles é a definição das pessoas idosas como grupo de risco no contexto da pandemia. Isso contribuiu para reinstalar um discurso institucional que enfraquece e objetifica os idosos com base em declarações de autoridades nacionais e ações sem consulta e que não incluem cuidados. Uma política baseada num critério de idade leva a uma deterioração da imagem social do envelhecimento e dos idosos por parte dos outros e por si próprios, e fortalece a categoria dos

idosos como um “tipo” (HACKING, 2006) de pessoas “a serem cuidadas”, e não como atores relevantes e autônomos nos processos sociais.

O segundo é um novo avanço do reducionismo nas concepções pre-valetentes sobre a saúde dos idosos no campo social e institucional. Nesse sentido, a Década do Envelhecimento Saudável, declarada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2020 para o período 2021-2030, tem sido identificada pelos idosos organizados no país e pela academia como uma proposta muitas vezes formulada em termos biológicos e sua centralidade nas estratégias políticas globais como despolitizante (BERRIEL, RÍOS e SILVERA, 2023).

O terceiro consiste numa deterioração institucional geral das políticas públicas sobre o envelhecimento, a velhice e os idosos no Uruguai. As tentativas de desmantelamento do Instituto Nacional del Adulto Mayor (Inmayores) registradas no início de 2020, rejeitadas devido à ação da Rede Nacional do Idoso, ao enfraquecimento do Plano Ibirapitá e ao declínio da participação nas políticas de saúde, têm sido acompanhadas de redução de recursos e perda de autonomia e articulação com a sociedade civil das equipes diretamente envolvidas no desenvolvimento de políticas na área, bem como perda de continuidade no desenvolvimento de planos articulados como eram realizados anteriormente. Isto está alinhado com o relatório sobre “direitos humanos dos idosos e sistemas nacionais de proteção nas Américas” elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, do qual se pode concluir que, embora se reconheça o progresso normativo e o reconhecimento dos direitos, há estagnação no seu efetivo cumprimento (CIDH-OEA, 2022).

A articulação da ação das pessoas idosas organizadas, da academia e dos movimentos sociais parece ser um caminho já percorrido e necessário para inverter as tendências negativas registradas recentemente. Regressar ao caminho do progresso na garantia do pleno gozo dos direitos das pessoas idosas e da construção de um Uruguai não idadista.

VENEZUELA

Mais pobre, mais velha, mais dependente

A Venezuela, segundo os resultados do *Psicodata: um Retrato Social* (2023), é um país cujos cidadãos vivenciam baixa confiança interpessoal, afeto negativo pelo país, estresse econômico, mal-estar geral, luto constante e limitações na expressão de emoções. Além disso, nas últimas duas décadas viveu a maior expulsão migratória de sua história, depois de ter sido país receptor, tornou-se um país expulsor, onde



Venezuela se tornou um país de velhos e de crianças. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) sinalizam que mais de 5,6 milhões de venezuelanos emigraram nos últimos anos.

75% dos venezuelanos vivenciaram a ausência de familiares ou amigos próximos devido à migração nos últimos dois anos. Os processos migratórios têm gerado um impacto substancial nos aspectos econômicos, sociais e psicológicos das pessoas de todas as idades. Esses processos não só modificam a dinâmica populacional, mas também transformam a composição familiar, bem como os fatores psicológicos, tanto de quem se desloca como de quem fica. Ao mesmo tempo, representa uma mudança nas condições estruturais da vida das pessoas, afetando a sua saúde mental, bem-estar social e psicológico (SILVA et al., 2016).

As principais consequências do processo migratório envolvem o rápido envelhecimento dos países em desenvolvimento, acompanhado por mudanças dramáticas nas estruturas e papéis familiares, nas exigências do trabalho, bem como nas consequências geradas pela deslocalização (GÓMEZ et al., 2016). Esses movimentos impactam de duas formas: na reconfiguração das redes sociais e nos arranjos dos grupos familiares (MONTES DE OCA et al., 2008). Esta nova realidade tem como consequência um complexo processo de ajustamento psicossocial e cultural, cujos resultados podem ser decisivos para uma convivência social positiva ou, pelo contrário, para a produção de novas formas de exclusão social (RODRÍGUEZ-CARVAJAL et al., 2010).

Durante muito tempo, a velhice foi considerada uma fase de dependência, fragilidade e perda de autonomia. Neste sentido, esta concepção parece estar muito longe de um olhar renovado sobre a ideia de aumento da expectativa de vida e de agravamento de cenários socioeconômicos que exigem iniciativa e capacidade de resolução de problemas. Um adulto que vive na Venezuela é testemunha e vítima das poucas políticas e instituições do Estado dedicadas à atenção à saúde das pessoas idosas. De acordo com a demografia, a população

envelhece se a proporção de indivíduos nas faixas etárias mais avançadas aumentar. Quando a mortalidade diminui e a fertilidade aumenta, ocorre crescimento. Se for o contrário, isso influencia não só o número total de habitantes, mas também os seus níveis de produtividade, devido à idade dos seus residentes, que podem ser muito jovens ou bastante idosos. Com a migração, o destino torna-se mais jovem e a origem fica sem uma força de trabalho economicamente ativa (YBÁÑEZ e ALARCÓN, 2007). Na Venezuela, diferentes dinâmicas têm se desenvolvido a partir destas transferências.

Uma reportagem publicada pela BBC News, em 18 de agosto de 2021, assinala que cerca de 60% dos migrantes venezuelanos são pessoas entre 15 e 50 anos, o que implica uma diminuição significativa da força de trabalho e um aumento do peso da população mais velha, que geralmente utiliza mais recursos do sistema de saúde e recebe aposentadorias, sobre as contas públicas. A reportagem menciona dados compilados pela Encovi, os quais apontam que Venezuela conta atualmente com 65 dependentes (menores de 15 anos e maiores de 60 anos) para cada 100 pessoas em idade ativa (BERMÚDEZ, 2021).

Anitza Freitez, diretora do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Universidade Católica Andrés Bello, em Caracas, em entrevista à imprensa internacional (BERMÚDEZ, 2021), afirmou que “De acordo com as projeções do INE, esperava-se que em 2039 a proporção de pessoas com 60 anos ou mais atingisse 12%, 13% da população, mas esse quadro foi antecipado para 2020, de acordo com as atualizações das projeções populacionais para a Venezuela realizadas pelas Nações Unidas. O envelhecimento avançou quase 20 anos devido à seletividade da emigração, que significou o êxodo dos jovens”.

De acordo com dados da ONU, a Venezuela é o país do mundo que mais perdeu população nos últimos cinco anos, mais ainda que a Síria, que está imersa em uma guerra civil. O país é o único da América Latina que chegou a perder habitantes na última década. O encolhimento populacional se deve principalmente à emigração em massa, mas também à queda da natalidade e ao aumento da mortalidade. Venezuela se tornou um país de velhos e de crianças. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)⁵ sinalizam que mais de 5,6 milhões de venezuelanos emigraram nos últimos anos. São centenas de milhares de famílias em situação semelhante e por vezes pior, já que muitos avós venezuelanos não têm acesso à tecnologia para fazer chamadas de vídeo, não possuem passaportes ou recursos financeiros

5 Ver <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>.

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

para visitar os netos a cada tantos anos, às vezes nem dinheiro para pagar pelos medicamentos. Esse novo cenário tem graves implicações para o futuro.

Segundo dados do Encovi (Pesquisa Nacional de Condições de Vida), hoje há mais domicílios habitados por apenas uma pessoa, além de maior número de domicílios chefiados por mulheres, como explica Anitza Freitez: “Nossa migração é principalmente masculina. Isso fez com que as mulheres acabassem se tornando chefes de família - temos um percentual de famílias chefiadas por mulheres acima de 50%. Não há outro país na América Latina que tenha nível tão alto - a média da região é da ordem de 36%”.

A situação particular da Venezuela, em relação às pessoas idosas, pode ser descrita a partir das adversidades que enfrentam: solidão, dependência, alterações físicas, perda de capacidades, rescisão de emprego, entre outros. A isso se somam os programas sociais governamentais destinados a esta população, que geralmente são de natureza assistencial e respondem mais a referências estrangeiras do que a diagnósticos feitos sobre a realidade dos idosos no país e, portanto, não cobrem todas as necessidades (MORA, 2018).

Não há dúvidas sobre a capacidade das pessoas idosas de se adaptarem à situação particular da Venezuela. O portal Prodavinci, em seu relatório Promessa Quebrada, analisa o sistema previdenciário do país e mostra que entre 2000 e 2020, o valor acumulado que uma pessoa receberia em 25 anos perdeu 99,70% do seu valor. Estes baixos rendimentos demonstram a capacidade dos venezuelanos mais velhos para sobreviver e resolver problemas. Em vez de salários ou rendimentos do trabalho, a dependência é alcançada quando as necessidades são satisfeitas através de uma pensão, ajuda familiar, redes de apoio social, programas governamentais e privados, ou instituições de caridade públicas. Em muitos casos, isto implica o empobrecimento não só da pessoa idosa, mas também do seu ambiente familiar e social (HAM-CHANDE, 2000).

Os aspectos relacionados com a situação econômica das pessoas idosas e o montante dos rendimentos que recebem influenciarão a posição social em que podem funcionar e, portanto, a saúde, a propriedade e a manutenção da habitação, bem como a continuidade das relações sociais e a qualidade da vida em geral. Uma renda adequada às necessidades de cada pessoa pode permitir que ela se sinta bem e mantenha a autoestima elevada (ZETINA, 1999). O término de sua atividade labo-

ral, seja abrupta ou gradual, acarreta sempre perda de rendimentos para a população idosa, o que terá repercussões de diversas formas dependendo das capacidades e características de cada pessoa. Porém, parece que a autonomia como variável pessoal se destaca no adulto venezuelano por permitir-lhe enfrentar circunstâncias atenuantes, bem como qualquer mudança no ambiente, embora a percepção subjetiva de desconforto psicológico esteja presente. A capacidade de resolução, a tomada de decisões e a salvaguarda dos ativos num país em crise são as principais estratégias para enfrentar as adversidades.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Embora a região tenha ciência de que houve avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas idosas, há estagnação e até retrocesso quanto à efetividade de vários marcos legais de proteção à população envelhecida. Ou seja, a deterioração institucional geral das políticas públicas sobre o envelhecimento, a velhice e os idosos é um fato presente na América Latina. Há desmantelamento de políticas sociais, com redução de recursos, e descontinuidade de planos realizados anteriormente.

Portanto, o envelhecimento populacional continua sendo um dos principais desafios da América Latina e do Caribe, região que envelheceu vertiginosamente, sendo pobre, e sem ter resolvido questões estruturais, como as desigualdades socioeconômicas que acabam afetando o viver. A par destas questões, ressaltamos a aprendizagem ao longo da vida, muito bem expressa por colegas da Argentina e Cuba, já que um dos maiores desafios globais é aprender a envelhecer, até para se combater o idadismo, tarefa que compete a todos nós, estudantes, profissionais ou pessoas idosas. Conhecer para melhor longeviver.



Embora a região tenha ciência de que houve avanços no reconhecimento dos direitos das pessoas idosas, há estagnação e até retrocesso quanto à efetividade de vários marcos legais de proteção à população envelhecida. Ou seja, a deterioração institucional geral das políticas públicas sobre o envelhecimento, a velhice e os idosos é um fato presente na América Latina.

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

(*) Coletivo Redip
*Red Latinoamericana Interdisciplinaria de
Psicogerontología*

Argentina:

*Norma Liliana Tamer - Doctora en Educación.
Mg.Sc. en Educación de Adultos. Fundadora y
Directora del Programa Educativo de Adultos
Mayores (PEAM). Universidad Nacional de
Santiago del Estero (UNSE). Directora del Instituto
Interdisciplinario Regional de Investigación y
Estudios en Gerontología (IIRGe).
E-mail: normatamer2010@yahoo.com.ar*

*Claudia Josefina Arias - Doctora en Psicología.
Magister en Psicología Social. Profesora e
investigadora del Instituto de Psicología Básica,
Aplicada y Tecnologías (IPSIBAT) Facultad de
Psicología Universidad Nacional de Mar del Plata
(UNMDP). Coordinadora de los Talleres para
personas mayores e integrante del Programa
Gerontológico. Facultad de Psicología CONICET.
E-mail: cjarrias@mdp.edu.ar*

Brasil:

*Beltrina Côrte – Formada em Jornalismo,
Especialização e Mestrado em Planejamento e
Administração do Desenvolvimento Regional,
na Universidad de los Andes, Bogotá/ Colômbia.
Doutorado e pos.doc em Ciências da Comunicação
pela USP. É docente da Pontificia Universidade
Católica de São Paulo, na Faculdade de Ciências
Humanas e da Saúde. Pesquisadora do Núcleo de
Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE). CEO
do Portal do Envelhecimento e Longevidade. Atua
na área da gerontologia social e na divulgação
científica. É membro fundador, desde 2005, da
Red Latinoamericana Interdisciplinaria de
Psicogerontología (REDIP).
E-mail: beltrinac@gmail.com.*

*Maria Elisa Gonzalez Manso – Doutora em
Ciências Sociais-Antropologia pela PUC-SP, com
pós-doutorado em Gerontologia Social pela mesma
instituição. Mestre em Gerontologia Social (PUC-
SP). Graduada em Medicina e bacharel em Direito,
com pós-graduação em Educação Médica (USP),
Docência na Saúde (UFRGS), Psicogerontología
(UMAI-Argentina), Saúde Organizacional (ESAB-
ES), Administração em Serviços da Saúde (FGV
SP) e Administração de Empresas (USJT SP).
É professora titular do Curso de Medicina do
Centro Universitário São Camilo (CUSC SP).
Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa
do Envelhecimento (NEPE/PUC-SP). É membro
da Red Latinoamericana Interdisciplinaria de
Psicogerontología (REDIP).
E-mail: mansomeg@hotmail.com*

Cuba:

*Eduardo Triana Álvarez - Licenciado en Psicología
en 1990, Máster en Nuevas Tecnologías para
la Educación y en Longevidad Satisfactoria, en
proceso el Doctorado en Ciencias de la Salud. Es
miembro suplente de la junta gobierno nacional de
la Sociedad Cubana de Gerontología y Geriatria
y miembro fundador de la Red Latinoamericana
Interdisciplinaria de Psicogerontología-
REDIP. Profesor en la Universidad de Matanzas
y en la Universidad de Ciencias Médicas de
Matanzas, ha participado como profesor en
las maestrías de nuevas tecnologías para la
educación y de Longevidad satisfactoria. Profesor
principal de quince ediciones del Diplomado
de Gerontología Comunitaria dirigida a la
formación de los Equipos Multidisciplinarios de
Atención Gerontológica. Ha realizado variadas
publicaciones nacionales e internacionales
sobre temas de nuevas tecnologías y adulto
mayor en revistas y en libros como Informática*

y envejecimiento. Retos de un nuevo milenio y la cartilla de la persona cuidadora. Integrante del equipo que desarrollo el programa de la especialidad de Gerontología y Geriatria en Cuba. Ha participado como ponente y miembro del comité científico de múltiples eventos nacionales e internacionales. Ha participado en asesorías y tutorías de trabajos de terminación de maestrías, diplomados, cursos y especializaciones relacionadas con la Gerontología en varios centros de enseñanza superior. Coordinador y psicólogo del proyecto Centro Gerontológico Colón. Coordinador de área de las TIC en proyecto de colaboración internacional PIES_Plaza y Director del proyecto de colaboración internacional AMAM y FortAM (<https://www.facebook.com/fortamp/>). E-mail: gpcte@infomed.sld.cu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1639-5476>

Teresa Orosa Fraíz - Psicóloga. Profesora Auxiliar y Consultante de la Facultad de Psicología de la Universidad de La Habana. Fundadora y Presidenta de la primera Cátedra Universitaria del Adulto Mayor, modalidad cubana de las universidades de tercera edad. Presidenta de la Sección de Psicogerontología de la Sociedad Cubana de Psicología. Profesora Principal e introductora de la asignatura Psicología del Desarrollo del Adulto Mayor en la formación básica profesional de la Psicología, en Cuba. Introdutora del abordaje Histórico Cultural para el estudio del envejecimiento psicológico. Máster en Gerontología Social en la Universidad Autónoma de Madrid y Máster en Psicología Educativa en la Universidad de La Habana. Miembro Fundador de la Red Iberoamericana de Programas Universitarios con Mayores (RIPUAM). Miembro de la Asociación Internacional de Universidades de Tercera Edad (AIUTA) y de la

Federación Internacional de Asociaciones de Personas Mayores (FIAPA). Miembro de la Red de Políticas Sociales y de la Red Cubana de Estudios sobre los Cuidados de la Universidad de La Habana. Miembro de la Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología. Recientemente elegida por las Naciones Unidas, y desde el sector académico, como una de las 50 líderes mundiales que más han aportado a la Década del Envejecimiento Saludable. E-mail: torosa@infomed.sld.cu teteorosa@gmail.com

Equador:
Ximena Andrade Cáceres - Psicóloga Clínica, actualmente curso el Doctorado en Psicología. Docente - investigadora de la Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador, tengo a mi cargo la cátedra: Desarrollo psicológico del adulto. Investigo temas vinculados al proceso de envejecimiento y vejez. Miembro de la Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología (REDIP). E-mail: xandrade@ups.edu.ec

México:
Marco Antonio Cubillo León – Medico Cirujano. Especialista en Medicina de Rehabilitación. Especialista en Ciencias de la Complejidad. Maestro en Gerontología Social y Estrategias de Atención al Adulto Mayor. Doctor en Pensamiento Complejo. Estudio del Fenómeno de la Discapacidad. Estudio del Proceso de Envejecimiento. Modelos de Intervención Transdisciplinaria. Actualmente es el Coordinador del Instituto Transdisciplinario (ITR) en Rehabilitación del Centro Mexicano Universitario de Ciencias y Humanidades (CMUCH). E-mail: marcocub@hotmail.com

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
 Desafios da América Latina e do Caribe

María Montero-López Lena - Licenciada, maestra y doctora en Psicología por Universidad Nacional Autónoma de México. Facultad de Psicología. División Estudios de Posgrado e Investigación. Líneas de investigación: Soledad, espiritualidad y desarrollo socio emocional a través del ciclo vital; Vejez y envejecimiento en condición de pobreza; Restauración psicológica y ambiental; Ecología social y desarrollo comunitario; y Desarrollo de indicadores cuantitativos en psicología.
E-mail: monterol@unam.mx

Uruguai:

Fernando Berriel - Dr. en Psicología, Profesor Titular del Instituto de Psicología Social e investigador del Centro Interdisciplinario de Envejecimiento de la Universidad de la República, Uruguay. Es autor y co autor de diversos libros y artículos sobre psicología, clínica, significaciones sociales y políticas públicas sobre envejecimiento y personas mayores. Es miembro fundador de la Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología (REDIP) habiendo oficiado como profesor invitado de varias universidades de América Latina, incluida la PUC-SP. Recientemente ha publicado, como co coordinador, el libro "Acontecimiento, poder y resistencia" en el que se aborda, junto a otros colegas y entre otros temas, los procesos psicosociales desplegados por colectivos de personas mayores en la reciente pandemia, disponible en: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/39823/6/>

Acontecimiento%2c%20poder%20y%20resistencia.pdf. Coordinador del Núcleo Interdisciplinario de Estudios sobre Vejez y Envejecimiento (NIEVE).
E-mail: ferber@psico.edu.uy

Venezuela:

Victoria Tirro - Psicóloga- Psicogerontóloga. Máster en Neurociencias (IAEU). Miembro de la Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología (REDIP). Profesora Universitaria UNIMET/Investigadora. Miembro de la red interuniversitaria de envejecimiento saludable RIES-LAC.
E-mail: victoriatirro@gmail.com

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, A. La esperanza de vida en 2023 subirá a 81,8 años para los hombres y a 87 para las mujeres. *Solidaridad intergeneracional*, 5 feb. 2023. Disponível em: <https://solidaridadintergeneracional.es/wp/la-esperanza-de-vida-en-2023-subira-a-818-anos-para-los-hombres-y-a-87-para-las-mujeres/#:~:text=05%20Feb%20La%20esperanza%20dey%20a%2087%20para%20las%20mujeres>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ANTUNES, J. L. F. Desigualdades sociais na autoavaliação de saúde dos idosos da cidade de São Paulo. *Rev. bras. epidemiol.*, 21 (Suppl 02), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180010.supl.2>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ARIAS, C. Aportes del apoyo social en el delineamiento de políticas públicas para las personas mayores. En V. Montes de Oca (coord.) *Envejecimiento en América Latina y el Caribe. Enfoques en investigación en Envejecimiento*. México: Instituto de Investigaciones Sociales (p .425-452) Ciudad de México: Unam, 2013.
- BERMÚDEZ, Ángel. País de velhos e crianças: migração em massa aprofunda crise na Venezuela. Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/pais-de-velhos-e-criancas-migracao-em-massa-aprofunda-crise-na-venezuela,6c760fe28ce2e729e45cf8e1a1bdbc47gbfxp82k.html>. Acesso em: 8 out. 2023.
- BERRIEL, Fernando; RÍOS, Luján; SILVERA, Francis. Las organizaciones de personas mayores ante la pandemia: narrativas, capacidad de acción y acontecimiento. Rodríguez, A.; Castro, Maira; Berriel, Fernando e Estiben, Camila. *Acontecimiento, poder y resistencia. Construcciones colectivas sobre la experiencia de la pandemia de covid-19*, p. 65-94, 2023. Universidad de la República. Disponível em: <https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/39823/6/Acontecimiento%2c%20poder%20y%20resistencia.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- CIDH-OEA. Derechos humanos de las personas mayores y sistemas nacionales de protección en las Américas. CIDH, 2022. Disponible en: https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/2023/PersonasMayores_ES.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.
- COMISIÓN Económica para América Latina y el Caribe (Cepal). *Envejecimiento en América Latina y el Caribe: inclusión y derechos de las personas mayores*. Organización das Nações Unidas, Santiago, 2022.
- COMISIÓN Económica para América Latina y el Caribe (Cepal). *Observatorio Demográfico*, 2022. Organización das Nações Unidas, Santiago, 2022.
- CONSEJO Nacional para la Igualdad Intergeneracional (s/f). *Estado de situación de las personas adultas mayores*. Disponível em: <https://www.igualdad.gob.ec/estado-de-situacion-de-las-personas-adultas-mayores/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ERAZO, M.; FARS, M. *Depresión: una experiencia del Hospital de Adulto Mayor*, Quito, Ecuador, 2018. Disponível em: <https://www.revistabionatura.com/files/2020.05.03.11.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- FORTES, Valdivia P. *Envejecimiento y atención a la dependencia em Ecuador*, 2020. Disponível em: <https://eurososocial.eu/wp-content/uploads/2021/03/Envejecimiento-y-atencion-a-la-dependencia-en-Ecuador.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

- FREIRE, W. Encuesta de salud, bienestar y envejecimiento (Sabe), 2010. Disponível em: <https://www.gerontologia.org/portal/archivosUpload/Ecuador-Encuesta-SABE-presentacion-resultados.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- GÓMEZ, R.; PACHECO, J. Y COSSIO-BOLAÑOS; M. Aspectos demográficos del envejecimiento. UCMaule - Revista Académica, (50), 19-29, jul. 2016.
- GONZÁLEZ R.; TRIANA E.; REYES T. Apoyo de la App SharExam al examen periódico de salud del adulto mayor. [Apresentação de ensaio]. Convención internacional CUBASALUD 2022, Palacio de convenciones de La Habana. Cuba, 2022. Disponível em: <https://convencionsalud.sld.cu/index.php/convencionsalud22/2022/paper/viewFile/2937/1206>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- HACKING, I. Kinds of people, moving targets. Proceedings of the British Academy, v. 151, p. 285-318, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.5871/bacad/9780197264249.003.0010>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- HAM-CHANDE, R. Los umbrales del envejecimiento. Estudios Sociológicos, 18(3), 661-676, sep.-dic., 2000.
- IMPO - Centro de Información Oficial. Decreto n° 130/015. Creación del Programa Ibirapitá, 2015. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/bases/decretos/130-2015>. Acesso em: 6 out. 2023.
- INDEC. Encuesta nacional sobre calidad de vida de adultos mayores, 2012.
- ENCAVIAM. Serie Estudios Indec n° 46. Buenos Aires.
- INDEC. Estimaciones y proyecciones de población 2010-2040, 2013, n. 35. Serie análisis demográfico. Buenos Aires, Argentina, 2012. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-24-84>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Síntese de Indicadores Sociais (SIS): uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no brasil. estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- LÓPEZ ROSETTI, Daniel. Equilibrio. Cómo pensamos, cómo sentimos, como decidimos. Buenos Aires, Argentina: Planeta, 2019.
- MANSO, M. E. G; LOPES, R. G. C. Violência contra a mulher idosa: estado da arte. Revista Kairós-Gerontologia, 23(4), 65-80, 2020.
- MANSO, M. E. G; LOPES, R. G. C. . Idosas, empobrecidas e desamparadas. É assim que queremos envelhecer?! Revista Portal de Divulgação, n. 54, 2017.
- MANSO, M. E. G; GOBBO, L. E. M. A velhice não é uma totalidade biológica: o ageísmo entre estudantes de medicina. Oikos. v. 34, n. 2, p. 1-22, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31423/2236-8493.v34i2.15062>. Acesso em: 10 dez. 2023.

- MANSO, M. E. G et al. Velhices: Vulnerabilidades sociais e programáticas, segundo cor e gênero. 2023. Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/velhices-vulnerabilidades-sociais-e-programaticas-segundo-cor-e-genero/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- MONTERO-LÓPEZ LENA, M. Salud mental y personas mayores ante covid-19. V. Montes de Oca e M. Vivaldo (coords). Las personas mayores ante covid-19. Perspectivas interdisciplinarias sobre envejecimiento y vejez. p.691-714. Universidad Nacional Autónoma de México, 2021.
- MONTERO-LÓPEZ LENA, M. La salud mental y bienestar psicológico en la vejez. R. Cordera, H. Pasantes e S. Molina (coords.) La vejez en México en el siglo XXI. Desafios individuales y sociales. Cuadernos del Seminario, p. 260-273, 2022.
- MONTE DE OCA, V.; MOLINA, A.; AVALOS, R. Migración, redes transnacionales y envejecimiento: estudio de las redes familiares transnacionales de la vejez en Guanajuato. Universidad Nacional Autónoma de México, 2008.
- MORA, L. El contexto venezolano de inicios del siglo XXI: rasgos de un país y su gente. *Procesos Históricos*, (34), 32-67, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/200/20057342004/html/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- MORA, Francisco. Neuroeducación. Madri: Espanha: Alianza Editorial, 2013.
- MORIN, Edgar. Enseñar a vivir. Manifiesto para cambiar la educación. Nueva Vision. Espanha, 2015.
- MREJEN, M.; NUNES, L.; GIACOMIN, K. Envelhecimento populacional e saúde dos idosos: o Brasil está preparado? Estudo Institucional n. 10. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2023.
- ONEI. El envejecimiento de la población. Cuba y sus territorios 2022. Oficina Nacional de Estadísticas e Información. La Habana, 2023. Disponível em: <http://www.onei.gob.cu/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- OROSA T. Aprender a envejecer: modelo cubano en gerontología educativa. Asociación Médica del Caribe (Ameca), Revista CMA-Ameca, v. 8, n. 3, 2018.
- OROSA, T., SÁNCHEZ, L. Envejecer aprendiendo: la Cátedra Universitaria del Adulto Mayor. *Revista Temas-Longevidades*, (100-101), p. 46-52, 2020. Disponível em: <http://cubarte.cult.cu/revista-temas/longevidades-numero-100-101-de-temas/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- OROSA, T.; SÁNCHEZ, L. La educación como derecho de las personas mayores: avances y desafíos. *Visión multidisciplinaria de los derechos humanos de las personas mayores (LC/MEX/TS 2022/4)*. Ciudad de México: Huenchuan: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), 2022.
- PELLEGRINO, Adela. Uruguay: cien años de transición demográfica. *Migración y desarrollo*. 11(20), p. 186-207, 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992013000100007&lng=es&tln=es. Acesso em 6 oct. 2023.
- PRODAVINCI. La promesa rota: el colapso de la seguridad social en Venezuela. Disponível em: <https://lapromesarota.prodavinci.com/3/2>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Artigo 2

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais
Desafios da América Latina e do Caribe

- PSICODATA VENEZUELA. Un retrato psicosocial. Universidad Católica Andrés Bello, 2023. Disponível em: https://psicologia.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/2023/02/PsicoData_compressed.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.
- REYES, T; TRIANA, EA; GONZÁLEZ, R. Apoyo de tecnologías de la información y la comunicación al examen periódico de salud. Ciencia e innovación tecnológica, v. VII, cap. Envejecimiento y longevidade satisfactoria. Rev. Opuntia Brava. Editorial Académica Universitaria, Las Tunas, 2019. Disponível em: http://edacunob.ult.edu.cu/bitstream/123456789/106/3/Ciencia%20e%20Innovaci%C3%B3n%20Tecnol%C3%B3gica%20Vol_VII.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.
- REYES, T; TRIANA, E. A.; ZAMORA, A.; GONZÁLEZ, R. et al. Aporte de tecnologías móviles al examen periódico de salud en un consultorio médico de familia de Colón [Apresentação de paper]. Convención Internacional Cubasalud 2022, Palacio de Convenciones de La Habana, Cuba. Disponível em: <https://convencionsalud.sld.cu/index.php/convencionsalud22/2022/paper/download/1111/1449>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- REYES, T; TRIANA, E. A.; GONZÁLEZ, R. Aportes de APP SharExam al examen periódico de salud aplicado por estudiantes de medicina en Colón. [Apresentação de paper]. Convención Internacional Cubasalud 2022, Palacio de Convenciones de La Habana, Cuba. Disponível em: <https://convencionsalud.sld.cu/index.php/convencionsalud22/2022/paper/download/2939/1454>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- RODRÍGUEZ-CARVAJAL, R.; DÍAZ, D.; MORENO-JIMÉNEZ, B.; BLANCO, A.; VAN DIERENDONK, D. Vitalidad y recursos internos como componentes del constructo de bienestar psicológico. *Psicothema*, 22, 63-70, 2010.
- ROQUÉ, M & FASSIO, A. Gerontología comunitaria e institucional. Mar del Plata: Facultad de Psicología: UNMDP, 2007.
- SILVA, J.; URZÚA, A.; CAQUEO-URÍZAR, A.; LUFIN, M.; IRARRÁZAVAL, M. Bienestar psicológico y estrategias de aculturación en inmigrantes afrocolombianos en el norte de Chile. *Interciencia: Revista de Ciencia y Tecnología de América*, 41, 804-811, dic. 2016. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33948806002>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- TAMER, Norma. La perspectiva de la longevidad: un tema para re-pensar y actuar. *Revista Argentina de Sociología*, año 7, v. 6, 010, p. 91-110, Buenos Aires e Redalyc México, 2008. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- TAMER, N. L. La educación con adultos mayores en la perspectiva de la educación a lo largo de la vida. La universidad como un espacio institucional posible. *Revista Tiempo. El portal de la Psicogerontología*, n. 29, jul. 2012.
- TAMER, N. Envejecimiento, vejez y educación a lo largo de la vida. Transitando entre algunas certezas y nuevas incertidumbres. *Population Horizons*, larna special issue, 2020.
- TRIANA, E. A.; REYES, T. Cartilla de la persona cuidadora. *Revista TINO. Joven Club de Computación y Electrónica*, 2023. Disponível em: [//revista.jovenclub.cu/cartilla-de-la-persona-cuidadora/](http://revista.jovenclub.cu/cartilla-de-la-persona-cuidadora/). Acesso em: 22 jun. 2023.

- TRIANA, E. A.; REYES, T.; VIDAL, M.; GONZÁLEZ, R. Aporte gerontotecnológico en la evaluación funcional en modelo cubano de atención comunitaria al adulto mayor [Apresentação de paper]. Convención internacional Cubasalud 2022, Palacio de Convenciones de La Habana, Cuba. Disponível em: <https://convencionsalud.sld.cu/index.php/convencionsalud22/2022/paper/download/1116/396>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- TRIANA, E. A.; REYES, T.; PÉREZ, E. Cartilla de la persona cuidadora. Editorial Joven Club, 2023. Enlace en: <https://revista.jovenclub.cu/wp-content/uploads/2023/06/Cartilla-de-la-persona-cuidadora.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- TRIANA REYES, E. Mejora del examen periódico de salud. Basado en procesos y evaluación de tecnologías. Editorial Académica Española, 2020. Disponível em: <https://www.morebooks.de/store/es/book/mejora-del-examen-peri%C3%B3dico-de-salud/isbn/978-620-0-39029-5>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- VALDIVIESO, S.; ANGULO, J.; BONILLA, A.; CHALELA, L.; SÁNCHEZ, P. Caracterización de la vejez y el envejecimiento, un enfoque desde los servicios de inclusión social y económica del MIES. Ministerio del Inclusión Económica y Social. Quito, Ecuador, 2020.
- VIDAL LEDO, M.; TRIANA A. E.; REYES C. T.; GONZÁLEZ RODRÍGUEZ, R. La educación 4.0 y su aplicación en la educación médica superior. *Educación Médica Superior*, 37(3), 2023. Disponível em: <https://ems.sld.cu/index.php/ems/article/view/3972/1518>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- VILLACÍS, B.; CARRILLO, D. País atrevido: la nueva cara sociodemográfica del Ecuador. Edición especial Revista Analitika. Instituto Nacional de Estadística y Censos (Inec). Quito, Ecuador, 2012. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/wp-content/descargas/Libros/Economia/Nuevacarademograficadeecuador.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- YBÁÑEZ, E.; ALARCÓN, R. Envejecimiento y migración en Baja California. *Frontera Norte*, 19(38), 93-125, jul.-dic. 2007.
- ZETINA, M. Conceptualización del proceso de envejecimiento. *Papeles de Población*, 5(19), 23-41, ene.-mar. 1999. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11201903>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ZUNINO, Gonzalo (coord.). Presente y futuro del sistema de seguridad social en Uruguay. Desafíos ante la transición demográfica y el cambio tecnológico. Montevideo: Centro de Investigaciones Económicas. Observatorio de Seguridad Social, 2019.
- ZYGMUNT, Bauman. Los retos de la educación en la modernidad líquida. Barcelona: Gedisa, 2010.
- VERDI, Natalia Carolina. 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, podemos comemorar? Disponível em: <https://www.portaldoenvelhecimento.com.br/20-anos-do-estatuto-da-pessoa-idosa-podemos-comemorar/>. Acesso em: 9 out 2023.



Envelhecimento e Desigualdades Raciais

[Artigo 3, páginas de 72 a 85]





Camila Fernandes

*Realiza pós-doutorado no Programa de Antropologia Social do Museu Nacional, doutora em antropologia social pelo mesmo programa, desenvolve pesquisas nas áreas de gênero, sexualidades, raça, maternidades, cuidados, águas, favelas e violência de Estado.
fernandesv.camila@gmail.*

Huri Paz

*Coordenador Institucional e Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Afro-Ce-brap) e mestrando em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).
huri.henrique@gmail.com*



1 Acesse: <https://cebrap.org.br/envelhecimento-de-desigualdades- raciais/>.

2 Acesse: <https://cebrap.org.br/pesquisas/impactos-sociais-do-envelhecimento-ativo/>.

3 A pesquisa foi realizada com uma amostra de indivíduos com 50 anos ou mais em cada uma das três capitais. Em cada cidade foram realizadas 500 entrevistas domiciliares e presenciais. A amostra foi feita em dois estágios: a) no primeiro, sortearam-se os setores censitários para garantir a dispersão geográfica na cidade; b) no segundo, os entrevistados foram selecionados a partir de cotas por faixa etária e gênero (homens, mulheres; 50 a 59 anos; 60 a 69 anos; 70 a 79 anos; 80 anos ou mais). Todas as análises realizadas com esses dados foram ponderadas estatisticamente, o que significa dizer que elas são representativas desses grupos em cada uma das capitais.

APRESENTAÇÃO

Este documento objetiva apresentar uma síntese dos resultados do estudo *Envelhecimento e Desigualdades Raciais*¹, produzido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) com financiamento do Itaú Viver Mais, e propor alternativas de enfrentamento às desigualdades raciais vividas pelas pessoas idosas.

O estudo analisa as desigualdades raciais com base nos dados da pesquisa Impactos Sociais do Envelhecimento Ativo², realizada no ano de 2021. A pesquisa foi baseada em um *survey* conduzido com população de mais de 50 anos em três capitais brasileiras: São Paulo, Salvador e Porto Alegre. A escolha das cidades se justifica pelos altos índices de envelhecimento populacional e em função da diversidade regional. O estudo revelou que existem desigualdades substanciais na experiência de envelhecimento quando se comparam pessoas negras e brancas com mais de 50 anos. É fundamental observarmos esse aspecto para o desenvolvimento de uma sociedade que envelhece com dignidade e equidade³.

A pesquisa foi construída com base no conceito de envelhecimento ativo da Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelecido em 2005 e desenvolve um Índice de Envelhecimento Ativo multidimensional que contempla 11 indicadores temáticos: saúde, violência, autoestima, mobilidade, capital social, bem-estar, inclusão digital, segurança financeira, inclusão produtiva, atividade física e cultura.

Este documento focará em cinco dimensões que apresentaram os maiores indícios de desigualdades raciais e que demandam intervenções: saúde, inclusão produtiva, segurança financeira, inclusão digital e resgate da memória.

É essencial planejar ações e realizar intervenções que fortaleçam a autonomia e promovam o bem-viver da população idosa. Promover o envelhecimento saudável e digno inclui a integração de diferentes setores e campos de intervenção, como: direitos trabalhistas e previdenciários; mobilidade e acessibilidade; atividades físicas, culturais e sociais; e equipamentos públicos e privados de atenção e cuidado. Trata-se de uma questão complexa que demanda uma abordagem transversal e multidisciplinar. Este relatório tem a finalidade de promover o debate público, sensibilizar a sociedade e subsidiar ações governamentais, do setor privado e da sociedade civil organizada.

DIMENSÃO: SAÚDE

A saúde é um dos principais pilares de promoção do envelhecimento ativo. O indicador de saúde do estudo contempla aspectos como o

acesso e uso da rede de serviços de saúde, a qualidade do atendimento e os comportamentos de risco, a exemplo do alcoolismo e tabagismo.

A pesquisa evidenciou que, nas três capitais investigadas, homens e mulheres negras apresentam pior desempenho no indicador de saúde. Nas três capitais, o acesso aos serviços de saúde privados por homens e mulheres brancos é maior. Por exemplo, a comparação das duas capitais para o grupo da faixa entre 70 e 79 anos revela que as mulheres negras porto-alegrenses apresentam um indicador de saúde com 9,7 pontos a mais que as negras soteropolitanas. Já entre os homens brancos dessa faixa essa diferença chega a 26,9 pontos. Em Porto Alegre, 47% das pessoas brancas acessam serviços de saúde privados, enquanto entre as pessoas negras esse número é de apenas 24%.

De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), a partir dos 15 anos de idade as mortes dos homens negros representam, pelo menos, o dobro dos demais grupos. Em São Paulo, 71% das mortes entre homens negros ocorrem até os 69 anos, enquanto entre os homens brancos esse percentual é de 48%. Os homens negros apresentam os piores indicadores sociais, fruto de inúmeras exposições ao risco longo do ciclo de vida. O estudo *Causas de Óbito Segundo Raça/Cor e Gênero no Estado de São Paulo* mostra que até os 69 anos os homens negros estão mais expostos a riscos como violência e ambientes de trabalho precários. Além disso, são acometidos por determinadas doenças, como a hipertensão arterial (Ministério da Saúde, 2017).

Observando as causas das mortes, nota-se também que os homens negros são mais acometidos por transtornos mentais e comportamentais (número três vezes maior em comparação aos homens brancos), além de sofrerem mais com doenças infecciosas e parasitárias (1,9 vezes mais que os homens brancos). Os dados da pesquisa vão de encontro a outros estudos que verificam uma tendência maior dos homens em negligenciar a sua própria saúde devido aos papéis de gênero culturalmente estabelecidos em nossa sociedade (MINAYO, 2011; SEPARAVICH & CANESQUI, 2020). Esse diagnóstico revela que o envelhecimento saudável da população negra, especialmente da população negra masculina, enfrenta mais desafios.

Deste modo, os serviços de saúde devem estimular campanhas de sensibilização voltadas ao público masculino, com foco no acolhimento inclusivo de promoção do autocuidado (COSTA, 2013). Os serviços de saúde devem elaborar iniciativas para aproximar os homens do universo dos cuidados, criando estratégias de comunicação que busquem desconstruir os estereótipos de masculinidade e ofertar serviços in-



De acordo com dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), a partir dos 15 anos de idade as mortes dos homens negros representam, pelo menos, o dobro dos demais grupos. Em São Paulo, 71% das mortes entre homens negros ocorrem até os 69 anos, enquanto entre os homens brancos esse percentual é de 48%.

clusivos para esse público. As ações devem reiterar que o cuidado com a saúde é um tema masculino e deve ser valorizado na esfera pública.

A parcela idosa e negra da população sofre com a falta de serviços básicos de saúde, como saneamento, acesso à água potável e segurança habitacional, sobretudo após o evento da pandemia de covid-19 (GÓES, RAMOS, FERREIRA, 2020). Nesse sentido, é importante tratar a saúde a partir de uma perspectiva interdisciplinar e coletiva, que contemple a melhoria de políticas de habitação, saneamento básico e mobilidade urbana (MOURA, 2021).

Incentivam-se iniciativas de segurança alimentar para todas as faixas etárias, mas com uma atenção especial à população idosa e negra. São fundamentais ações e programas que promovam o acesso à alimentação saudável, apontada como fator de controle e prevenção de doenças crônico-degenerativas. Além desse aspecto, defende-se a disseminação do campo da gerontologia aplicada e o fortalecimento dos cursos profissionais de terapia ocupacional recentemente criados nas universidades públicas. Esta profissão visa atender populações que têm sua participação ocupacional ameaçada pelas desigualdades sociais, a exemplo da população negra e idosa. Profissionais deste campo podem ser excelentes facilitadores de atividades emancipadoras, grupais ou individuais, na busca de conscientização e empoderamento da questão racial, promovendo a participação social e diminuindo a exclusão social deste grupo.

Outras áreas da saúde com potencial de aprimoramento no envelhecimento ativo dizem respeito ao campo da saúde mental, reabilitação e fisioterapia, com foco na formação de profissionais da saúde qualificados nas temáticas da questão racial e geracional. Destacamos que a população negra e idosa pode se beneficiar de iniciativas de promoção de cuidado em saúde mental integrada à dimensão cultural e territorial por meio da criação de espaços que promovam atividades de educação, cultura e lazer com envolvimento comunitário (FREITAS, JÚNIOR e COSTA, 2018).

Incentivamos a disseminação de práticas de saúde inspiradas na medicina afro-brasileira, a exemplo do fortalecimento da atuação de mulheres negras e idosas que atuam como erveiras, benzedeiros e curandeiras em diferentes territórios. Essas experiências podem envolver grupos de artesanato, arteterapia e práticas de autocuidado, com especial atenção para mulheres negras e idosas (VIDAL, 2012)⁴.

As empresas e o setor público podem fortalecer o investimento nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) com foco na população negra e idosa. Esses espaços necessitam da provisão de equipe integrada por diferentes profissionais, devendo ser composta de: assistente social, educador físico, enfermeiro, técnico de enfermagem, nutricionista, médico, fisioterapeuta, cuidadores de idosos e responsáveis pelos serviços gerais. Além deles, também podem compor a equipe profissionais farmacêuticos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e musicoterapeutas, como forma de ampliar a atenção e a manutenção do bom estado de saúde dos residentes, contribuindo para sua autonomia e sua independência física, psíquica e social (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, apostamos na disseminação das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics) na atenção à saúde das pessoas negras e idosas. As práticas dizem respeito à oferta de ações participativas do campo da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), como acupuntura, homeopatia, fitoterapia, medicina antroposófica e termalismo. Em alguns municípios brasileiros, os serviços de saúde incluem procedimentos como: arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa e yoga (NUNES, 2021).

Essas iniciativas podem ser estimuladas por meio de programas de intervenção comunitários, voltados ao exercício e à prática da atividade física. Esses programas já existem em alguns municípios do país, ainda que sejam necessários alguns ajustes para sua utilização nas diferentes regiões do Brasil. Exemplos podem ser vistos através de iniciativas desenvolvidas pela Fundação Britânica de Beneficência (FBB) e Fundação Julita, em São Paulo. No Rio de Janeiro, em algumas clínicas da família. No Programa de Incentivo à Atividade Física para Idosos (Piafi), promovido pelo Instituto de Geriatria e Gerontologia (IGG) do Hospital São Lucas (HSL), no Rio Grande do Sul. Os centros podem atuar também com oficinas da chamada estimulação cognitiva para idosos com ênfase em memória, diante da quantidade de idosos acometidos por demências e sua consequente perda de autonomia.

4 Na cidade de Porto Alegre essas iniciativas são promovidas entre o poder público e as comunidades quilombolas que atuam com pessoas idosas e negras. Tais ações também podem ser observadas em comunidades quilombolas na cidade de Salvador (BONFIM et al., 2021).

DIMENSÃO: INCLUSÃO PRODUTIVA

O indicador de inclusão produtiva apresenta a situação de indivíduos idosos em relação aos meios de subsistência e à renda. Mulheres e homens entrevistados foram inquiridos sobre trabalho, qualificação, fontes de rendimentos e segurança em relação ao recebimento de proventos financeiros.

Em São Paulo e Salvador, mulheres negras apresentam pior desempenho em relação à inclusão produtiva quando comparadas às mulheres brancas. Os homens negros nas capitais paulista e gaúcha possuem indicadores inferiores quando comparados aos homens brancos.

Do ponto de vista da aposentadoria, as mulheres brancas de São Paulo acessam mais esse benefício quando comparadas às mulheres negras, com dados que mostram que enquanto 83% das mulheres brancas acessam esse direito, apenas 73% das mulheres negras têm esse acesso. Os proventos se mostram significativos apenas para pessoas brancas com 70 anos ou mais – e mesmo assim, apenas em alguns grupos, como mulheres brancas de São Paulo e homens brancos de Porto Alegre. A previdência privada constitui um privilégio ainda muito localizado e residual.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), homens e mulheres negros estão primordialmente inseridos economicamente em trabalhos manuais, sujeitos a baixos rendimentos e muita informalidade e, pelo esforço físico, o trabalho é reduzido ao longo da vida conforme as condições de saúde decaem. Esses aspectos revelam as desigualdades raciais na inclusão produtiva.

O cenário atual demanda um ambiente produtivo inclusivo e diversificado que acolha e invista na inserção da população idosa e negra. Na esfera governamental, o poder público pode organizar feiras internacionais de promoção da população negra e idosa, a exemplo da iniciativa Longevidade Expo+Fórum, que agrega milhares de pessoas em atividades de palestras, rodas de conversas e shows⁵. Essas iniciativas auxiliam na formação de redes de trabalho entre a população negra e idosa, além de fortalecer a compra de produtos no campo do empreendedorismo negro e idoso devido à exposição em estandes realizada por editoras, confecções e demais atividades comerciais e de serviços.

No âmbito das empresas, temos exemplos de plataformas que atuam com a seleção de profissionais a partir de critérios de diversidade, a exemplo de plataformas como EmpregueAfro, HerForce, Vagas PCD e Contrate uma Mãe, que auxiliam candidatos a empregos a encontrarem ocupações profissionais. Essas iniciativas também atuam com

⁵ Saiba mais em: <https://longevidade.com.br/evento/>.

consultorias para corporações que necessitam diversificar a equipe de recursos humanos das empresas. Destacamos também iniciativas focadas na população idosa, como a University of Third Age, que é focada na formação e integração comunitária de idosos⁶.

Empresas devem criar mecanismos para admissão de idosos nas instituições, a exemplo dos programas de profissionalização especializada voltados a essa população. O setor privado deve atentar para políticas de formação, qualificação e atualização profissional, além de ampliar o acesso ao crédito para essa parcela da população. As empresas podem desenvolver iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar voltadas para esse público, com o objetivo de beneficiar o desenvolvimento agrário desenvolvido pela população idosa de baixa renda. O setor privado também pode assumir o desafio de melhorar a inclusão produtiva dos idosos negros brasileiros de menor renda elaborando políticas de fomento ao crédito e investimento com juros baixos.

Portanto, as empresas podem promover a diversidade racial no campo do empreendedorismo brasileiro, estimulando a criação de iniciativas lideradas por pessoas negras, em ambientes que possuem padrões de desigualdade, sobretudo entre pretos e pardos. Setores privados também podem investir em linhas de crédito focadas nos diferentes perfis de público, que possam auxiliar a população negra e idosa nos desafios da criação e manutenção de negócios, procurando proporcionar um investimento financeiro voltado ao desenvolvimento individual e organizacional.

DIMENSÃO: SEGURANÇA FINANCEIRA

Este indicador contempla informações sobre rendimentos e gastos mensais, incluindo o sentimento de confiança com as finanças até o fim da vida. Esse aspecto envolve a percepção das pessoas sobre possibilidades e dificuldades para pagar as despesas mensais, expectativas sobre o futuro e esperança de melhoria da situação financeira ao longo da vida. A insegurança financeira é motivo de especial preocupação em um momento da vida em que há grande necessidade de investimento em saúde, remédios e terapias. Os dados da pesquisa apresentam uma desigualdade racial bem demarcada. Nas três cidades, as pessoas brancas têm indicadores superiores às negras na maioria das faixas etárias. Essa diferença chega a 15,8 pontos de vantagem de mulheres brancas em comparação com mulheres negras entre 60 a 69 anos na cidade de Salvador. Na capital baiana, os homens brancos atingem o índice de 44,8 pontos nesse indicador comparados a 31 pontos dos homens negros.

⁶ Saiba mais em: <https://www.u3a.org.uk/about>.

Os dados mostram que os idosos negros enfrentam maior dificuldade em pagar as contas mensais com a renda disponível.

A temática da segurança financeira está intrinsecamente articulada à inclusão produtiva e à trajetória profissional. Logo, as recomendações voltadas à inclusão produtiva têm como consequência a melhoria da segurança financeira. Mas outras ações podem ser desenvolvidas.

O acesso à previdência social permite a cobertura de riscos sociais inerentes à condição humana em casos de doença ou morte de familiares, sendo um recurso fundamental na provisão de bem-estar na velhice. A permanência de pessoas negras em trabalhos inferiorizados, com baixos salários, e sobretudo no desemprego, dificultam o acesso ao benefício previdenciário.

Uma desvantagem da população negra no acesso à aposentadoria foi observada. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) aponta que as principais fontes de renda para a população acima dos 65 anos são as aposentadorias e as pensões do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Na população negra, 79% entre quem tem 65 e 79 anos, e 88% daqueles com 80 anos ou mais recebem proventos dessas fontes. Entre brancos, no entanto, esses percentuais são ainda mais altos e atingem, respectivamente, 82% e 91% da população. As mulheres brancas de São Paulo acessam mais a aposentadoria quando comparadas às mulheres negras; com diferença entre 69% de acesso para mulheres negras e 86% para mulheres brancas na faixa de 60 anos a 69 anos. A situação dos homens idosos brancos também é especialmente vantajosa no que se refere à aposentadoria, chegando a 85% da população entre 70 a 79 anos de idade em contraposição a 75% para homens negros na mesma faixa etária.

No caso da previdência privada, o estudo indica que este é um recurso acessado por grupos muito específicos, especialmente homens brancos. A pesquisa mostra que, de maneira geral, os idosos brancos têm maior acesso à aposentadoria via INSS e previdência privada, enquanto as pessoas negras acessam mais o Benefício de Prestação Con-



A permanência de pessoas negras em trabalhos inferiorizados, com baixos salários, e sobretudo no desemprego, dificultam o acesso ao benefício previdenciário.

tinuada (BPC). Hoje o BPC é fixado em um salário-mínimo e chega a 7% da população negra acima de 65 anos e a cerca de 3% da população branca da mesma idade, reforçando a desigualdade racial nos indicadores da pesquisa.

O acesso à aposentadoria é fruto de uma trajetória profissional no mercado formal com contribuição previdenciária. Já o BPC é um benefício assistencial não contributivo, que é fundamental para o orçamento de públicos vulneráveis. Garantir e ampliar o acesso e o valor do BPC pode ser uma estratégia para aumentar a segurança financeira da população idosa negra. É bem-vinda a discussão sobre outras políticas de transferência de renda voltadas às pessoas idosas, a exemplo da Renda Básica do Idoso ou iniciativas similares alinhadas com a temática racial. Nesse sentido, sugerimos a disseminação de experiências como a Central Judicial do Idoso (CJI)⁷, realizada na cidade de Brasília. Trata-se de um serviço destinado a pessoas idosas que se encontram com seus direitos violados. A central oferece orientação jurídica, acesso à justiça e inclusão na rede de assistência social local.

No âmbito das políticas de assistência social, destacamos que as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) realizam o atendimento de um quantitativo considerável de pessoas idosas e racializadas. Pesquisas mostram que o público do Cras é constituído majoritariamente de mulheres negras, pessoas idosas que nunca participaram de ações relacionadas às questões de gênero e raça (ANDRADE & PEREIRA, 2019). Por esse motivo, as ações no campo das políticas públicas devem ser pautadas de modo transversal e interseccional. Recomendamos ações de busca ativa para inserção em programas sociais, como acesso ao programa Bolsa Família, previdência social e BPC.

Sugerimos a organização de debates sobre igualdade racial e envelhecimento nos equipamentos públicos; Cras, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro de Acolhimento, incluindo ações de articulação de projetos que tratem da transversalidade étnico-racial e geracional na política de assistência social. Indicamos a instrumentalização das equipes técnicas para uma intervenção voltada às questões de envelhecimento e raça com o objetivo de proporcionar o acesso aos serviços socioassistenciais à população negra, idosa e oriunda de comunidades tradicionais de matrizes africanas. As instituições públicas e privadas podem se beneficiar com a promoção do debate e fomento de oficinas sobre igualdade racial e envelhecimento nas secretarias municipais ou organizações do terceiro setor a fim de combater o racismo em âmbito institucional (CARDOSO, DIETRICH,

⁷ Saiba mais em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/central-judicial-do-idoso>.

PERES, 2021). Iniciativas privadas também podem estimular a criação de espaços de proteção social e cuidado em territórios vulneráveis, a exemplo de centros de arte, dança, bibliotecas, centro de jogos e atividades recreativas ou espaços de lazer. Estudos mostram que essas ações no campo da cultura e do lazer são fortes promotoras de bem-estar físico e mental dos sujeitos idosos e negros (RABELO & SANTOS, 2022).

DIMENSÃO: INCLUSÃO DIGITAL

Este indicador analisa o acesso e a frequência de uso da internet; o domínio e o uso das tecnologias de informação; a posse de diferentes dispositivos para acessar a internet; as habilidades e os tipos de atividade realizados na rede. As condições de inclusão digital favorecem radicalmente a inserção no mercado de trabalho bem como a manutenção das relações profissionais e de amizade para a população idosa.

A análise do indicador revela que existem diferenças entre grupos raciais e entre faixas etárias. No geral, homens e mulheres negras possuem, em todas as capitais analisadas, piores indicadores de inclusão digital quando comparados aos homens e mulheres brancos. Conforme avançam as faixas etárias, a inclusão digital diminui para todos os grupos; entretanto, as desigualdades raciais persistem. Quanto mais jovem, maior o desempenho. A primeira faixa etária do estudo (50 a 59 anos) tem maior domínio e faz melhor uso dessas tecnologias que as demais. Ainda assim, em todas as capitais, homens e mulheres negros nessa faixa etária possuem os piores índices de inclusão digital. Contudo, observam-se diferenças no resultado dos indicadores em cada um dos três municípios analisados. Na cidade de São Paulo, os maiores indicadores de inclusão digital estão entre as mulheres brancas de 60 a 69 anos (77,2% contra 54,7% das mulheres negras) e os homens brancos de 50 a 59 anos (72,8% contra 58,8% dos homens negros). Em Porto Alegre, as mulheres negras possuem indicadores de inclusão digital ligeiramente mais baixos que as mulheres brancas, sendo que a diferença aumenta nas faixas acima dos 70 anos. Esse padrão de aumento da diferença também é notado entre os homens: brancos apresentam quase 30 pontos a mais que negros na faixa acima dos 80 anos de idade.

A inclusão digital é um fator que influencia nas oportunidades de inserção produtiva e autonomia financeira, além de promover laços de convívio e gerar conhecimento.

São fundamentais iniciativas para a inserção de idosos no mundo digital por meio de projetos e oficinas de educação digital, manejo de aplicativos, celulares, computadores e demais tecnologias da comuni-



No geral, homens e mulheres negras possuem, em todas as capitais analisadas, piores indicadores de inclusão digital quando comparados aos homens e mulheres brancos.

cação e informação, tais como uso de GPS, pesquisas na internet, jogos on-line, acesso a filmes e serviços de consumo. São necessários projetos de intervenção que promovam a inclusão social de populações excluídas digitalmente, com foco em pessoas negras, utilizando as tecnologias da informação como instrumento de construção e exercício da cidadania. Iniciativas que proporcionem ferramentas e conteúdos teóricos e práticos sobre gestão e segurança da informação e de dados para idosos de periferias e das regiões Norte e Nordeste, contribuindo para sua formação integral e inserção no mundo da tecnologia. Essas ações são essenciais na promoção da autoestima, autonomia e empoderamento de pessoas idosas.

DIMENSÃO: CULTURA, MEMÓRIA E AUTOESTIMA

O estudo mostra a perpetuação da desigualdade racial que acomete as pessoas idosas das grandes cidades, reproduzindo exclusão e vulnerabilidade social no envelhecimento. O racismo se reproduz com base em ideologias socialmente dominantes que reforçam a desigualdade racial, um fenômeno estrutural e característico da sociedade brasileira. O estudo indicou a centralidade de iniciativas que promovem a garantia, a circulação e o resgate da memória, com ênfase em múltiplas trajetórias de vida de pessoas negras no enfrentamento às dificuldades sociais. A recuperação da memória histórica auxilia na promoção de sentimentos positivos e nos vínculos sociais e culturais entre os membros de uma determinada comunidade.

Os laços de amizade e solidariedade proporcionados pelo compartilhamento de uma memória comum possuem consequências relevantes para o fortalecimento da autoestima das pessoas idosas. Essa dimensão é de suma importância para um envelhecimento ativo, uma vez que é nessa faixa etária que observamos o afastamento do mercado de trabalho e, muitas vezes, também do círculo de amizades para além

da vida doméstica e familiar. Vimos a importância de cultivar e honrar a ancestralidade negra a partir da criação de ações e espaços que celebrem as pessoas mais velhas, a sabedoria e o aprendizado proporcionado pela velhice.

Nesse sentido, propomos a elaboração de ações e espaços culturais de promoção da ancestralidade negra, com incentivo à leitura e ao consumo de bens culturais, como filmes e passeios em cinemas, museus e salas de arte. Isso pode ser realizado com o fortalecimento de casas de cultura, bem como com a preservação de manifestações religiosas afro-brasileiras, tais como festivais e eventos voltados ao tema.

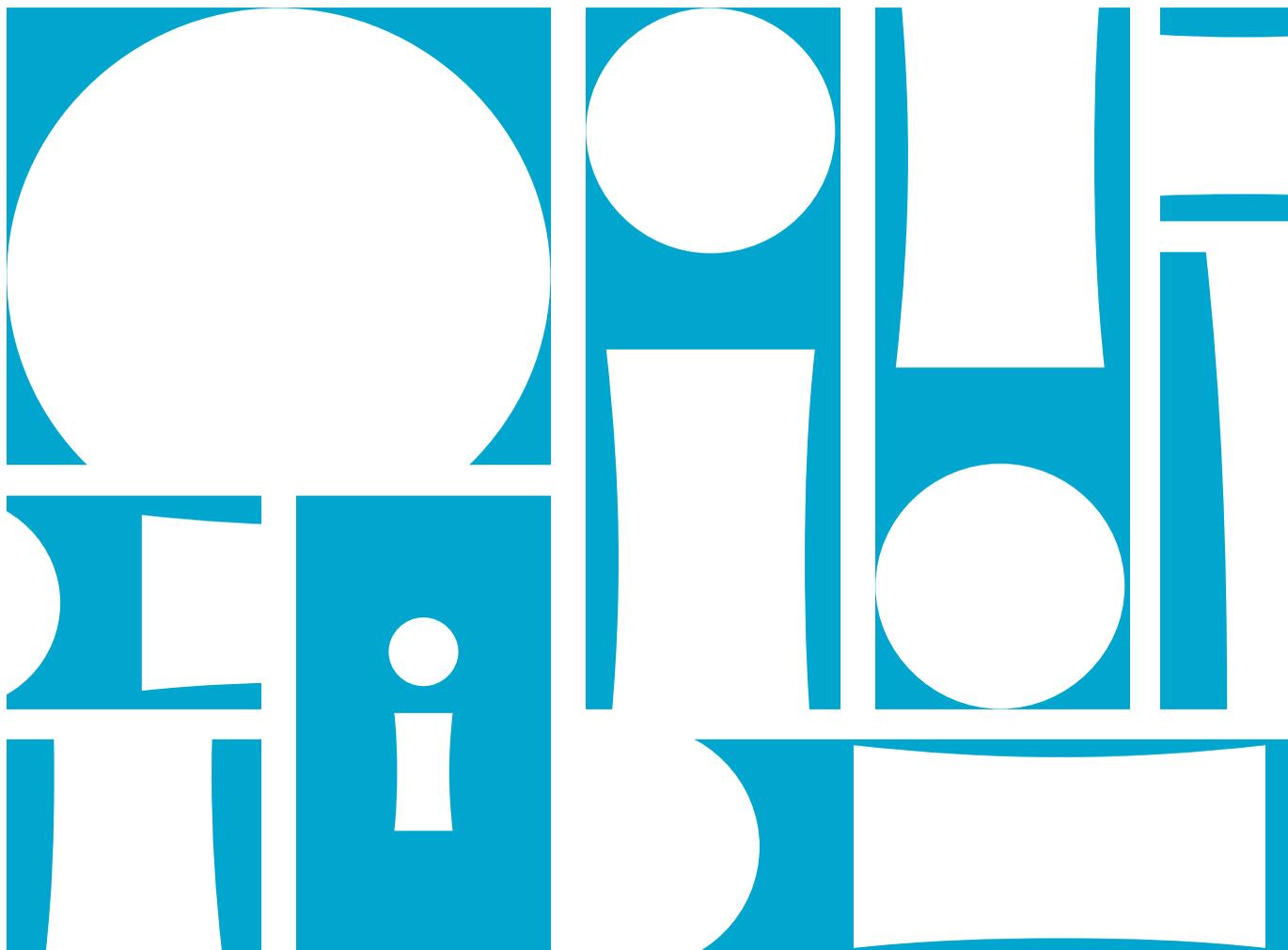
No âmbito das políticas públicas, estimulamos as práticas de humanização dos serviços voltados aos idosos, com respeito à diversidade de experiências e histórias de vida. Destacamos a importância de estudos e iniciativas artísticas que procurem promover o resgate da memória histórica e a desconstrução de imagens de inferioridade racial com o objetivo de promover a autoestima de sujeitos negros.

Essas ações podem ser estimuladas por meio da criação de políticas públicas e iniciativas privadas que busquem propiciar o resgate da memória histórica da cultura negra com a veiculação de histórias, valorizando novas narrativas que promovam a construção de uma rede de diálogos e ações comunitárias criativas e reflexivas. As empresas devem investir em ações de letramento racial e antirracismo nos quadros de direção e gestão. Assim, estimulamos a promoção da diversidade em posições de alto escalão, com o objetivo de criar uma cultura empresarial atenta e sensível às desigualdades de gênero, raça e geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

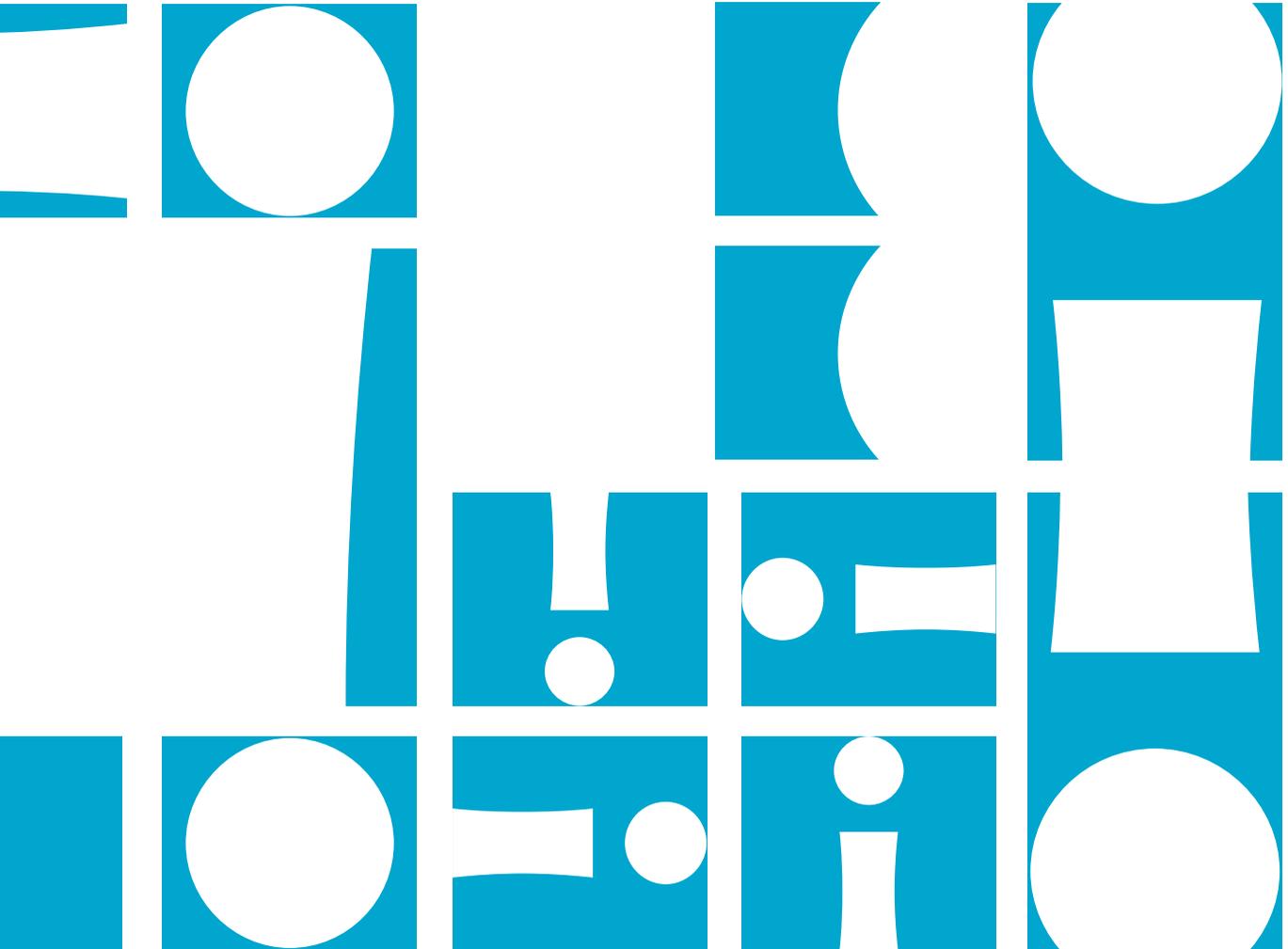
- ANDRADE, Priscilla Maia; PEREIRA, Lucélia Luiz. A (in)visibilidade de gênero e raça na assistência social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. *O Social em Questão*, v. 22, n. 45, p. 57-79, 2019.
- BOMFIM, Leny A. et al. *Saúde-doença-cuidado de pessoas negras: expressões do racismo e de resistência*. Salvador: Edufba, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/34604/1/saude-doenca-cuidado-pessoas-negras-RI.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- CARDOSO, Eliana; DIETRICH, Thais Peres; SOUZA, André Portela. Envelhecimento da população e desigualdade. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 41, p. 23-43, 2021.

- CONSELHO Federal de Psicologia. *Psicologia brasileira na luta antirracista*, v. 1. 360 p. Brasília: CFP, 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/VOLUME-1-luta-antirracista-1801-web.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- COSTA, Rosely Gomes. Saúde e masculinidade: reflexões de uma perspectiva de gênero. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 20, n. 1, p. 79-92, 2003.
- DIEL, Marciane; BARBIANI, Rosângela. Violência familiar contra a pessoa idosa: expressões do fenômeno e perspectivas para o seu enfrentamento. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 17, n. 2, p. 379-392, 2018.
- FARIAS, M.; LEITE JUNIOR, J.; COSTA, I. Terapia ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (Revisbrato)*, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbt012712>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- GÓES, E. F.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da covid-19. *Trab. Educ. Saúde* [internet], v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-solo0278>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. In: Minayo, M. C. S. e Coimbra Jr. C. E. A. (org.) *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- MOURA, Roudom Ferreira. *Idosos brancos e negros da cidade de São Paulo: desigualdades das condições sociais e de saúde*. 2021. Tese [Doutorado em Epidemiologia] – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/cite.php?id=tde-03092021-105600&lang=pt-br>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- NUNES, Vilani Medeiros de Araújo. In: Nunes, V. M. A. (org.) *Boas práticas na gestão do cuidado e da segurança da pessoa idosa*. Natal: EDUFRN, 2021.
- PATROCÍNIO, W. P. Atividades práticas para o envelhecimento ativo. *Revista Kairós Gerontologia*, 18, n. especial 19, Envelhecimento ativo e velhice, p. 167-187, 2015.
- SANTOS, Ana Cintia Westphal et al. Percepção da equipe multiprofissional sobre o registro no prontuário do residente da Instituição de Longa Permanência para Idosos. *Ciencia y Enfermeria*, v. 24, p. 1-10, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/so717-95532018000100210>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- SECRETARIA do Estado de Saúde de São Paulo. Causas de óbito segundo raça/cor e gênero no estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, 39(6), p. 987-988, 12 dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000600019>. Acesso em: 2 nov. 2023.
- SEPARAVICH, Marco Antonio; CANESQUI, Ana Maria. Masculinidades e cuidados de saúde nos processos de envelhecimento e saúde-doença entre homens trabalhadores de Campinas/SP, Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 29, p. e180223, 2020.



Direitos Humanos, Políticas Públicas e Envelhecimento

[Artigo 4, páginas de 86 a 103]



Vicente de Paula Faleiros

Graduado em direito, especialista em gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e em planejamento pela Universidade de Brasília (UnB) e pelo Institut de Recherches en Développement, em Paris.

Doutor (PhD) pela Université de Montreal e pós-doutor pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, e Université de Montréal.

faleirosvicp@gmail.com

Este artigo tem por objetivo refletir sobre questão do envelhecimento na ótica dos direitos humanos com políticas públicas considerando as normativas brasileiras e indicações internacionais e analisando a relação entre direitos fundamentais e proteção especial. A legislação estabelece direitos para o segmento idoso, bem como deveres do Estado, ressaltando o protagonismo das pessoas idosas em sua autonomia e defesa de direitos. Sem protagonismo e autonomia o exercício dos direitos humanos torna-se letra morta. As políticas para pessoas idosas são multidimensionais e intersetoriais, exigindo interação nas três esferas do governo e entre políticas específicas: previdência social, saúde, educação, trabalho, assistência social, segurança, cultura, esporte, lazer, moradia e transporte são mencionados na lei 10.741/2003, o Estatuto da Pessoa Idosa. Conselhos e conferências de direitos fazem parte dos direitos da pessoa idosa. O universo populacional com 60 anos ou mais passou de 11,3% no ano de 2012 para 14,7% no ano de 2022, com 31,2 milhões, segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Por sua vez, o neoliberalismo e o conservadorismo, aliados, passam a ter como referência o mercado mais agressivo e os valores individualistas, negando os direitos humanos. A questão que se coloca para a política das pessoas idosas é a da condição de possibilidade de viver melhor ou de ter a destruição do que foi conquistado pelos direitos humanos. Como hipótese-guia deste artigo postulo que as abordagens e as políticas relativas às pessoas idosas se contextualizam numa determinada formação econômica dominante e numa cultura e representações do lugar dos mais velhos na sociedade e na família, articulando-se estrutura e superestrutura. Num primeiro momento, trato das políticas na economia e cultura de mercado contando com a compaixão pelos idosos e, num segundo momento, da inclusão pelos direitos humanos e protagonismo.



As políticas para pessoas idosas são multidimensionais e intersetoriais, exigindo interação nas três esferas do governo e entre políticas específicas: previdência social, saúde, educação, trabalho, assistência social, segurança, cultura, esporte, lazer, moradia e transporte são mencionados na lei 10.741/2003, o Estatuto da Pessoa Idosa.

COMPAIXÃO, ASILO E SEGURO PELA VELHICE

Historicamente, a velhice foi diferentemente incorporada no agenciamento da proteção social. Paradoxalmente estruturou-se o isolamento em asilos ou aposentos como forma de inclusão, mesmo excludente. Os seguros previdenciários também são paradoxais pois são políticas sociais com contribuição individual. Somente no final da Segunda Guerra Mundial houve a proteção da seguridade social e no século XXI é que se formulou a política de promoção do envelhecimento ativo e saudável (FALEIROS, 2016).

Esses paradigmas, ao mesmo tempo que representam mudanças na formatação de políticas, configuram-se de forma heterogênea e simultânea nos Estados contemporâneos. A mudança de uma visão mercadológica e excludente da velhice para sua inclusão nos direitos humanos pressupõe que as pessoas idosas não sejam consideradas apenas como “perdedoras” de funcionalidade, mas agentes da própria trajetória de vida na história em que vivem. A formulação de políticas precisa considerar as transições demográfica, epidemiológica e jurídico/política para o reconhecimento, no contexto democrático, dos direitos da pessoa idosa. Democracia e participação andam juntas.

Nas sociedades rurais era a propriedade da terra que garantia uma poupança para a velhice, ou ao menos um lugar para cair morto, mas os trabalhadores do campo não tinham seguro nenhum, restando-lhes apenas a dependência da família e da caridade. Ou a expectativa da precariedade, da dependência social e de formas de socorro: família, asilos, caridade, isolamento. Havia até mesmo práticas de eliminação dos mais velhos como mostram várias pesquisas (SIMMONS, 1970; BEAUVOIR, 1997; ESPINOSA, 1990). Os três autores citados indicam que, nas diferentes culturas, a predominância do respeito, mas a exclusão dos velhos, está também presente quando são considerados um peso para a sociedade, tanto por sua maior dificuldade para o trabalho produtivo como pelos encargos que podem acarretar para o cuidado.

Com a industrialização, a urbanização (FLORA & HEIDENHEIMER, 1990) e a produção em massa, os trabalhadores rurais migraram para um assalariamento industrial e de serviços no contexto da competitividade e da exploração da força de trabalho. Nesse contexto e com a emergência da burguesia, uma das políticas cruciais para a sobrevivência de idosos, na incidência de uma massa crescente de excluídos da produção ou da produtividade, foi a implantação da aposentadoria pré-paga organizada em fundos públicos. A urbanização também passou a exigir mais e mais consumidores.



A mudança de uma visão mercadológica e excludente da velhice para sua inclusão nos direitos humanos pressupõe que as pessoas idosas não sejam consideradas apenas como “perdedoras” de funcionalidade, mas agentes da própria trajetória de vida na história em que vivem.

Contar com recursos de contribuição prévia tornou-se uma forma de diferir ou adiar salários para o momento da vida fora do trabalho diuturno assalariado. O direito à aposentadoria não se configurou como direito humano a uma renda básica, mas como benefício de um fundo contributivo ao longo da vida. Foi a fórmula encontrada pelo capitalismo para estimular o consumo e reduzir as tensões sociais com o discurso da compensação intergeracional (FALEIROS, 2008). O acesso à saúde esteve vinculado a contribuições a grupos associativos ou empresas de prestação de serviço e não como direito humano à vida. A assistência social a pessoas idosas sem rendimentos permanece como objeto de caridade, por exemplo, pelas sociedades vicentinas fundadas por Frederico Ozanam.

A emergência da produção informatizada, com redução de postos de trabalho, em uma sociedade mais longeva e com redução da fecundidade, aumenta a proporção de pessoas idosas que não têm condições de pagar sua inclusão num fundo público ou privado, tornando-se a questão do envelhecimento um desafio político e social que evidencia os conflitos, não somente econômicos e intergeracionais, mas de prioridades para os gastos públicos.

Na estrutura capitalista industrial e de serviços a inclusão das pessoas idosas teve como eixo a sua inserção no mercado de consumo com uma renda proveniente de um fundo contributivo. Apesar do ônus da proteção ser de responsabilidade dos contribuintes, a renda garantida pelos fundos públicos ou privados (sujeitos à falência) possibilitou uma renda estável e relativa autonomia de decisão aos beneficiários, tornando-as independentes do auxílio dos mais jovens e da família.

As caixas de pensões e aposentadoria foram as primeiras medidas políticas de proteção para trabalhadores industriais e funcionários a partir da iniciativa de Bismark na Prússia no final do século XIX. No Brasil, as caixas de aposentadorias e pensões tiveram início com a política para acidentes do trabalho (FALEIROS, 2010), se ampliaram para

as aposentadorias dos ferroviários em 1926 e posteriormente de outras categoriais. Deixaram de lado os trabalhadores rurais submetidos ao latifúndio ou à pequena produção. Com Getúlio Vargas, a aposentadoria ampliou-se para outros segmentos de trabalhadores, que ao mesmo tempo em que tinham peso na economia de exportação, também exerciam pressão política (FALEIROS, 2008).

A Constituição de 1937 (artigo 137) reafirma o “seguro de velhice” para o trabalhador, na lógica do seguro pré-pago, mas garantido pelo Estado. A Constituição de 1946, no artigo 157, dispõe sobre a formulação de previdência “contra as consequências da velhice”, configurando a ideia de um seguro social somente para trabalhadores industriais que conseguissem chegar à velhice, devendo arcar com suas “consequências”. Com fundos privados, a mercantilização da velhice está vinculada ao seguro quando as condições o tornam “incapazes” de trabalhar, excluídos do trabalho. O aposentado era considerado o “não trabalhador” e, por isso mesmo, passou a ser discriminado como incapaz e inútil na lógica do capitalismo.

Esta teoria do máximo de produtividade foi desenvolvida pelo taylorismo a partir do estudo das capacidades físicas e funções na gestão da distribuição de tarefas. Fayol estabeleceu a gestão do trabalho a partir das metas prescritivas para um grupo de máxima produtividade (MOTTA, 1989). Essa perspectiva foi chamada de científica, como se a ciência fosse aquela que servisse à produtividade máxima. O bem-estar do trabalhador, somente em períodos mais recentes, passou a fazer parte da ciência, conforme os estudos da psicodinâmica do trabalho impulsionados por Dejours (2012), considerando o sofrimento do trabalho.

A seguridade social só foi implementada no final da Segunda Guerra Mundial. Em 1946, vários países impulsionados pelo Relatório Beveridge, na Inglaterra, definiram um complexo sistema de proteção social, incluindo a velhice em mecanismos de inserção no consumo com previdência pré-paga e também com assistência pública. Possibilitou a formulação de um conjunto de garantias de rendas e de serviços por parte do Estado como direitos à sobrevivência. As ideias e os partidos socialistas impulsionaram os direitos sociais com suporte da mobilização dos trabalhadores.

No Brasil, depois do Golpe Militar de 1964, a ênfase na política previdenciária visou unificar os vários institutos, como é definido no *Livro branco da Previdência Social*, mas sempre na perspectiva de seguro “nos casos de velhice” (sic!), segundo o artigo 158 da Constituição Federal de 1967. Como se a velhice fosse o caso de alguns casos.

Vale salientar que a política econômica da ditadura favoreceu o tripé Estado/multinacionais/burguesia nacional com forte participação do Estado na economia, mas com repressão aos movimentos sociais e sindicais e arrocho salarial (FALEIROS, 2010). Por parte de iniciativas do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc/SP), entidade patronal, a partir de 1963 promovem-se atividades de centros de convivência, abertos a idosos e fora do âmbito filantrópico, religioso ou estatal, configurando um espaço para perceber a velhice como um momento da vida para seus associados. A lei 6.119/74 instituiu as Renda Mensal Vitalícia, não totalmente contributiva para maiores de 70 anos e também o Funrural com aposentaria de meio salário-mínimo (sic!) para trabalhadores rurais. Antes da Constituição de 1988, os idosos só foram reconhecidos como sujeitos de direitos como trabalhadores fora do mercado ou desvalidos, até mesmo para ter acesso a serviços públicos de saúde.

A contradição entre o reconhecimento de direitos e a competitividade do mercado caracteriza a sociedade contemporânea neoliberal, em que se reduzem direitos garantidos com valorização do mercado, com foco no individualismo como forma de sobrevivência. Existe a aparência de que o mercado capitalista do trabalho e dos seguros privados é que assegura a possibilidade de se viver ao longo da existência, contrariamente ao disposto pelo Estado de bem-estar social que traduz a solidariedade. A consequência desse paradigma mercadológico é a perda da condição de vida digna para tornar-se objeto da ganância dos lucros privados.

A exclusão social pelo mercado se opõe à inclusão maior ou menor no direito, conforme as forças em presença e a organização democrática do Estado. O lugar das pessoas idosas na sociedade competitiva é considerado como sendo do domínio privado sob a responsabilidade do indivíduo ou da família, assim existindo uma desresponsabilização do Estado, com o corte de recursos, embora emoldurada pela propaganda de uma preocupação com os mais velhos na sociedade. A ideologia da compaixão ou do coitadinho do velho ainda comove o discurso de agentes políticos, mas esconde a negação da velhice como conquista da longevidade na história da humanidade.

No discurso neoliberal, a velhice aparece como um peso, um ônus, um lugar fora de lugar no contexto da sociedade da produtividade, configurando o idadismo estrutural (FALEIROS, 2023). O capitalismo competitivo e globalizado reduz o papel do Estado, embora as legislações tenham incluído pessoas idosas na Previdência e no consumo. No

item seguinte abordo o envelhecimento como direito humano e protagonismo de viver uma fase da vida na convivência dialógica e com políticas protetivas.

DIREITOS HUMANOS, ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS

O paradigma dos direitos humanos é uma mudança de perspectiva sobre a velhice mercadorizada, sem dúvida um avanço político fundamental para assegurar o envelhecer bem e com qualidade, sendo ao mesmo tempo um processo conflituoso, pois entra em choque com a política de destruição e desmonte de direitos do neoliberalismo e do conservadorismo. O primeiro com redução do Estado e o segundo com foco na submissão dos mais longevos a um ajuste conformista de um “fim de vida” de abnegação.

As representações da velhice como peso nas políticas públicas e grupo privilegiado na economia ainda incidem na política de direitos humanos construída e conquistada pelas forças sociais em defesa da inclusão e do cuidado para todas as idades em pauta nos movimentos sociais de direitos humanos. Em contraponto à inclusão na lógica dominante do mercado, a política de direitos humanos para as pessoas idosas deu uma guinada na consideração da velhice como peso a ser tolerado ou como objeto de inserção no consumo ou na compaixão.

O reconhecimento político do velho na polis, no poder, não significa retomar a gerontocracia, uma valorização de um lugar de sábio, de sapiente, de experiente na tomada de decisões. Tem relação com a transição demográfica, com o contributo objetivo do segmento populacional no universo das pessoas e no cotidiano e com a pressão eleitoral e de mobilização dos mais velhos na sociedade. O baby boom da pós Segunda Guerra Mundial, a mudança do papel da mulher na sociedade, inclusive com menor número de filhos, as transformações no mundo do trabalho e a inquietação das pessoas sobre o futuro da humanidade e dos longevos colocam em questão a necessidade de se preocupar com a sobrevivência e o lugar da inclusão social das gerações que passam a conviver com mais diversidade. Bisavós, avós, pais, netos e bisnetos interagem conflituosamente nas sociedades contemporâneas.

Na perspectiva dos direitos humanos de toda a sociedade, o envelhecimento é uma etapa da vida com direitos, como ser no mundo com dignidade e respeito. A idade mais avançada é uma dimensão existencial de uma forma de vida a ser protegida e valorizada. A consciência dessa dimensão humano-política do envelhecimento como direito e da pessoa idosa como ser de direitos e de vida com direitos foi construída

pela articulação entre movimentos políticos, arranjos institucionais, elaboração de leis e mais visibilidade para a intergeracionalidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 postula, no artigo 1º, que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dignidade, na ótica kantiana, significa tratar alguém como fim e não como meio. Significa, na ótica do reconhecimento, a consciência da alteridade, do outro, da liberdade compartilhada, do convívio dialógico e inclusivo, ao mesmo tempo a negação e o combate à opressão, à violência e à supremacia de grupos, classes ou raças dominantes. A dignidade não existe sem democracia e equidade nas relações. Dignidade é atributo da humanidade, contrariamente à estrutura constituída entre opressores e oprimidos. O envelhecimento com dignidade, protagonismo, respeito e qualidade é uma referência para as políticas voltadas às pessoas idosas na perspectiva dos direitos humanos e não do mercado e da exclusão associada à discriminação.

A Organização das Nações Unidas (ONU) ainda não votou uma Convenção Internacional para a Pessoa Idosa, como existem a da Criança e a da Pessoa com Deficiência, mas há referências importantes a esse segmento idoso nas diretrizes internacionais. Em 1982, a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento aprovou o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento. Esse plano de ação contém 62 recomendações para garantir direitos (ONU, 1982). O plano menciona claramente o impacto que o envelhecimento estava tendo na sociedade e na política e muitas recomendações tiveram relevância direta para o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Em 1991, a Assembleia Geral aprovou os Princípios das Nações Unidas (ONU, Resolução nº 46/1991) em prol das pessoas idosas, mencionados a seguir:

- Independência – inclui o acesso à alimentação, à água, à habitação, ao vestuário e aos cuidados de saúde adequados. Direitos básicos a que se acrescentam a oportunidade de trabalho remunerado e o acesso à educação e à formação.

- Participação – entende-se que as pessoas idosas deveriam participar ativamente na formulação e na aplicação das políticas que afetem diretamente o seu bem-estar, além de poder partilhar os seus conhecimentos e capacidades com as gerações mais novas, bem como formar movimentos ou associações.

- Cuidados – afirma-se que as pessoas idosas deveriam beneficiar-se dos cuidados da família, ter acesso aos serviços de saúde, gozar os direitos humanos e liberdades fundamentais quando residam em lares ou instituições onde lhes prestem cuidados ou tratamento.

- Autorrealização – afirma-se que deveriam poder aproveitar as oportunidades de desenvolver plenamente o seu potencial, mediante o acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade.

- Dignidade – afirma-se que deveriam poder viver com dignidade e segurança, e libertas da exploração e maus tratos físicos ou mentais; ser tratadas dignamente, independentemente da idade, do sexo, da raça ou da origem étnica, da deficiência, da situação econômica ou qualquer outra condição, e ser valorizadas independentemente da sua contribuição econômica.

Um segundo Plano Internacional para o Envelhecimento (Piae) foi aprovado pela ONU durante a Segunda Assembleia Mundial Sobre Envelhecimento, realizada em abril de 2002, em Madri. Representa compromisso internacional frente ao rápido envelhecimento populacional em curso em quase todos os países. As recomendações do Piae centram-se em três áreas prioritárias: 1. como colocar o envelhecimento populacional na agenda do desenvolvimento; 2. a importância singular e global da saúde; e 3. como desenvolver políticas de meio ambiente (tanto do ponto de vista físico quanto social) que atendam às necessidades de indivíduos e às sociedades que envelhecem. Em cada uma dessas áreas de ação, o Piae prioriza as questões de gênero e de desigualdade social. Nesse sentido, coloca-se a questão de uma sociedade que precisa adaptar-se ao envelhecimento como prioridade, opondo-se à perspectiva dominante de exclusiva adaptação das pessoas idosas à sociedade. A ONU estabeleceu também um relator especial (special rapporteur)



A consciência dessa dimensão humano-política do envelhecimento como direito e da pessoa idosa como ser de direitos e de vida com direitos foi construída pela articulação entre movimentos políticos, arranjos institucionais, elaboração de leis e mais visibilidade para a intergeracionalidade.

sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa, e no âmbito regional interamericano foi elaborada a Convenção Interamericana dos Direitos da Pessoa Idosa em 2013-2015, que o Brasil aprovou, já passou por comissões da Câmara dos Deputados (2017) e aguarda ainda em 2023 a votação no plenário. Esta aprovação está obstaculizada pela bancada evangélica, que não aceita a expressão “gênero” no texto, com um viés fundamentalista das relações humanas.

A perspectiva dos direitos humanos enfatiza uma abordagem positiva do envelhecimento e de superação dos estereótipos associados aos idosos. Discutido e aprovado na conferência de Madri, o plano sugere aos governos agirem para enfrentar o desafio do envelhecimento populacional. Formula a proposta de concretizar potencialidades das pessoas idosas com dignidade, participação, direitos e fora da condição de pobreza com políticas de cuidado e proteção garantidas.

A Constituição Brasileira de 1988 levou em conta a discussão dessas propostas ventiladas no âmbito internacional, assegurando direitos, participação das pessoas idosas e sua defesa. Inclui a institucionalização da Previdência Urbana e Rural como direito fundamental (artigos 6º e 7º) e a seguridade social (artigos 194 a 204) contemplando saúde, previdência e assistência sociais de forma participativa. Menciona a dignidade, o respeito, a participação, o protagonismo e a reciprocidade familiar nos artigos 229 e 230. Assegura-se o transporte urbano gratuito aos maiores de 65 anos. Está claro o objetivo de se combater a pobreza na velhice e de se manter o idoso no mesmo patamar de renda que milhões de trabalhadores produtivos que ganham um salário-mínimo. No artigo 203 afirma-se que “a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

Os direitos constitucionais fundamentais das pessoas idosas, a Política Nacional e o Estatuto da Pessoa Idosa no Brasil de 2003 são marcos dos direitos humanos das pessoas idosas no Brasil, com garantia de direitos e obrigação do Estado. A Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994 declara direitos e ações sem estabelecer deveres e orçamento do Estado. A questão dos direitos da pessoa idosa representa uma questão política, resultante de um pacto societário frente aos envelhecimentos demográfico e pessoal, vindo contrapor-se ao modelo filantrópico e clientelista dominante nas políticas de convênios com entidades privadas então dominante.

Com a Constituição de 1988, as pessoas idosas, as crianças, os portadores de deficiência, as mulheres, os índios e os negros são inscritos

em um *jus singulare* específico de sua condição, porque são cidadãos e cidadãs universalmente reconhecidos em um Estado de direito em que as pessoas na sua totalidade são reconhecidas iguais. A singularidade pressupõe a universalidade. Não há o específico a não ser quando exista o geral.

A inclusão dos idosos na proteção social é uma condição da coesão social, não só intergeracional, mas também de redução da pobreza na velhice, principalmente numa sociedade desigual como a brasileira. O modelo de universalização das políticas sociais com forte presença do Estado surgiu de um pacto social institucional/redistributivo que pressupõe três pilares: garantia de um regime básico estatal, seguros privados e transferências de renda. A proteção especial estabelece a garantia de renda como de serviços especializados, conforme a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e a Política Nacional de Assistência Social (Pnas/2004).

A proteção envolve não somente a renda, mas serviços que devem ser prestados de forma integrada, descentralizada com protagonismo e participação, não só para o enfrentamento da pobreza como para o “provimento de condições para atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais” (art. 2º e art. 6º do Estatuto da Pessoa Idosa). É no artigo 8º que fica explicitado que “o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da Legislação vigente”.

A rede de proteção também faz parte do pacto democrático territorialmente construído pelo compromisso dos atores e gestores do sistema, com participação dos sujeitos e da sociedade organizada. O pacto constitucional que estabelece a proteção se traduz no compromisso que garante direitos, devendo-se efetivar no pacto de cuidados e serviços articulados em rede, com participação (protagonismo), recursos, pessoal e efetividade dos gestores do sistema.

O Sistema Único de Saúde (SUS) presta atendimentos aos idosos de forma muito significativa para os mais pobres, pois aproximadamente 80% usam o SUS e 85% têm acesso a uma renda previdenciária ou assistencial. Na política de atendimento, os idosos foram incluídos como prioridade no Pacto da Saúde de 2005 e na portaria nº 2.528/2006 foi definida a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa que se articula à determinação constitucional do atendimento em domicílio, tendo como porta de entrada a Atenção Básica/Saúde da Família. O Sistema Único de Assistência Social (Suas), implementado em 2005, tem capilaridade por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras)

e Centros Especializados de Referência da Assistência Social (Creas). Há um cadastro único no SUS e no Suas. Esta inclusão de direitos não tem a devida efetividade, com imensas filas de espera, falta de pessoal, recursos e precariedade.

A garantia de proteção (cobertura de necessidades) está articulada à autonomia e à participação. Conforme a lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a Política Nacional do Idoso (PNI) “tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (artigo 1º), com articulação da família, do Estado e da sociedade, “defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (artigo 3º). Embora a PNI preveja a participação no relacionamento intergeracional e por meio de organizações representativas num sistema descentralizado, esta política não foi articulada estrategicamente.

Os conselhos previstos na lei foram paulatinamente implementados em estados e municípios para poder impulsionar na prática uma possibilidade de democracia participativa e de controle social das ações do governo. O Conselho Nacional do Idoso (CNI), hoje denominado Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), reuniu-se pela primeira vez no primeiro semestre de 2003. Existem conselhos da pessoa idosa em todas as unidades federativas.

Um balanço dos 20 anos da Política Nacional do Idoso foi publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2016 (ALCÂNTARA, CAMARANO, GIACOMIN, 2016) com referência às diferentes políticas previstas, mas a conclusão é de que a PNI não foi efetivada plenamente e nem assumida pelo Estado como um todo. Para salientar as lacunas e demandas levo em conta indicações das cinco conferências nacionais já realizadas até o ano de 2023.

Foi realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) de 23 a 26 de maio de 2006, com a participação de 725 pessoas de todas as unidades federativas. Num questionário respondido pelos participantes, a principal estratégia indicada foi trabalhar a relação intergeracional na família e na escola. Também foi discutida a Rede de Proteção à Pessoa Idosa – Renadi (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

A II Conferência foi realizada em 2009 (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010). Os conselhos de direitos se articularam para participar, discutindo a efetivação da rede de proteção dos direitos da pessoa idosa, com metas e indicadores que serviram para o plano (2008-2011), que ficou somente no papel.

A III Conferência em 2011 deliberou estimular a intersectorialidade, o protagonismo da pessoa idosa, a efetivação de recursos e os fundos, a participação nos conselhos e o monitoramento das deliberações da III Conferência (FECAM, 2012). Constatou-se que não havia recursos para as políticas.

A IV Conferência de 2015 deliberou pela criação de centros especializados, ampliar o BPC, monitorar empréstimos, fortalecer as políticas de educação, previdência, fortalecer o fundo e os conselhos. Mostrou as falhas da efetivação das políticas.

A V Conferência (Brasil, 2022) finalizada em 1º de outubro de 2021 no governo Bolsonaro, de forma virtual, foi contestada e boicotada por várias entidades. Nesse governo houve desmonte do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa com redução do número de representantes e uma forma autoritária de decisão. Nas deliberações da V Conferência há demanda de revogação do teto de gastos e das propostas de assegurar direitos fundamentais, garantir orçamento e recursos, fortalecer políticas de moradia, transporte, educação, de enfrentamento da violência e de participação e fortalecimento dos conselhos. As mesmas deficiências da política já constatadas foram de novo ressaltadas.

As cinco conferências reafirmam os direitos conquistados e as políticas definidas na legislação, mas que não contam com recursos e estratégias de execução. Com efeito, ao longo de três décadas da PNI, aprovada em 1994, a execução de políticas para pessoas idosas não se transformou em um plano estratégico diante da realidade da transição demográfica e das necessidades para a articulação de políticas para pessoas idosas.

A ONU definiu a década de 2020-2030 como a década do envelhecimento saudável, o que tem estimulado debates para a promoção do direito à saúde das pessoas idosas, inclusive como direito humano. É ainda precária a implementação dos fundos dos direitos da pessoa idosa, nacionalmente implementada pela lei nº 10.213/2010, que permite a destinação de até 6% do imposto de renda da pessoa física e de até 1% da pessoa jurídica (lucro real ou presumido).

Na estrutura da administração pública federal, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), foi criada a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI). Somente em 6 de abril de 2023 o CNDPI foi restabelecido pelo presidente Lula pelo decreto nº 11.483, contando com 36 membros, sendo 18 entidades da sociedade civil sem fins lucrativo e 18 representantes



O Sistema Único de Saúde (SUS) presta atendimentos aos idosos de forma muito significativa para os mais pobres, pois aproximadamente 80% usam o SUS e 85% têm acesso a uma renda previdenciária ou assistencial.

do governo. O decreto acrescentou quatro representantes de grupos especiais, ou seja, da igualdade racial, de mulheres, de indígenas e da população LGBTQIA+. Foi revogado o decreto autoritário nº 9.893/2019 de Bolsonaro.

A violência contra a pessoa idosa aparece de forma expressiva em todas as portas de entrada de denúncia como no Disque Direitos Humanos (BRASIL, 2019), pontuando-se todos os tipos de violência para todas as faixas etárias da velhice. É uma questão que não tem sido enfrentada devidamente nas políticas públicas. Outra questão que não tem tido resposta devida é relativa às pessoas idosas com dependência, cujo número tem tendência a aumentar com a maior longevidade. Há um projeto de lei em discussão sobre a política nacional de cuidados, inclusive para pessoas idosas. Coloca-se em evidência a necessidade de uma sociedade inclusiva e de cuidados para todas as idades. A questão das demências exige uma política específica de cuidados.

A desigualdade estrutural da sociedade brasileira torna a velhice profundamente injusta e iníqua para as camadas mais exploradas e pobres, sendo os direitos humanos uma exigência incontornável para essa população. A desigualdade no envelhecimento e na velhice foi agravada com as políticas de negação de cuidados durante a pandemia de covid-19. O acesso à Farmácia Popular com medicamentos gratuitos para enfermidades mais recorrentes tem sido fundamental em complementaridade ao SUS. As políticas de garantia e de transferência de renda como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família ainda necessitam de mais efetividade e acessibilidade. Sem acesso à renda e à saúde inviabilizam-se as mínimas condições de participação, autonomia e qualidade de vida no envelhecimento e um encaminhamento de redução das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do neoliberalismo, a redução do Estado e dos direitos humanos está na pauta política dominante, afetando toda a população pobre, em especial aqueles segmentos marcados com maior vulnerabilidade por condições sociais e pessoais, inclusive pessoas idosas. As reformas da previdência com aumento de valor e anos de contribuição, as privatizações no âmbito da saúde e de outros serviços oneram a população em geral e têm grande impacto na vida das pessoas idosas. Constata-se uma perspectiva de se viver mais tempo com piores condições, contrariando as conquistas dos direitos humanos. Os movimentos sociais de pessoas idosas e movimentos sindicais estão na luta para preservar esses direitos, o que contraria as forças políticas neoliberais e conservadoras. A defesa dos direitos humanos das pessoas idosas está presente em instâncias diversas como em iniciativas do Poder Judiciário, do Legislativo e de setores do Executivo. No entanto, a tendência central da estrutura capitalista é para que os ricos aumentem seus ativos e rendimentos em detrimento dos mais pobres numa economia da desigualdade (PIKETTY, 2015).

A questão crucial para o envelhecimento e uma política para pessoas idosas pressupõe superar a relação entre desigualdade e longevidade, considerando ainda a interseccionalidade entre gênero, raça, condições de funcionalidade e território. A população negra tem piores condições de envelhecimento. A maior longevidade das mulheres e as condições de perdas específicas intrínsecas à velhice precisam ser levadas em conta na formulação de políticas para pessoas idosas.

É perversa a proposta enviesada de cortar rendas do segmento idoso com a suposição de que se iria melhorar a renda dos demais segmentos. É necessário considerar a contribuição das pessoas idosas para os fundos públicos ao longo da vida e o montante de impostos regressivos que continuam a pagar juntamente com a carga tributária dos mais ricos. Transformar em conflito intergeracional a desigualdade de renda é desconhecer a estrutura da desigualdade no capitalismo. É uma cortina de fumaça para justificar a oneração maior do segmento idoso.

As famílias ainda têm assumido grande parte dos custos do cuidado com as pessoas idosas. A familiarização do cuidar não leva em conta o disposto na Constituição, que torna o cuidado uma responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família.

Diante da aceleração da transição demográfica com maior expressão da longevidade exige-se um Plano para Envelhecimento de médio prazo com articulação e efetivação de políticas, assegurando-se o protagonismo e a participação das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTÁRA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7253>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice: realidade incômoda*, v. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1997.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Anais da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- BRASIL. Lei 10.741/2003. *Estatuto da Pessoa Idosa*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.,a%2060%20\(sessenta\)%20anos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%2C%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.,a%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 17 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Envelhecimento da pessoa idosa. Caderno de atenção básica n. 19*. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2006.
- BRASIL. Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. Relatório de denúncias do Disque da Pessoa Idosa, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019-disque-100.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos. *Relatório V Conferência da Pessoa Idosa*, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-pessoa-idosa-cndi/conferencias-1>. Acesso em: 17 out. 2023.
- DEJOURS, Christophe. *Trabalho e emancipação*. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- ESPINOSA, Teresa San Roman. *Vejez y cultura*. Barcelona: Fundación Caja de Pensiones, 1990.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 2008.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A estruturação do idadismo contra a pessoa idosa. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 34, n. 2, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373931776_A_estruturacao_do_idadismo_contra_a_pessoa_idosa#fullTextFileContent. Acesso em: 17 out. 2023.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 2010.
- FALEIROS, Vicente. A política nacional do idoso em questão: passos e impasses na efetivação da cidadania. ALCANTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (org.) *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 537-569.

- FECAM. *Prioridades da II Conferência*, 2012. Disponível em: <https://www.fecam.org.br/conheca-as-prioridades-da-iii-conferencia-nacional-dos-direitos-da-pessoa-idosa/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- FLORA, Peter; HEIDENHEIMER, Arnold (org.). *The development of welfare states in Europe and America*. New Brunswick: Londres: Transaction Publishers, 1990.
- MINISTÉRIO do desenvolvimento social e combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Padrões mínimos de financiamento de serviços e programas de atenção à pessoa idosa*. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2014/10/servicos--de-atencao-ao-idoso.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas – ONU. *Plan de Viena de 1982*. Disponível em: https://www.gerontologia.org/portal/archivosUpload/Plan_Viena_sobre_Envejecimiento_1982.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.
- ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas – ONU. Resolução ONU n. 46/1991. *Princípios de ação para a pessoa idosa*. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/princ-pessoasidosas.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.
- PIKETTY, Thomas. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – CNDI. *Anais da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – CNDI. *Anais da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Idosos/regulamento_relatorio_1_conferencia_direitos_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.
- SECRETARIA de Direitos Humanos da Presidência da República. *Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos/PR, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Idosos_II/relatorio_regimento_regulamento_deliberacoes_2_conferencia_direitos_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.
- SIMMONS, Leo W. *The role of the aged the primitive society*. USA: Archon Books, 1999.



A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo - Conexões entre Passado, Presente e Futuro

[Artigo 5, páginas de 104 a 117]

Danilo dos Santos de Miranda, no Sesc Pinheiros, ao lado da atriz Fernanda Montenegro, da atriz e cantora Zezé Motta, do escritor Ignácio de Loyola de Brandão e da bailarina Marika Gidali, no lançamento das comemorações do programa Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI) que completou 60 anos em 2023.





**Gerência de Programas e
Estudos Sociais – Gepros**

Rosângela Barbalacco
rosangela.barbalacco@sescsp.org.br

Gabriela da Silva Neves

Gustavo Nogueira de Paula

Juliana Viana Barbosa

Gerente:

Flavia Andrea Carvalho



Artigo 5

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo –
Conexões entre Passado, Presente e Futuro

RESUMO

O artigo tem por objetivo refletir sobre o programa Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI), uma ação socioeducativa criada em 1963 e dedicada à valorização da pessoa idosa. O programa, que completou 60 anos em 2023, nasceu em São Paulo, mas se expandiu para o Brasil por meio dos departamentos regionais e está presente em todos os estados brasileiros.

Palavras-chave: programa Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI); envelhecimento; educação; pessoas idosas.

ABSTRACT

The article aims to reflect on the Social Work Program with Older Adults (TSI), a socio-educational initiative established in 1963 and dedicated to the well-being of older adults. The program, which marked its 60th anniversary in 2023, was created in São Paulo but expanded to Brazil through regional departments and is now present in all Brazilian states.

Keywords: Social Work Program with Older Adults (TSI); aging; education; older adults.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população brasileira é um fato recente, resultado de transformações sociais, crescimento populacional, avanços da ciência e de melhores condições de vida obtidas por meio das reivindicações das próprias pessoas idosas. O Serviço Social do Comércio (Sesc), em sua busca pelo bem-estar social, iniciou o programa Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI) em 1963. Naquela época, apenas 5% da população tinha mais de 60 anos, algo em torno de três milhões de habitantes. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Demográfico 2022, a população brasileira acima de 60 anos atingiu a quantidade de mais de 32,1 milhões de pessoas, perfazendo 15,6% do total da população do país.

Em 2023, o programa comemorou 60 anos de atuação na área de envelhecimento com uma série de atividades. Em setembro, o diretor regional do Sesc São Paulo, Danilo dos Santos de Miranda (1943-2023) abriu a agenda de eventos com um bate-papo especial, seguido de show com Ney Matogrosso no palco do Sesc Pinheiros. Para conversar sobre legado, trajetória de vida, velhices e quebra de estereótipos, Danilo convidou as atrizes Fernanda Montenegro e Zezé Motta, o escritor e jornalista Ignácio de Loyola Brandão; e a bailarina e coreógrafa Marika Gidali. Ainda em homenagem ao programa e com o intuito de refletir sobre a história construída e o futuro das ações, foram realizados o Seminário Envelhecimento, Tempo e Sociedade e o lançamento da publicação *Velhices - Perspectivas e Cenário Atual na Pesquisa Idosos no Brasil*, coletânea de artigos baseados em pesquisa realizada em parceria com a Fundação Perseu Abramo. Além disso, foram realizadas programações com artistas com mais de 80 anos, como Dori Caymmi Tom Zé, Martinho da Villa, Cesar Camargo Mariano, Alaíde Costa, entre outros. Para Danilo, “O Trabalho Social com Pessoas Idosas completa 60 anos de existência, sendo um dos exemplos do que, para nós, são objetivos de continuidade na Instituição: proporcionar a melhoria da qualidade de vida por meio de um trabalho sociocultural e educativo permanente”, afirmou na abertura das ações.

Desde a década de 1960, foram incontáveis os desafios que as pessoas idosas tiveram que superar. O Sesc atuou ao longo desses anos como aliado, promovendo sociabilização, ações de valorização, combate ao idadismo e relações intergeracionais. Também esteve presente apoiando com informações e reflexões a ação política das pessoas idosas. Realizou debates sobre a Constituição de 1988 e levou delegações de idosos para a Assembleia Constituinte, promoveu discussões sobre o Es-

Artigo 5

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo –
Conexões entre Passado, Presente e Futuro



Daniilo Santos de Miranda na abertura do IV Encontro Nacional de Idosos, realizado no Sesc Consolação em 1991

tatuto da Pessoa Idosa e até hoje incentiva a participação nos conselhos das pessoas idosas. Além disso, mantém parcerias e diálogos com instituições privadas e públicas que têm relação direta com o tema, como a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), a Fundação Perseu Abramo (FPA), o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), prefeituras municipais e estaduais, entre muitas outras.

Um aspecto que diferencia o trabalho do programa TSI, e que está presente desde seu início, é a preocupação em desenvolver estudos sobre o envelhecimento por meio de conferências, seminários, debates e pesquisas. Assim, em abril de 1977, foi lançada a primeira edição dos *Cadernos da Terceira Idade*. O boletim, criado pelo Sesc São Paulo, teve como objetivo servir de intercâmbio de informações entre os profissionais da instituição com base em artigos traduzidos de publicações estrangeiras, estudos da época e relatos de experiências do próprio Sesc, sendo pioneiro em um momento em que não havia muitas outras publicações sobre velhice fora da academia.

O trabalho iniciado com os *Cadernos da Terceira Idade* ganhou reconhecimento e teve continuidade com a revista *A Terceira Idade*, em setembro de 1988. A publicação ganhava o formato de um periódico científico e abriu o diálogo com o público por meio de seções de cartas dos leitores e de depoimentos de pessoas idosas. Também iniciou uma seção de entrevistas com personalidades com mais de 60 anos, algumas



I Encontro Regional de Grupos de Idosos – aula inaugural da escola aberta, realizado no Sesc Ribeirão Preto, em março de 1980

reconhecidas em suas áreas de atuação, contando suas visões sobre o envelhecimento. A publicação permitiu a integração entre prática e teoria, condição até hoje presente nas ações do programa. A revista, editada pelo Sesc São Paulo, se mantém como uma das mais longevas publicações sobre envelhecimento no Brasil. E, a partir de 2014, para incorporar ainda mais as atualizações no campo de estudos da gerontologia, passou a se chamar *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*. Naquele momento, seu conteúdo já apostava cada vez mais num modelo híbrido entre periódico científico e conversa com públicos mais amplos por meio de um novo projeto gráfico, que passou a incluir mais espaço para entrevistas, resenhas, ensaios fotográficos e relatos de experiências. O boletim que nasceu com 24 páginas em 1977 hoje é uma publicação gratuita de 140 páginas, quadrimestral, com tiragem de 2.500 exemplares para todo o Brasil, distribuído em unidades do Sesc e outras instituições, bem como disponibilizado em formato digital.

Dando continuidade à busca por compreender a velhice brasileira e o meio que a define, foi desenvolvida em 2006 a primeira edição da pesquisa *Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*, com o intuito de apreender o imaginário social sobre o envelhecimento entre a população urbana do país, desenvolvida em parceria com o Departamento Nacional do Sesc e a Fundação Perseu Abramo. “Uma das intenções era que o levantamento de dados contribuísse

Artigo 5

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo –
Conexões entre Passado, Presente e Futuro



Cora Coralina no I Encontro Nacional de Idosos, realizado no Sesc Pompeia em junho de 1982

com as discussões sobre as políticas públicas voltadas ao atendimento de velhas e velhos, grupo populacional em crescimento acelerado” (DIAS, 2023, p. 11).

A pesquisa traçou o perfil sociodemográfico da população idosa, ao mesmo tempo que investigou o olhar de pessoas idosas e não idosas sobre o envelhecimento numa tentativa de se aproximar do pensamento de Simone de Beauvoir: “Para outrem, o velho é o objeto de um saber, para si mesmo, ele tem de seu estado uma experiência viva” (1990, p. 16). Ainda segundo Beauvoir, “(...) a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural”. Em 2007, com o objetivo de publicizar os dados, foi lançada uma coletânea de artigos sobre a pesquisa. Entre 2019 e o início de 2020, com a intenção de atualizar os dados e entender as atuais demandas das pessoas idosas, o Sesc São Paulo e a Fundação Perseu Abramo organizaram uma segunda edição da investigação e, também, outra coletânea, lançada em 2023 com novas análises *Velhices: Perspectivas e Cenário Atual da Pesquisa Idosos no Brasil*. Essa edição, organizada pela pesquisadora Celina Dias Azevedo, buscou apresentar pesquisadoras e pesquisadores das diversas regiões brasileiras que investigam o envelhecimento pela perspectiva de suas áreas de atuação.



Apresentação de Clementina de Jesus no I Encontro Nacional e Idosos, realizado no Sesc Pompeia em junho de 1982

PASSADO

O TSI foi criado em São Paulo há 60 anos e até hoje é uma referência no campo do lazer e da cultura para pessoas idosas. Um dos marcos iniciais do trabalho foi uma viagem realizada por técnicos da instituição em 1962 aos Estados Unidos para conhecer o trabalho realizado nos centros sociais para idosos. Esse foi um passo importante para a criação, em 1963, do primeiro grupo de convivência, nomeado Carlos Malatesta, em homenagem a um técnico da instituição. O grupo existe até hoje de maneira independente e também comemorou 60 anos em setembro de 2023. Outra referência inicial do trabalho foi a palestra da gerontóloga francesa Claudine Attias-Donfut, trazida ao Brasil pelo Sesc para contribuir com a Semana de Estudos realizada pela entidade em 1978 (HADDAD, 2016).

Com o tempo, esse primeiro grupo criado no Sesc desenvolveu-se e reunia centenas de pessoas idosas que participavam de bailes, comemorações de aniversário e jogos de salão realizados como tentativa de amenizar o isolamento social. Uma das características dos grupos, que até hoje está presente no TSI, é promover a sociabilização: incentivar amizades, trocas de saberes, preocupações e anseios. As experiências do Carlos Malatesta foram referência para a formação de outros grupos de pessoas idosas nas demais unidades do Sesc São Paulo e serviram

Artigo 5

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo –
Conexões entre Passado, Presente e Futuro

como modelo de atuação para outras instituições brasileiras. Com a consolidação do modelo, ocorreu a expansão do trabalho, que foi desenvolvido a partir de três propostas: o fomento ao surgimento de novos grupos, que passaram a ser chamados de “centros de convivência”; o oferecimento dos cursos de Preparação para Idade Avançada e Aposentadoria; e a criação das Escolas Abertas da Terceira Idade (COMISSÃO EDITORIAL, 2021).

O programa de Escolas Abertas foi idealizado como um recurso de transmissão constante de informações e se estruturou em “departamentos” ou núcleos temáticos e cursos de curta e longa duração, tais como gerontologia social e informação e atualização cultural (SESC SÃO PAULO, 1999).

A primeira experiência da Escola Aberta ocorreu em Campinas, em 1977, e o Sesc foi uma das primeiras instituições no país a oferecer programas educativos para as pessoas idosas, até que as universidades – seguindo o modelo das Universidades da Terceira Idade, iniciado na França e que se expandiu para outros países – se voltassem para o tema e implementassem cursos no Brasil (CACHIONI, 2012).

Ainda na década de 1970 e colhendo os frutos do trabalho com o grupo Malatesta, a instituição realizou as semanas do idoso, que aconteceram na capital paulista e em Campinas, em 1974, e depois o I Seminário Regional, sediado no Sesc Consolação, em 1976. E, finalmente, em 1979, ocorreu em São Carlos o primeiro Encontro Estadual de Idosos, que reuniu idosos e técnicos de diversos centros de convivência e Escolas da Terceira Idade com o objetivo de refletir sobre os resultados dos trabalhos realizados ao longo dos 16 anos de atuação do Sesc na área. Importante dizer que desde então já se buscava o diálogo com as pessoas idosas na reflexão da construção de ações. Os encontros estaduais aconteceram também nos anos de 1980, 1981, 1983, 1985, 1988, 1989, 1992, 1994, 1995, 1996, 1997 e 2004 (COMISSÃO EDITORIAL, 2021).

Em 1982, o Sesc Pompeia sediou, entre os dias 19 e 22 de setembro, o Primeiro Encontro Nacional de Idosos, com o tema O Idoso e a Participação na Comunidade Nacional, contando com as participações de técnicos das diferentes regiões do país e nomes como Clementina de Jesus e Cora Coralina. Participaram cerca de mil idosos com a proposta de refletir sobre as necessidades e aspirações das pessoas maiores de 60 anos no contexto sociocultural brasileiro, debatendo questões pertinentes ao seu universo, tais como trabalho, previdência, educação e saúde.

Além dos encontros estaduais, regionais e nacionais, na década de 1980 também foi criado o Encontro de Esporte e Cultura para a Terceira Idade, no Sesc Bertioga, que teve sua primeira edição em 1982 e contou com a participação de grupos de idosos. Nele foram desenvolvidas atividades culturais, jogos e brincadeiras. Atualmente, o encontro de idosos em Bertioga se chama Festival da Integração e atende cerca de 1.400 pessoas em duas semanas de atividades, com destaque para os debates sobre o envelhecimento contemporâneo, que incluem o olhar para a diversidade de velhices, a questão sobre a saúde mental e os novos arranjos familiares, entre outros temas relevantes.

Em 1985, o Sesc organizou o V Encontro Estadual do Idoso, com o tema O Idoso e a Constituinte, na cidade de São José do Rio Preto. Delegações de cerca de 16 cidades estiveram presentes, num momento em que a sociedade civil se organizava em torno da constituinte e os direitos dos idosos estavam sendo debatidos nos territórios. Do encontro resultou a Carta dos Direitos dos Idosos¹, que tinha o objetivo de subsidiar a escrita da Constituição de 1988.

Nos anos 2000, o Sesc prosseguiu com os debates e as reflexões. Em 2004, organizou o Encontro Internacional de Gerontologia no antigo prédio da Administração Central do Sesc São Paulo, atual Sesc Avenida Paulista, resultado de uma parceria com a Universidade de Barcelona. Reuniram-se especialistas europeus e ibero-americanos em diversas áreas da gerontologia: pesquisa social sobre o envelhecimento, atendimento aos idosos e formulação de políticas públicas e privadas para o setor.

Em 2005, o Sesc organizou novamente um Encontro Nacional de Idosos, desta vez com o intuito de debater a implementação do Estatuto do Idoso. Delegações de diferentes regiões do país discutiram a importância desse documento no campo da previdência, assistência social, educação, cultura, lazer, saúde, transporte, habitação, trabalho, violência contra a pessoa idosa, entre outros. O encontro apresentou um documento, intitulado Carta Aberta à Nação, um manifesto do grupo.

Em comemoração aos 50 anos do TSI, o Sesc promoveu o fórum Perspectivas para Ações Junto ao Cidadão Idoso, na unidade de Bertioga, em setembro de 2013, no qual participaram cerca de 120 profissionais e estudiosos da área do envelhecimento, técnicos do Sesc, gestores, militantes da luta por direitos e pessoas idosas de todo o país para discutirem questões relevantes para o processo de envelhecimento. Foram eleitos quatro eixos temáticos: formação e educação permanente; autonomia, direitos e cidadania; gerações e intergeracionalidade; e cuidado

1 Resultado do Encontro Estadual em São José do Rio Preto, em 1985, a carta foi encaminhada como sugestão para a constituição de 1988. As reivindicações foram posteriormente contempladas na Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994 – a Política Nacional do Idoso.

Artigo 5

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo –
Conexões entre Passado, Presente e Futuro



Escola aberta da terceira idade: oficina Vamos Fazer peteca, Ribeirão Preto.

2 Fórum: perspectivas para ações junto ao cidadão idoso: carta de Bertioga, 2013. Realização do Serviço Social do Comércio. São Paulo: Sesc São Paulo, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/sescsp/docs/carta-de-bertioga>

e relações sociais. O fórum deu origem à Carta de Bertioga², publicação que contém proposições relacionadas aos temas discutidos.

Nos anos 2000 também se desenvolveram as ações em rede, com a participação de todas as unidades do estado de São Paulo, apresentando temas essenciais para o bem-estar das pessoas idosas, com a Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa e a Semana de Prevenção de Quedas em Pessoas Idosas. As ações foram desenvolvidas com parceiros dos territórios e contaram com atividades reflexivas, oficinas, workshops e apresentações artísticas que levaram conteúdos informativos para pessoas idosas e não idosas, dentro e fora do Sesc

Também nos anos 2010 aconteceu uma ação em rede, inspirada em encontros regionais realizados pelas unidades do interior. O projeto Cá entre Nós foi criado para reunir as pessoas idosas frequentadoras de unidades do Sesc. Teve ainda como objetivo possibilitar que os grupos de idosos criassem uma programação para as unidades convidadas, estimulando, assim, o protagonismo.

Diretamente relacionado com o campo das artes e em comemoração ao Dia Internacional do Idoso, em 1º de outubro, a mostra *Sentidos: A Longevidade na Arte* era composta de apresentações artísticas de teatro e dança que refletiam sobre a temática do envelhecimento, priorizando

artistas idosos e idosas. No período da pandemia essa ação se desenvolveu de modo on-line e priorizou oficinas de dança e teatro que levaram as apresentações das pessoas idosas participantes.

Construíram essa história centenas de funcionários do Sesc que alimentam e alimentaram o programa com suas inquietações, observações, estudos e trocas diretas com as pessoas idosas que, mais do que participantes, também são coautoras do trabalho. Um exemplo disso é o relato de Olga Quiroga para Áurea Soares Barroso em texto publicado no site do Sesc em 2018 ao lembrar que em 2005, durante o Encontro Nacional de Idosos realizado no Sesc Pompeia, foi convidada para participar de uma mesa, fazendo com que o Grupo de Articulação para Moradia do Idoso da Capital (Garmic) ganhasse visibilidade na cidade de São Paulo. “O movimento de moradia dos idosos deve muito ao Sesc, porque, quando a gente começou, foi o primeiro que deu espaço para gente mostrar a nossa ação lá no Sesc Pompeia. Estava acontecendo o Encontro Nacional de Idosos e o Sesc mostrou para todo mundo que a gente não era um grupo de velhos loucos, mas um grupo que queria alguma coisa na vida, um grupo organizado e reivindicando direitos de moradia para idosos”, relembra Dona Olga, 89 anos, nascida no Chile e cidadã paulistana, uma honraria concedida pela Câmara Municipal de São Paulo a pessoas nascidas em outras cidades e que desenvolvem ações significativas para a capital paulista.

Esta história exemplifica um dos conceitos da pedagogia crítica de Paulo Freire (2004), que entende a educação como um ato político que não pode ser divorciado da pedagogia, ao ressaltar que “a educação faz sentido porque mulheres e homens aprendem que através da aprendizagem podem fazerem-se e refazerem-se, porque mulheres e homens são capazes de assumirem a responsabilidade sobre si mesmos como seres capazes de conhecerem” (FREIRE, 2004, p. 15). E assim o programa se refaz continuamente.

PRESENTE

Atualmente, o programa atende pessoas idosas em todas as unidades do Sesc em São Paulo e em todos os estados brasileiros. Em São Paulo, a programação está dividida em ações em rede e ações permanentes. As ações em rede abordam questões importantes relacionadas ao envelhecimento, que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas, tais como a Semana de Prevenção de Quedas em Pessoas Idosas e a Campanha de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa.

Artigo 5

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo –
Conexões entre Passado, Presente e Futuro

Além dessas ações, também acontece anualmente, no Sesc Bertiooga, o Festival da Integração, um encontro entre pessoas idosas que frequentam o Sesc no estado de São Paulo.

As ações permanentes são as atividades cotidianas que acontecem em todas as unidades, tais como oficinas, workshops, bailes, pontos de encontro e passeios, entre outras. Tratam sempre de temas relacionados ao envelhecimento. As diretrizes e os objetivos do programa orientam as ações em rede e as permanentes sob a perspectiva da valorização da cultura do envelhecimento e do protagonismo da pessoa idosa, rompendo com pensamentos estereotipados, limitantes e preconceituosos a partir de ações integradas nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer. O programa oferece atividades divididas em três eixos: arte e expressão; corpo e movimento; e sociedade e cidadania.

O Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI) acontece hoje em 42 unidades do estado de São Paulo. As atividades são orientadas pela Gerência de Estudos e Programas Sociais (Gepros) e as unidades têm autonomia para dialogar com seu território e realizar parcerias com os as entidades locais. Além disso, um técnico de referência do Sesc desenvolve diretamente a programação para os maiores de 60 anos.

Para além das ações do TSI, as pessoas idosas estão presentes em todas as programações do Sesc. A instituição é vista por quem envelhece como um local amigável e uma referência de atendimento.

FUTURO

Se no início do TSI os olhares dos pesquisadores voltaram-se para as nações que já enfrentavam o envelhecimento populacional, como França e Estados Unidos, atualmente o programa busca em território nacional saídas para as questões do envelhecimento. Um olhar para as comunidades tradicionais, as populações indígenas e negras nos orientam sobre outras maneiras de enxergar o envelhecimento:

"Essas sociedades não descartam ninguém. Elas não são sociedades do descarte. Elas são sociedades de uma crescente associação, valorização, a gente poderia dizer assim, de um engrandecimento do ser. Vamos imaginar uma árvore na floresta, quanto mais antiga essa árvore na floresta, mais diversidade de vida ela expressa, porque, no seu crescimento, ela começa a abrigar muitos outros organismos e forma verdadeiros bosques em seu corpo. Então, é como se o tempo mostrasse naquela árvore majestosa uma produção incessante de benefícios para si e para os que estão ao redor dela. Para mim, é a própria ideia da prosperidade". Ailton Krenak em entrevista na edição 84 da revista *Mais 60*.

A materialidade do programa TSI se realiza há 60 anos nas unidades do Sesc por meio da presença das pessoas idosas e do olhar atento dos técnicos de referência. A instituição coloca-se como interlocutora para as questões do envelhecimento, com um olhar social para a velhice e tendo a escuta das pessoas e da sociedade como principal aliada de seu trabalho. Para os próximos anos, novos e velhos desafios terão que ser superados. Assim, todos os setores da sociedade precisam considerar esse crescimento e atuar pela qualidade de vida das pessoas desde a infância até a maturidade. Sendo assim, o Sesc teve há 60 anos, de forma inovadora, um olhar para o futuro que se apresenta hoje, e tem em sua bagagem trocas com pessoas idosas e pesquisadores ao longo de todo esse tempo, nos mais diversos territórios. Quem venham os próximos 60 anos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Celina Dias (org). *Velhices: perspectivas e cenário atual da Pesquisa Idosos no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, 2023.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- COMISSÃO EDITORIAL. O trabalho com idosos (TSI) do Sesc: trajetórias e realizações. *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*, São Paulo: Sesc, n. 80, p. 54-75, 2021. Disponível em: https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15627_O+TRABALHO+SOCIAL+COM+IDOSOS+TSI+DO+SESC+TRAJETORIA+E+REALIZACOES. Acesso em: 9 nov. 2023.
- ENTREVISTA AILTON KRENAK. *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*, São Paulo: Sesc, n. 84, p. 111-119, dez. 2022.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- *Pedagogia do oprimido*. 36. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- *Pedagogia da tolerância*. São Paulo: Unesp, 2004.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- NERI, Anita Liberalesso (org). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2007. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- SESC São Paulo. *Trabalho Social com Idosos 1963-1969: 36 anos de realizações*. Relatório. São Paulo: Departamento Regional do Sesc São Paulo, 1999, 221p. Disponível em: <https://portal.sescsp.org.br/online/artigo/15052OLGA+QUIROGA+MEMORIA+VIVA+DA+LUTA+DE+PES+SOAS+IDOSAS+POR+MORADIA+NA+CIDADE+DE+SAO+PAULO>. Acesso em: 27 out. 2023.



Eu Mereço Ser Feliz

[Artigo 6, páginas 118 a 121]





Janaina Cunha

Diretora de Programas Sociais do Departamento Nacional do Sesc.



Não é de finitude que trata o envelhecer, mas da liberdade de se fazer imenso a cada dia. Desobrigar-se da rotina, a menos que ela lhe seja satisfatória. Caminhar a passos lentos, ou apressados, conforme sua conveniência. Revisitar *Cem Anos de Solidão*, de García Marquez, ou *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, sem a pretensão dos intelectuais. Ou se debruçar sobre os livros de capa dura de Machado de Assis, ainda que um ou outro verbo lhe escape.

O passar do tempo renova o sabor dos feitos, cria atalhos para afetos negligenciados e enche de significados lembranças sem qualquer urgência, mas que provocam aquele riso de canto de boca ao trazer para o agora paixões de outras tantas primaveras. Recria travessuras. E já não importa se foram vividas, ou sonhadas, ou ainda rabiscadas num pedaço de guardanapo fuleiro do bar da esquina em alguma madrugada. Envelhecer é ver o mar. E ter a certeza de que nenhum amor foi covarde o suficiente para ser esquecido. Para cada um, há um cantinho de memória.

Mas se o acúmulo dos anos não é um fardo, tampouco pode ser considerado uma benesse que assegure os cuidados necessários ao viver com dignidade. Romantizar a superação da juventude é ignorar o esgotamento de uma estrutura social que condena física, psicológica e moralmente quem já não se enquadra no pressuposto boçal dos padrões de vitalidade. O limite do tempo, há que se dizer, despeja numa espécie de calabouço um sem-número de pessoas tão lindamente prontas para o futuro – mesmo que o horizonte seja até amanhã.

Seja como for, atravessar é um privilégio. E por essas e tantas outras razões, há 60 anos o Sesc se dedica ao Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI), reconhecendo nesta iniciativa oportunidade para uma atuação consistente, robusta e intensa, tendo como foco o estímulo ao envelhecimento saudável. E como meta a consolidação de novos paradigmas. Não para eles, mas com eles, em processo cada vez mais colaborativo, em reconhecimento à valiosa contribuição desta população para a transformação social que perseguimos como missão.

Este trabalho, iniciado em 1963, no Sesc São Paulo, hoje é praticado em todos os departamentos regionais do Sesc no país. Amparado por valores como acolhimento, pertencimento e inclusão, considera na prática as especificidades desta faixa etária por meio de ações que em 2022 alcançaram 155 municípios brasileiros e promoveram o atendimento de mais de 50 mil pessoas idosas. Está entre os projetos prioritários do Sistema Comércio, que conta com a capilaridade das unidades operacionais do Sesc em todo território nacional e instituições parceiras.

Ao longo destas seis décadas, milhares de mulheres e homens encontram no Sesc espaço para conviver e ser feliz. Não seria verídico, nem justo, afirmar que tudo são flores nesta jornada. Afinal, dia e noite são tempos complementares, e não excludentes, do mesmo ciclo. Mas muito encantamento tem se espalhado Brasil afora, seja em aulas de dança que revigoram o movimento e os sonhos; seja em oficinas de letramento digital, poesia, literatura, artes visuais, fotografia, desenvolvimento de carreira. Bem como em rodas de conversa, circuito de corridas, viagens em grupo e tudo mais que eles sinalizem como relevante para a qualidade de vida. Envelhecer não é limite, mas a capacidade de transpor as barreiras do tempo rumo ao infinito, construindo, mesmo sem querer, imenso legado – preciosa fonte de luz e inspiração.

*Em homenagem ao querido professor Danilo Miranda,
cujos olhos nunca deixarão de brilhar.*



PAINEL DA LONGEVIDADE

Da Celebração do Tempo



Geni Nuñez

Doutora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestra em psicologia social e psicóloga pela mesma universidade. Faz parte da Articulação Indígena de Indígenas Psicólogos/as (Abipsi).

DA CELEBRAÇÃO DO TEMPO

A todo momento nós, povos indígenas, somos bombardeados, quando não literalmente, com notícias de leis, projetos, marcos que buscam dar seguimento à violência contra nós. Certamente, como parte da terra que somos, todas as violências contra ela também nos atingem. Mas não é disso que quero falar hoje. Teimosamente, quando me convidam para falar sobre envelhecimento, irei falar da alegria.

Pode causar um estranhamento falar disso justamente quando reconhecemos o cenário de colonização em que vivemos, mas, como nos ensina cacique Babau (2019), o que mata nossos adversários é nosso sorriso. E seguimos com ele, junto a nossas lágrimas. Quando nossos povos cantam, dançam, quando festejamos a chegada de mais um bebezinho, quando celebramos mais uma taquara de vida dos mais velhos, avôs e avós (*xamoi* e *xaryi*). Essa marcação de tempo através do ciclo da taquara é explicada pela anciã Doralice (2018):

A taquara é muito importante na vida do guarani. O *takuapu*, bastão musical que as mulheres batem no chão durante o canto-reza, *mborai*, é do tronco da taquara. E as mulheres usavam a geleia da taquara para amaciar a pele e o cabelo. As taquaras também oferecem *takuaraxó*, uma larva que dá no centro do tronco e serve como alimento. Essas larvas só dão a cada 30 anos, e um modo de contar a idade da pessoa é dizer quantas taquaras ela tem. Se tem 30 anos, diz que tem uma taquara, se tem 60, duas. Tem gente que chega a viver três taquaras. Então a taquara tem um ciclo de vida, que a vida do guarani acompanha. Com 30 anos a taquara morre, seca, depois floresce e dá essa larva, *takuaraxó*. Pelo que eu entendo, a taquara tem um sumo quando amadurece, e as larvas vão comendo esse sumo. Então a taquara seca e as sementes caem, voam por aí. Os ratinhos, os passarinhos comem as sementes, mas algumas brotam (Poty, 2023, s/p).

Algumas brotam, seguem brotando. Por isso nossos parentes continuam fazendo o reflorestamento, da terra, do espírito. É preciso semear também a alegria e, ao contrário do que o capitalismo nos ensina, ela não está no consumo. Como dizia Alberto Caeiro (1993):

(...) às vezes ouço passar o vento e só de ouvir passar o vento já vale a pena ter nascido (...)
A espantosa realidade das cousas
É a minha descoberta de todos os dias.
Cada cousa é o que é,
E é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra,
E quanto isso me basta.

É difícil pensar a alegria nas monoculturas, porque o que elas ensinam é que a vida que realmente importa, a verdadeira alegria, não está aqui e sim no futuro, na ida ao céu. E com esta economia tentam fechar a conta das injustiças, dos desencontros, dos conflitos, das desigualdades. Consolam-se dizendo que no juízo final, aí sim, tudo será colocado na ponta do lápis, que então haverá condenação para muitos e salvação para poucos. Que lá, nesse longe do tempo e do espaço, estará lhes aguardando a redenção e a recompensa pelas tantas renúncias que fizeram ao longo da vida.

Talvez por isso fiquem tão ressentidos quando percebem que nem todo mundo abandona os prazeres e a alegria da vida em nome dos valores pelos quais renunciam às suas. Há séculos nossos povos são chamados de preguiçosos, afinal, como nos ensina Mestre Bispo (2023), nossos povos não entendem que a terra é o lugar da maldição, que o trabalho é o castigo e o sofrimento. É irônico que quem nos escravizou tenha a audácia de nos chamar de preguiçosos quando recusamos a servi-los, quando nos insurgimos. Esta urgência que o capitalismo, filho da colonização, coloca como mandatário do tempo, em que tudo precisa servir ao acúmulo, demonstra também, a meu ver, uma certa dificuldade em lidar com a condição de não controle, não previsibilidade que temos sobre o amanhã.

Em minha área, a psicologia, fala-se, em algumas discussões, sobre as chamadas fases de desenvolvimento, que é uma palavra que me causa calafrios. Isso porque a lógica da ordem, progresso, desenvolvimento, primitivo e evoluído fazem parte de todo um vocabulário utilizado contra nós, povos indígenas, nos marcos temporais da colonização.

Em interpretações mais conservadoras, as fases seriam progressivas e, uma vez superadas, qualquer reaproximação a elas seria algum tipo de regressão ou retrocesso. Nesta escada a linha temporal seria mais ou menos assim: bebê, criança, jovem, adulto/a, velho/a ou ido-

so/a (outros termos que em alguns contextos são vistos como quase um tabu). Falando em tabu, em seu livro *Totem e Tabu* (1974) Sigmund Freud propõe que nós, povos indígenas, seríamos a infância do humano, enquanto que os civilizados, estes sim seriam a evolução, a fase adulta da humanidade. Imagino que compreendam melhor agora os calafrios que mencionei, afinal é deste repertório sobre o tempo que a colonização também se faz. Nessas perspectivas, ser comparado a crianças é algo visto como ofensivo, como referente a seres atrasados, sem pensamento, desprovidos de autonomia. Vemos também variações deste discurso no etarismo, quando muito do que é associado a pessoas idosas é percebido como sinal de fraqueza, falência, inutilidade. Tanto o início dessa linha temporal, na imagem das crianças, quanto seu suposto fim, na velhice, são exemplos de como a ideologia capitalista colonial valora pessoas a partir de sua eficácia para a produção e para o lucro. Ainda que, a despeito destes discursos, o capitalismo, o racismo, a misoginia continuem a explorar de forma extremamente violenta o trabalho de crianças, jovens e idosos.

A liderança Jera Guarani (2020, p. 15) comenta sobre esta preocupação quando diz sobre a importância de nós não esquecermos que:

Não precisamos aderir a essa ideia insana de que temos que estudar como malucos para arrumar um emprego e trabalhar a vida inteira para, só depois, à beira da morte, percebermos que não aproveitamos nada. Temos que saber que podemos aprender outra cultura, mas que depois podemos usar o conhecimento de outras formas, para fortalecer nossa cultura e para mostrar aos nossos jovens que é possível sobreviver e viver bem sem ter salário na aldeia. Saber que podemos ir para a mata, que podemos aprender de novo as coisas da natureza com os mais velhos, e que está tudo bem.

Para nossos povos, estas duas gerações, a infância e a velhice, são especialmente importantes, o respeito e o carinho a elas são presentes de forma muito intensa em nossas narrativas de mundo. Talvez, dentre outros motivos, porque o critério que utilizamos não seja o do utilitarismo capitalista. Desta forma, ser comparado à infância do mundo, ainda que saibamos da intenção racista do gesto, não nos ofende. Pelo contrário, não há motivo algum para nos envergonharmos em sermos associados a seres tão criativos. Assim, quando a sociedade



Para nossos povos, estas duas gerações, a infância e a velhice, são especialmente importantes, o respeito e o carinho a elas são presentes de forma muito intensa em nossas narrativas de mundo.

dominante pergunta às crianças “o que você vai ser quando crescer?”, sabemos que há uma referência implícita à ideia de que “ser” é exercer uma profissão, enquanto que para nossos povos, a criança já é alguém só por existir (MUNDURUKU, 2017). Da mesma forma, a pergunta sobre “o que você vai ser quando envelhecer” continua associada à esta dimensão, como se não havendo mais exercício profissional a pessoa deixasse de ser importante, deixasse de ser.

Para explicar um pouco mais sobre essa outra relação que nós povos indígenas temos com o tempo e, por conseguinte, com o envelhecimento, irei contrapor nossas perspectivas à hegemônica através da discussão a seguir sobre tempo e eternidade.

A VISÃO CRISTÃ PLATÔNICA DO TEMPO

O cristianismo é a principal referência moral e ideológica da colonização, ele, por sua vez, foi e continua sendo influenciado por uma série de outras teorias e debates (NIETZSCHE, 2009). O platonismo é uma dessas grandes influências, uma vez que é dele que o cristianismo empresta e adapta à sua maneira a ideia de dois mundos, um perfeito e outro imperfeito. Neste binarismo estariam oposições como céu e inferno, corpo e alma, carne e mente, tempo e eternidade. É sobre este último que mais irei me dedicar agora.

Nesta visão platônica, o tempo seria uma versão fajuta, uma cópia da eternidade. Enquanto a eternidade seria perfeita, celeste, fixa, imutável, o tempo seria passageiro, falho, traíçoeiro (MACHADO, 2021). Desse mito deriva uma relação de inimizade com tudo aquilo que é temporal, que muda, que se transforma, que se movimenta. Esses fluxos são percebidos como falha, como fraqueza, enquanto a eternidade/Deus segue como o grande modelo a ser seguido, no qual se teria um único caminho, uma única verdade, uma palavra imutável (AQUINO, 2011). Nas palavras de Maria Helena Oliva Augusto (1989, p. 5), sobre Platão e o tempo:

(...) é contraposto à ideia de eternidade. (...) no mundo inteligível, as verdades eternas, necessárias, imutáveis e, no mundo sensível, justamente o mundo dominado pelo tempo. A eternidade não é uma forma de tempo; a eternidade aparece, em Platão, como a negação do tempo. O tempo existe no mundo sensível como o lugar da passagem, o lugar daquilo que não permanece, como o lugar da geração e da corrupção, como o lugar do aparecer e do desaparecer; enfim, como o lugar em que nada é permanente (...). Contra esta ideia de tempo, ligada ao mundo sensível e, portanto, ao mundo das aparências, Platão vai contrapor a imagem de eternidade como a negação do tempo.

Talvez por isso que seja tão difícil, na lógica da monocultura, falarmos de alegria, mais ainda, vivenciá-la, afinal, se as pessoas são ensinadas a ter consigo mesmas, com a terra, uma relação de inimizade, de antagonismo, de menos-valia, de onde virá o contentamento? Como festejar, celebrar e honrar o envelhecimento, por exemplo, se ele seria justamente o sinal de que o tempo, em sua passagem, seria sempre inferior à eternidade?

Se “amizade com o mundo é inimizade com deus”, então todo prazer, toda sensação de conforto em estar aqui se mostra como um perigo para a relação de fidelidade com a vida futura, já que só ela deveria ser almejada e por ela se fazem os sacrifícios. Para que o céu, este céu cristão, seja apresentado como algo superior à terra, ela é constantemente rebaixada. Seus rios, matas, florestas, seus bichos são vistos como seres sem alma, portanto sem vaga no seletivo grupo que acessaria o céu.

Alguns dizem “mas alegria da terra é passageira”. E pergunto aqui: qual não é? Aliás, também a tristeza é feita de passagens, idas e vindas. “Então você vai trocar algo duradouro por algo breve?” Esse é um falso dilema, a vida é feita de concomitâncias, de diferentes ritmos, cores, tempos. Com isso não digo que “podemos ter tudo”, há sempre algo que sobra, que resta, que falta. Justamente por isso que as alegrias, as tristezas e os encontros que temos são sempre parciais e passageiros, são tudo que temos, o que nos faz no mundo.

O cuidado de si e o cuidado coletivo é um modo de a gente poder continuar vivendo nossas experiências parciais, pequenas e imensas ao mesmo tempo.

Sem comparar negativamente essa vida com uma outra infinita, não falta nada nessa

Sem comparar a mutabilidade da terra com a imutabilidade do céu, não falta nada aqui

Sem comparar a carne com a alma, todo dia pode ser uma festa.

O voo do pássaro não é menor nem maior que o nado da baleia

A baleia e o tubarão não deveriam ser menores do que são, é na sua grandeza que está seu brilho

A formiguinha e o grão de areia não deveriam ser maiores do que são, porque é em sua pequenez que está seu brilho

Cada existência é como deveria ser: parar de brigar e de lutar contra nossa “natureza” é um ato revolucionário. Digo natureza entre aspas porque a ideia de natureza também é uma invenção, tomo mais uma vez as palavras de Caetano (1946):

Vi que não há Natureza,
Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies,
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras,
Mas que não há um todo a que isso pertença,
Que um conjunto real e verdadeiro
É uma doença das nossas ideias.
A Natureza é partes sem um todo.
Isto e talvez o tal mistério de que falam.

A obsessão em transformar as partes em um todo coerente é central na tradição eurocristã hegemônica (embora também possa estar presente, de outras formas, em outras narrativas). Essa vontade por estabilidade e imutabilidade cria a necessidade de um deus com essas características (supostamente perfeitas) que faltariam aos humanos (imperfeitos).

Essa busca tenta dar um sentido transcendental à existência, como se juntas as partes obedecessem a um todo coerente que as organizasse. É uma vontade que é fruto da dificuldade de sustentar a falta desse sentido, a falta de uma ordem, origem, destino, justiça ou predestina-



**Cada existência é como deveria ser:
parar de brigar e de lutar contra nossa
“natureza” é um ato revolucionário.**

ção. E nisso se tenta acreditar que “tudo ocorre por um motivo” que estaria por trás e para além da compreensão humana. Isso parece mais fácil que cogitar e afirmar que o sentido das coisas e do mundo, se é que existe, não é centrado no humano e muito menos é único.

Quando falamos sobre as identidades hegemônicas de gênero, acontece algo parecido. Somos ensinados a congregar características físicas, comportamentais etc. como pertencentes ao que seria masculino e outras que seriam referentes ao feminino. Há alguns esforços em movimentar essas partes, dizendo que a cor rosa, por exemplo, não é apenas feminina, mas também masculina – que cabelos longos podem ser masculinos etc. Mas ainda persiste a mesma rotulação. Quando afirmo que não acredito nessa ideia de masculino e feminino, alguns argumentam: então você não acredita que exista esse e aquele comportamento? E não se trata de negar a existência de preferências, atos etc., mas de negar a conclusão de que essas particularidades seriam composições de um grande todo que lhes daria sentido (masculinidade/feminilidade).

Recusar a ideia de todo implode o criacionismo e a necessidade de um todo/deus que lhes dê sentido prévio e pronto. Isso não é negar as diferenças, mas expandi-las e também daí que vem minha alegria, pois pelo menos de vez em quando, eu sei, eu lembro que não preciso de salvação, que não estou perdida, que nossos povos nunca estiveram. Que não pertenço nem à natureza, nem à cultura, nem a nenhum binarismo, que sou parte e ser parte é infinito e que tenho todas as idades do tempo. Que não preciso implorar por um perdão de um pecado que eu não acredito, que não me seduz o marketing e a propaganda que colocam a vida futura como um sonho de consumo, porque eu amo mesmo é essa vida, eu festejo e celebro cada folhinha, cada gota de chuva, cada grão de areia. Não reduzo o mundo ao humano, nem acredito que se, porventura, acabarem-se os humanos, haverá o fim do mundo, pois o fim do humano não é o fim do mundo. Ele não acaba se não existimos, somos nós que não existimos sem ele.

Como lembra Alberto Caeiro (1993):

Creio mais no meu corpo do que na minha alma,
Porque o meu corpo apresenta-se no meio da realidade.
Podendo ser visto por outros,
Podendo tocar em outros,
Podendo sentar-se e estar de pé,
Mas a minha alma só pode ser definida por termos de fora.
Existe para mim – nos momentos em que julgo que efetivamente existe –
Por um empréstimo da realidade exterior do Mundo
Se a alma é mais real
Que o mundo exterior como tu, filósofos, dizes,
Para que é que o mundo exterior me foi dado como tipo da realidade
Se é mais certo eu sentir
Do que existir a cousa que sinto –
Para que sinto
E para que surge essa cousa independentemente de mim
Sem precisar de mim para existir,
E eu sempre ligado a mim-próprio, sempre pessoal e intransmissível?
Para que me movo com os outros
Em um mundo em que nos entendemos e onde coincidimos
Se por acaso esse mundo é o erro e eu é que estou certo?
Se o Mundo é um erro, é um erro de toda a gente.
E cada um de nós é o erro de cada um de nós apenas.
Cousa por cousa, o Mundo é mais certo

Se a vida futura vale mais que essa por ser eterna, imutável e fixa, então percebo que são estes os critérios que desqualificam e desmerecem a vida que temos aqui, por isso questiono:



Que não pertenço nem à natureza, nem à cultura, nem a nenhum binarismo, que sou parte e ser parte é infinito e que tenho todas as idades do tempo. Que não preciso implorar por um perdão de um pecado que eu não acredito, que não me seduz o marketing e a propaganda que colocam a vida futura como um sonho de consumo, porque eu amo mesmo é essa vida, eu festejo e celebro cada folhinha, cada gota de chuva, cada grão de areia.

Um perfume é menos cheiroso porque seu aroma não dura eternamente?
Uma música é menos bonita porque dura apenas alguns minutos?
O sabor de um alimento é menos gostoso porque acaba?
O pôr do sol é menos deslumbrante porque dá lugar à noite?
Um amor não vale a pena porque terminou ou se transformou?
O critério da eternidade desqualifica a vida
Ao mesmo tempo que a finitude nos desafia, é ela também que nos
presenteia com o retorno e com ele podemos
Sentir novamente o perfume das flores
Ouvir mais uma vez a mesma música
Outras versões do mesmo som, entoar outros tantos
Alimentar-se outra vez e assistir ao pôr do sol de novo
Talvez todo amor seja à segunda, terceira, quarta... vista
Tem sempre um outro amor que o antecedeu
Há sempre um cheiro, um gosto, um sabor um encanto antes e depois
Parar de brigar com o tempo é deixar de tentar vingar-se de si, de
ressentir-se com o que foi
Que a raiva, o medo, a frustração não se tornem bombas (auto)
destrutivas, mas que sejam transmutadas em palavra, escuta, pintura,
dança, lágrima, abraço
Há sempre mais saídas e entradas possíveis do que a dor imagina:
coletivizar os anseios redistribui os pesos
Não é só a pele que se renova, as lágrimas e os sorrisos também

Portanto, se pecar vem do latim *peccatum*, *i*, derivado do verbo *pecco*, *as*, *vi*, *ātum*, *are*, “tropeçar, dar um passo em falso; enganar-se”, seguirei em minhas errâncias. E cometeremos o pecado da preguiça, do prazer da comida, teremos o direito à ira, ao sexo não reprodutivo que chamam de luxúria, ao orgulho que chamam de soberba e à admiração não invejosa.

Deste desejo de vida futura, limpa, pura e sem pecado, deste projeto de evolução e desenvolvimento que também está vinculado à ideia de ordem e progresso, a qual, por sua vez, é basilar da noção de tempo progressivo e linear. Para a sociedade dominante, nossos povos seriam o atraso, o empecilho ao desenvolvimento, enquanto que os ditos civilizados seriam o progresso do humano, seu depuramento. Humano, nesse contexto, não se refere a uma simples descrição biológica, mas a

1 Ver mais em: <https://carlisleindian.dickinson.edu/teach/kill-indian-him-and-save-man-r-h-pratt-education-native-americans#:~:text=This%20resource%20includes%20the%20full,and%20Correction%2C%20held%20in%20Denver>. Acesso em: 18 out. 2023.

uma ficção política. “Mate o índio nele e salve o homem”, famosa frase do capitão genocida Richard Henry Pratt, na qual se percebe a oposição entre ser indígena/selvagem e cristão/civilizado/humano¹.

Apesar disso, a colonização segue atribuindo a seus valores o que haveria de mais positivo. E a despeito de tanta violência praticada pelo humano, a sociedade dominante segue dizendo que precisamos humanizar as relações, que precisamos de ainda mais humanidade. Isso porque seguem atribuindo uma essência positiva ao que chamam de amor, de salvação, de humano, de deus, de caridade e assim por diante. Assim, quanto mais violências são praticadas em nome deste projeto, maior sua defesa. E dizem que quem pratica as monoculturas da terra, do pensamento, da sexualidade, dos afetos, é desumano, que quem pratica racismo religioso é o “falso cristão” e assim por diante. Não observam que aquele que age de acordo com uma ideologia que postula que há apenas um deus verdadeiro, que todos os demais são falsos e devem ser destruídos, não está incoerente com ela, mas harmônico ao que ela prega.

É em nome dessa fé, dessa verdade supostamente universal e única, que as monoculturas buscam corrigir, curar e converter o que é dissidente. Como não são mitologias situadas e contingentes, as monoculturas não se contentam em fazer sentido apenas para um grupo, é preciso que todos sejam convertidos à sua verdade. Estas violações são especialmente desafiadoras, justamente porque operam em nome do bem e do amor, da salvação, do respeito, da família, dos bons costumes. De maneira que talvez nossa maior tarefa na luta contracolonial seja lidar com o pudor que nos ensinaram a ter com tudo que diz respeito a esse domínio, cujo questionamento soa, para alguns, como sacrílego. Talvez tenha chegado o momento de não mais nos envergonharmos



Nenhuma promessa de vida futura jamais será mais viva, real e mágica do que essa que se vive agora. E quando falo de afirmar a alegria, não estou desconsiderando a importância da tristeza, mas estou celebrando justamente a possibilidade de sentirmos do frio ao calor, do encontro ao desencontro.

em dizer: não, você não tem direito a ter qualquer fé, se sua fé pratica o racismo religioso eu não irei respeitá-la. Como ensina Mestre Bispo (2021), na luta contracolonial, quando tentam nos colonizar, a gente não deixa. Não aceita. Mesmo que essa colonização, mesmo que esse adestramento ocorra em nome do amor.

Nenhuma promessa de vida futura jamais será mais viva, real e mágica do que essa que se vive agora. E quando falo de afirmar a alegria, não estou desconsiderando a importância da tristeza, mas estou celebrando justamente a possibilidade de sentirmos do frio ao calor, do encontro ao desencontro. A colonização, quando nos coloca o peso das opressões, tenta nos roubar inclusive o direito a uma tristeza que também seja orgânica, viva. Por isso reafirmo meu carinho pelo mundo, tomando o cuidado de não o resumir nem à violência praticada pelos humanos, nem à promessa de uma vida infinita, eterna e superior a esta. Se vejo a beleza do pôr do sol não preciso acreditar que há um outro mais bonito que esse que ainda não vi, sua beleza já me basta. A existência das árvores só comprova a existência das árvores e a existência do vento só testifica que o vento existe. Não somos criaturas apenas, somos também criadores, inventores, porque é isso que a arte faz com a vida.

Quem aqui não está que não assine seu nome no que existe, não precisamos do milagre da exceção, em que poucos recebem as bênçãos da multiplicação dos pães, da água, do vinho. Se nossa fé não move as montanhas, elas já nos dão os frutos. Se somos nutridos pela água da chuva, que também alimenta os rios, os mares e as florestas, se essa mesma água que cai do céu e para ele volta, ela também compõe nossos corpos, então nós também somos o céu.

Comecei o texto lembrando do quanto os povos indígenas são associados à infância do mundo enquanto os ditos civilizados seriam a fase adulta do humano e fico refletindo sobre o quanto esta negação da velhice é também a negação do tempo e sua passagem e transformação inexoráveis, como se fossem algo a ser combatido, escondido, do qual deveríamos nos envergonhar. Se na sociedade dominante há esta dificuldade em respeitar e admirar as gerações da infância e velhice, talvez seja porque elas nos lembrem que a condição da vida é a interdependência. Que nunca deixamos, completamente, de precisar



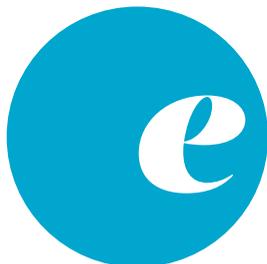
Nesse tempo, o instante e o primeiro respiro de vida valem tanto quanto o último – que também é o primeiro de outras tantas transformações, em minhocas, em ar, vento e terra, que, como lembra o parente Casé Angatu Tupinambá, não é o que temos, mas o que somos.

uns dos outros, precisamos do sol, da chuva, do abraço, do amparo. E essa interdependência não deveria ser considerada um rebaixamento da “evolução” e do “desenvolvimento” do humano. Pelo contrário, se, como ensinam nossos povos, conseguirmos olhar com mais generosidade para as interrelações entre nosso corpo e o vento, e os rios, e as montanhas, talvez nossa relação com esses seres também se torne mais harmônica.

Se assim como as plantas também temos nossas sazonalidades, lembro aqui de um tipo de vegetação, conhecido como caducifólias, plantas que, no inverno, ficam sem folha nenhuma para poupar energia e depois florescem novamente. O nome delas vem de *caduco*, que significa “cair”, deixar descer, ir. Nesse processo de deixar ir, cair, nesse processo de envelhecer, que possamos honrar não a eternidade, mas o tempo que circula de modo espiralar (POPYGUA, 2017). Nesse tempo, o instante e o primeiro respiro de vida valem tanto quanto o último – que também é o primeiro de outras tantas transformações, em minhocas, em ar, vento e terra, que, como lembra o parente Casé Angatu Tupinambá, não é o que temos, mas o que somos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Santo Tomás de. *Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino*. Tradução e introdução de Francisco Benjamin de Souza Neto. Petrópolis: Vozes, 2011.
- AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Estudos sobre o tempo: o tempo na filosofia e na história. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP). Transcrição da mesa-redonda *O tempo na filosofia e na história*, 29 mai. 1989. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/estudos-sobre-o-tempo-o-tempo-na-filosofia-e-na-historia>. Acesso em: 10 out. 2023.
- BABAU, Cacique. *O que mata nossos adversários é o sorriso*. Entrevista à plataforma Mídia Ninja, 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/news/cacique-babau-o-que-mata-nossos-adversarios-e-o-sorriso>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- GUARANI, Jerá. Tornar-se selvagem. *Piseagrama*, n. 14, p. 12-19, Belo Horizonte, jul. 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/artigos/tornar-se-selvagem/>. Acesso em: 10 out. 2023.
- MACHADO, Roberto. *Nietzsche e a verdade*. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz & Terra, 2021, p. 111, 160p.
- MUNDURUKU, Daniel. Fala pública na 63ª Feira do Livro de Porto Alegre, s/p. Daniel Munduruku: eu não sou índio, não existem índios no Brasil. *Nonada*, entrevista concedida à repórter Thais Seganfredo, 2017. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. 3 ed. São Paulo: Escala, 2009.
- PESSOA, Fernando. *Poemas de Alberto Caeiro*. 10. ed. Lisboa: Ática, 1993.
- PLATÃO. *Timeu*. Trad. Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. (Coleção Pensamento e Filosofia).
- POTY, Papá Miri. Quase não tem mais taquara no mato. Portal Pib Socioambiental. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%22Quase_n%C3%A3o_tem_mais_taquara_no_mato%22. Acesso em: 10 out. 2023.
- SANTOS, Antônio Bispo (Mestre Bispo). *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: s/e, 2015.
- SANTOS, Antônio Bispo (Mestre Bispo). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- SILVA, Vera Timoteo (Timóteo Popygua). Depoimento: Verá Tupã Popygua Timóteo da Silva. *Revista Continente*, [s. l], v. 1, n. 1, p. 1-3, abr. 2017. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/196/depoimento--vera-tupa-popygua-timoteo-da-silva>. Acesso em: 10 out. 2023.



ENTREVISTA **LECI BRANDÃO**

"A passagem do tempo na minha vida, ela é simplesmente fantástica, porque quanto mais esse tempo passa, mais coisas maravilhosas acontecem na minha caminhada"



Leci Brandão nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1944. É cantora, compositora e uma das mais importantes intérpretes de samba da música popular brasileira. Começou sua carreira musical no início da década de 1970, tornando-se a primeira mulher a participar da ala de compositores da Estação Primeira de Mangueira, no Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira, gravou 25 álbuns.



RAIO-X

Leci Brandão

Cantora e
compositora,
79 anos



Segunda deputada negra da história da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), Leci também atua com a questão das populações indígenas e quilombolas, da juventude – em especial pobre e negra – das mulheres e do segmento LGBT. Com a última reeleição, Leci se tornou a primeira mulher negra a cumprir quatro mandatos consecutivos na história da Alesp.

A artista trata de temas importantes desde o início de sua carreira, na década de 1970, quando eram considerados tabu. Atualmente, esses mesmos temas são pautas reconhecidas, como a questão LGBT e o racismo estrutural.

Leci é um exemplo de resistência. Como compositora, sofreu por ter suas letras consideradas políticas demais. Primeira cantora famosa do país a se pronunciar como lésbica, também escreveu e cantou letras que retratam o tema. Músicas como *As pessoas e eles*, do LP *Questão de Gosto*, de 1976, na qual a cantora descreve um fato real, quando presenciou uma pessoa sendo hostilizada por ser gay. Ou a música *Ombro amigo*, do LP *Coisas do meu Pessoal*, de 1977, trilha da novela *Espelho Mágico*, na qual conta a história de um amigo que dizia só poder ser ele mesmo quando estava numa boate.

Para conseguir entrar na ala de compositores da Mangueira teve de escrever uma carta de intenções e um samba de quadra.

Em 1980, sua gravadora rejeitou a canção *Zé do Carço* por ser muito política e trazer um profundo olhar crítico sobre o país por meio da história de um líder comunitário de Vila Isabel. Depois disso ficou cinco anos sem gravar.

Em 1985, lançou o álbum *Isso É Fundo de Quintal*, que trazia a música proibida e lhe devolveu a fama. Essa canção emblemática, que

trata do país de ontem e hoje, virou um hino nas rodas de samba. Já foi gravada por Art Popular, Revelação, Mariana Aydar e Seu Jorge. Em 2012, foi homenageada pelo enredo da Acadêmicos do Tatuapé, em São Paulo. Mãe, sobrinhas e irmã estavam presentes. A escola ficou em segundo lugar e subiu com o enredo.

Leci atribui aos orixás seu sucesso. Para ela é um reconhecimento espiritual. Conta que nunca deixa de lado a sua fé e seus orixás “Ogum e Iansã, dois guerreiros, estão norteando o meu caminho. Passei pela umbanda, mas quando conheci Caboclo Rei das Ervas, casa de candomblé em São Gonçalo, foi que as coisas realmente se abriram para mim”, revela.

Prestes a completar 80 anos em 2024, ela conta na entrevista como enxerga o próprio envelhecimento e qual é a visão das religiões de matriz africana sobre o tema.

MAIS 60 A senhora se lembra das pessoas mais velhas da sua família?

LECI BRANDÃO A minha avó por parte de mãe, essa avó eu conheci, e as pessoas que conhecíamos por parte de vizinhos meus, pessoas ligadas a batizados de primos, sobrinhos, sempre pessoas mais idosas estavam presentes nesses momentos e eu consigo lembrar bem dessas pessoas.

MAIS 60 Como o samba entrou em sua vida?

LECI BRANDÃO O samba está na minha vida desde que eu estava para nascer, porque minha mãe saía na Mangueira, e eu nem sonhava em nascer. Minha avó desfilou na Mangueira e minha madrinha de batismo morava no Morro da Mangueira. A Mangueira na minha casa sempre foi uma coisa muito natural.



O samba está na minha vida desde que eu estava para nascer, porque minha mãe saía na Mangueira e eu nem sonhava em nascer.

MAIS 60 A que a senhora atribui os seus pioneirismos, ou seja, ser a primeira mulher a compor na ala de compositores da Mangueira e a segunda mulher negra da Alesp?

LECI BRANDÃO Atribuo aos orixás. Eu acho que a coisa dos orixás é uma missão que eu tenho que cumprir aqui na terra e fico muito feliz com isso.

MAIS 60 Como mulher negra a senhora sempre conviveu com o preconceito, não é? Há também no seu dia a dia o etarismo, que é o preconceito contra quem envelhece?

LECI BRANDÃO Olha, eu acho que isso até é normal na sociedade brasileira, porque as pessoas acham que não vão envelhecer, que está tudo ultrapassado, não querem ouvir os mais velhos, acham que tudo é bobagem, que tudo é exagero, mas eles têm uma coisa muito importante, que é a sabedoria e o cuidado com aquele que é mais novo.

MAIS 60 Como a senhora vê a situação das pessoas idosas no Brasil?

LECI BRANDÃO Olha, atualmente eu vejo de uma forma mais positiva, porque a medicina começou a ter mais entendimento da saúde dos mais idosos. Cientistas começaram a procurar formas, não só de remédios, mas também com a questão da fisioterapia, de exercícios, alimentação, olhar com mais atenção para essa classe aí que as pessoas achavam que era inútil, que não servia para mais nada, muito pelo contrário, os idosos estão respondendo de forma afirmativa que são fortes e conseguem fazer muitas coisas.



MAIS 60 A senhora promove o respeito às religiões de matriz africana, como essas culturas enxergam o envelhecimento, a velhice?

LECI BRANDÃO Eles enxergam com muita positividade. Até porque as pessoas mais velhas têm vasta experiência no sentido de, por exemplo, respeitar a ancestralidade. Eu gosto muito de conversar com os mais velhos nesse aspecto, porque eles ensinam a grande sabedoria, as grandes alimentações, o que essa gente da ancestralidade traz é muito boa, muito útil, muito válida, sabe, até no panteão dos orixás você tem os orixás mais velhos, né? Aqueles que as pessoas têm que respeitar mais.

MAIS 60 Em relação às pessoas LGBTQIA+, quais seriam os maiores desafios para essas populações na velhice?

LECI BRANDÃO Eu acredito que deveria haver realmente a mudança, o entendimento da sociedade para que essas pessoas não sofram tanto porque, na maioria dos casos, as pessoas LGBTQs ficam muito sós e muitas são abandonadas pela família, porque a sociedade brasileira, ela é muito preconceituosa e ela não aceita, ela acha que é uma coisa errada, que é uma coisa absurda.

MAIS 60 Como a senhora sente a passagem do tempo na sua vida?

LECI BRANDÃO A passagem do tempo na minha vida é simplesmente fantástica, porque quanto mais esse tempo passa, mais coisas maravilhosas acontecem na minha caminhada. Eu tenho tido muitas surpresas, surpresas boas em relação à minha vida, sabe, à minha criação artística, à minha participação intensa nas questões políticas, enfim, eu estou sempre procurando me atualizar e estou sempre aí firme e forte, mas não me acho, assim, a maior ou melhor pessoa do mundo. Eu acho que estou vivendo do jeito que deus comanda a minha caminhada.

MAIS 60 A senhora daria algum conselho ou recomendação para alguém que está envelhecendo?

LECI BRANDÃO Eu acho que as pessoas têm que se cuidar. É muito importante, porque a velhice causa muitos problemas de saúde. Então a gente tem que entender que é preciso descansar mais, é preciso continuar buscando oportunidade de trabalhar, fazer alguma coisa, ocupar a mente, ocupar o espaço com coisas válidas, ter muito cuidado com a saúde, não fumando, não bebendo demais, não fazendo coisas que vão, com certeza, prejudicar a continuidade da sua saúde e da sua força.



Eu estou sempre procurando me atualizar e estou sempre aí firme e forte, mas não me acho, assim, a maior ou melhor pessoa do mundo.



FOTOGRAFIA

Experiências Vividas

/por Helen Salomão

RAIO-X

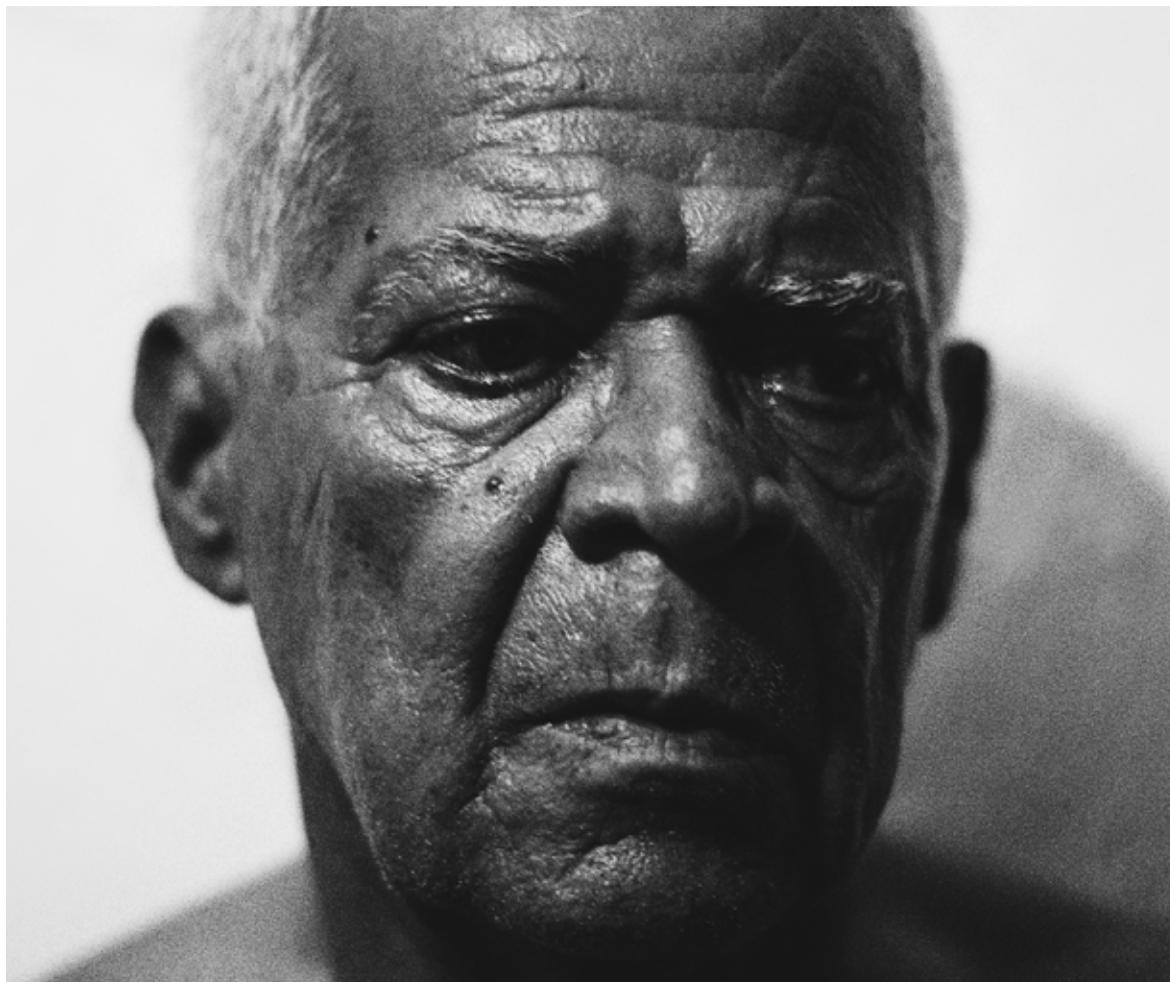
Helen Salomão

Helen é fotógrafa (documental e retratista)
e poetisa.

Seu e-mail é contatohelensalomao@gmail.com







Quando estou fotografando pessoas, sempre busco fazer imagens que mostrem a pele, principalmente as peles envelhecidas.

A pele mostra muitas experiências vividas. A gente vê a ação do tempo e é uma parte muito importante da identidade de uma pessoa.

Helen Salomão







**PAINEL DE EXPERIÊNCIAS**

As Pedras no Caminho

Lília Sampaio de Souza Pinto é viúva, tem 4 filhos, 10 netos e 11 bisnetos. Completou 100 anos e foi professora concursada de ensino primário, secundário e superior, aposentando-se pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Realiza dois trabalhos voluntários: é conselheira no Conselho Municipal do Idoso e colaboradora no Grupo de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Santos). Sempre praticou esportes e utilizou o espaço social do Sesc.

/ **por Lília Sampaio de Souza Pinto**



Toda definição contém um longa descrição.

Eu prefiro apenas dizer que a razão da existência do Serviço Social do Comércio (Sesc) em nosso país é melhorar as condições de vida do homem que trabalha nas áreas do comércio e serviços da sociedade. Diferentemente de outras organizações sociais cujo objetivo é o produto, no Sesc é o homem que produz. Por essa razão sua organização é rica e abrangente em termos de recursos humanos.



A administração nacional do Sesc cabe ao seu Conselho Nacional, formado por representantes dos Conselho Regionais do Sesc, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e de seis representantes dos trabalhadores indicados pelas centrais sindicais.

Sua finalidade mais abrangente é melhorar as condições de vida dos trabalhadores e suas famílias, assim como das comunidades onde vivem.

O Sesc foi criado na cidade de São Paulo em 13 de setembro de 1946. Eu estava com 23 anos e foi o ano em que me casei.

Morava em São Paulo e com 40 anos fiz meu primeiro contato com o Sesc Pompeia, inaugurado em 1982. Um mundo novo se abriu para mim. Fiquei maravilhada! Após criar quatro filhos e terminar um curso superior de pedagogia, encontrei uma porta aberta para pensar, não somente na família mas também em mim própria.

Com o Sesc comecei a enxergar um mundo maior e mais rico em atividades e conhecimentos.

Quando nos mudamos para o bairro de Pinheiros conheci o Sesc Pinheiros. Vi que as duas unidades eram semelhantes em sua organização e princípios mas não iguais em suas respostas sociais.

Cada comunidade apresenta características próprias em termos de interesses, necessidades, maturidade intelectual e física. Assim, os programas em cada unidade do Sesc abrem um leque de atividades orientadas por faixas etárias, interesses e capacidades individuais. Com a ajuda do Sesc reorganizei minha vida e elaborei meus planos para o Hoje tendo em vista a importância do preparo para o Amanhã.

No ano 2000 eu e meu marido, já aposentados, nos mudamos para Santos, cidade onde ele sempre pensou em morar. Eu passei mal durante um ano por causa da altitude e pressão até que, de repente, descobrimos o Sesc Santos. Foi uma sensação muito boa, como se eu tivesse encontrado meu ninho de roupa nova, iluminado por



mil atividades com a alegria de crianças, jovens, adultos e pessoas idosas.

Logo observei que na cidade de Santos havia uma vida turística intermitente e outra estável e permanente. Percebi a importância dos cuidados com as pessoas que chegavam para morar, de início como estranhos num ninho onde todos eram amigos e participavam de uma vida em comum.

Poucos anos depois, duas de minhas filhas com suas famílias se mudaram para cá em busca da calma e beleza das praias e da área continental, tão diferentes, embora tão perto da louca São Paulo!

Somente uma vez em minha vida santista senti uma tristeza profunda. Foi no ano de 2006, quando meu marido faleceu. Mais uma vez foi no Sesc que encontrei acolhida e afeto.

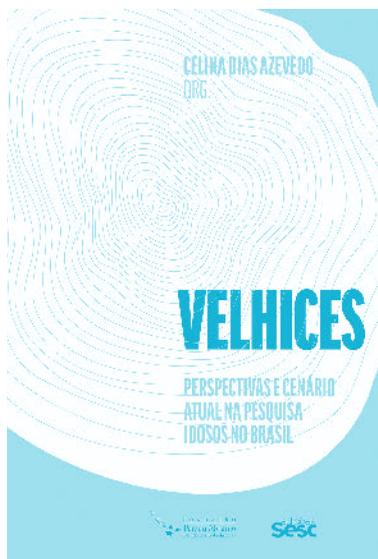
Sou muito grata pelos cinco anos de nossa vida com amigos, atividades físicas e culturais, passeios e viagens inesquecíveis. Nessa época, revi as etapas de minha vida e refleti sobre todos os momentos felizes em que o Sesc foi meu segundo lar, onde encontrei num mesmo mundo saúde, cultura e lazer, onde até hoje sempre tive oportunidades para aprender e motivação para viver. Onde comunguei com valores como a igualdade e a fraternidade, onde vivenciei princípios tais como conviver sem preconceitos e sem discriminação de etnia e religião, dentre outras, respeitando os direitos de cada faixa etária!

Nesse mundo sempre fui respeitada, elogiada e, sem dúvida, desafiada até meus limites!

Para concluir, este é um testemunho de quem até hoje convive com o Sesc Santos, visto pelo olhar de uma pessoa de cem anos.



RESENHA/LIVRO



Velhices: Perspectivas e Cenário Atual na Pesquisa Idosos no Brasil

/ por Celina Dias Azevedo

RAIO-X

Celina Dias Azevedo

Doutora em ciências sociais e mestra em gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Especialista em gestão de programas intergeracionais pela Universidade de Granada (Espanha) e em gerontologia social pelo Instituto Sedes Sapientiae (SP). Editora da revista Longeviver e colaboradora do Portal do Envelhecimento.
celinazevedo@gmail.com



Presente a diversidade regional, étnica e de gênero entre pesquisadoras(es) convidadas(os), legitima uma investigação que tem como cenário o Brasil atual e sua diversidade.

O Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc/SP) e a Fundação Perseu Abramo (FPA), no ano de 2020, retomaram parceria para a realização de segunda edição da pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. Com a intenção de disseminar amplamente seus resultados, construir diálogos e, sobretudo, trazer a leitura dos dados a público, organizou-se a coletânea *Velhices: perspectivas e cenário atual na Pesquisa Idosos no Brasil*.

Os textos que compõem a publicação não se limitam a reproduzir os dados encontrados nas duas edições da *Pesquisa Idosos no Brasil* (2006 e 2020) mas, sim, ampliam sua leitura e oferecem oportunidade para o exercício de um olhar crítico sobre o cenário descortinado e possível de ser explorado.

Presente a diversidade regional, étnica e de gênero entre pesquisadoras(es) convidadas(os), legitima uma investigação que tem como cenário o Brasil atual e sua diversidade. Ainda, o entrelaçamento de campos tais como serviço social, antropologia, filosofia, psicologia, história, educação física, oferece à(ao) leitora(or) distintas visões dos dados da investigação.

A pesquisa é uma atividade que, orientada para responder a inquietações diante de um determinado contexto, conduz a elaboração de um novo conhecimento que auxilia na sua compreensão. A coletânea *Velhices: perspectivas e*

cenário atual na Pesquisa Idosos no Brasil organiza-se a partir de alguns questionamentos:

- De que forma as estruturas familiares são determinantes para o acolhimento, o cuidado e a inserção das pessoas idosas na constituição familiar?
- A ideia de que o trabalho tem sido um valor a ser preservado mesmo na velhice é uma visão neoliberal do mundo que deve ser revista?
- O racismo estrutural manifesta-se em situações sistemáticas de desvantagens para pessoas idosas pretas, que dados traduzem essas condições?
- E a saúde da pessoa idosa no Brasil, seu acesso a cuidados, a um atendimento digno?
- Que elementos presentes historicamente na opressão à mulher são determinantes no processo de envelhecimento e acabam por acarretar uma velhice feminina marcada pela pauperização, a responsabilidade pelo cuidado com os outros, a solidão, a vitimização pela violência? Como o cruzamento mulher+velha+preta repercute no processo de envelhecimento?
- Para além da educação formal, que outros interesses e demandas de saberes de velhas e velhos são revelados?
- Como as evidências e os mecanismos de produção das relações sociais oprimem e/ou atuam na coerção da sexualidade do ser que envelhece e como descolonizar os corações envelhecidos para viver o amor com liberdade?

- Qual a perspectiva da morte que nos auxilie na sua compreensão e que indique caminhos para aprender a conviver melhor com nossa própria finitude?
- Quais as demandas da população acima de 60 anos e os desafios colocados à sociedade deste século XXI para a garantia de seus direitos?
- Sobre os hábitos e práticas culturais, como garantir o exercício do direito fundamental do lazer em si?
- O imaginário coloca as Instituições de Longa Permanência (ILPI) como local de tristeza e abandono. Quais alternativas apresentam-se a esse cenário no acolhimento das pessoas idosas?

A covid-19 não foi abordada na segunda edição da pesquisa *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*, no entanto, o tema está presente na publicação em reflexões acerca desse marco na história da humanidade e, especialmente, em análise acerca da repercussão sobre a vida das pessoas idosas no país.

Temos em mãos uma obra composta de textos completos em si, mas complementares, que dialogam fundando uma unidade, que nos coloca diante da questão da velhice e do envelhecimento em um cenário contemporâneo. Agambem¹ nos lembra de que “contemporâneo é aquele que recebe em pleno rosto o facho de trevas que provém do seu tempo”, no entanto, perceber o escuro não basta, é preciso interrogá-lo! É preciso visualizar o que está para além do que podemos enxergar. *Velhices: perspectivas e cenário atual na Pesquisa Idosos no Brasil* apresenta olhares múltiplos e diversos que cortam caminhos e apontam para possíveis direções.

1 AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo? O que é contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009, p. 64.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

REVISTA MAIS 60: ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

A revista *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento* é uma publicação multidisciplinar, editada desde 1988 pelo Sesc São Paulo, de periodicidade quadrimestral e dirigida a estudantes, especialistas e interessados na área do envelhecimento. Tem como propósito estimular a reflexão e a produção intelectual no campo da gerontologia e das áreas em que o envelhecimento e a longevidade são objetos de estudo. Seu objetivo é publicar artigos de divulgação técnicos e científicos que abordem os diversos aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico etc.) e do processo de envelhecimento.

NORMAS GERAIS

Os artigos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, caso contrário, não serão encaminhados para a comissão editorial.

- Os artigos devem ser enviados para o endereço eletrônico: revistamais60@sescsp.org.br.
- Os artigos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação que serão apresentadas a seguir. Quando o artigo já tiver sido publicado deve-se, obrigatoriamente, informar em nota à parte sob qual forma, onde e em qual data foi publicado (revista, palestra, comunicação em congresso etc.).
- Ao(s) autor(es) será(ão) solicitada a Cessão de Direitos Autorais – conforme modelo Sesc São Paulo – quando da aceitação de seu artigo. Os direitos de reprodução (copyright) serão de propriedade do Sesc São Paulo, podendo ser reproduzido novamente em outras publicações técnicas assim como no Portal Sesc São Paulo (sescsp.org.br), aplicativo e redes sociais desta instituição.
- Os dados, bem como as interpretações dos resultados emitidos no artigo são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da comissão editorial da revista.
- Todos os artigos enviados que estiverem de acordo com as normas serão analisados pela comissão editorial, que opinará sobre a pertinência ou não de sua publicação. No caso de o artigo ser aceito o(s) autor(es) correspondente(s) será(ão) contatado(s) por e-mail e terá(ão) direito a receber 1 (um) exemplar da edição em que seu artigo foi publicado.
- Os artigos devem apresentar uma breve nota biográfica do(s) autor(es) contendo: nome(s); endereço completo; endereço eletrônico, telefone para contato; se for o caso, indicação da instituição principal à qual se vincula (ensino e/ou pesquisa) e cargo ou função que nela exerce.
- Os trabalhos aceitos serão enviados à revisão editorial e apenas modificações substanciais serão submetidas ao(s) autor(es) antes da publicação.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

- Os **artigos** devem ser apresentados em extensão .doc ou .docx e devem conter entre 20.000 e 32.000 caracteres, sem espaço, no total. Isto é, incluindo resumo, *abstract* e referências bibliográficas.
- **Categorias de artigos:** resultados de pesquisa (empírica ou teórica), relatos de experiência e revisão de literatura.

- O **resumo** deve ser estruturado e conter, nesta ordem: introdução, materiais e métodos, resultados e conclusão. Deve conter cerca de 200 palavras e vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho, as palavras-chave.
- O **abstract** deve conter cerca de 200 palavras, seguir a mesma ordem do resumo em português e vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho, as *keywords*.
- O **artigo** deve conter: introdução; hipótese (opcional); materiais e métodos; resultados; discussão; e conclusão ou considerações finais.
- As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**.
- A quantidade máxima é de 30 (trinta) referências bibliográficas por trabalho. Revisões de literatura poderão conter mais referências. A autenticidade das referências bibliográficas é de responsabilidade única e exclusiva dos autores.
- **Gráficos e figuras** devem ser utilizados quando houver necessidade para entendimento do texto. Constar sob a denominação “Figura” ou “Gráfico” e possuir boa qualidade técnica e artística. Devem ser enviados separadamente e ter resolução mínima de 300 dpi, tamanho mínimo de 10cm x 15cm, no formato JPG ou PDF. As imagens devem ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor. Em hipótese alguma devem ser incorporadas no próprio texto do artigo. Os gráficos devem ser enviados separadamente no formato XLS/XLSX (Microsoft Office Excel) ou PDF.
- **Tabelas ou quadros:** devem ser autoexplicativos, constar sob as denominações “Tabela” ou “Quadro” no arquivo eletrônico e ser numerados. A legenda deve acompanhar a tabela ou o quadro e ser posicionada abaixo deles. Siglas ou sinais apresentados devem estar traduzidos em nota colocada abaixo do corpo da tabela/quadro ou em sua legenda. Devem ser citados no corpo do texto, na ordem de sua numeração.
- **Fotos:** no caso de utilização de fotos (necessariamente em alta resolução, mínimo de 300 dpi), elas devem vir acompanhadas de autorização de veiculação de imagem do fotografado e com crédito e autorização de publicação do fotógrafo (segundo o modelo do Sesc São Paulo). Só devem ser utilizadas quando houver necessidade para entendimento do texto.
- **A quantidade de imagens**, tabelas e quadros deve ser limitada em 4 tabelas ou quadros e 2 imagens por artigo.
- **Citações de referências bibliográficas:** no texto incluir autor, data e página (quando necessário). Ex: Segundo Silva (2019). Se a citação for entre parênteses: (SILVA, 2019). Neste último caso utilizar a fonte Arial número 10.
- As **referências** devem ser organizadas em ordem alfabética, pelo sobrenome do autor. Devem aparecer alinhadas à margem esquerda e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si com espaço de 1,5.
- **Materiais extras** do artigo podem ser aceitos para a inclusão no aplicativo do Sesc São Paulo, onde a revista também está inserida. Estão incluídos fotos e vídeos em boa resolução e com as devidas autorizações de uso de imagem. Formato das imagens: JPEG, PNG, PDF e TIFF. Vídeos: MPEG4, MP4 e MOV. Áudios: MP3. Também são passíveis de aceitação conteúdos incorporados do YouTube, desde que haja autorização do responsável da conta para sua divulgação. Em caso de dúvida, entre em contato pelo e-mail: revistamais60@sescsp.org.br.



O Sesc – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio, serviços e turismo, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O Sesc de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o Sesc São Paulo conta com uma rede de 40 unidades, disseminadas pela capital, grande São Paulo, litoral e interior do estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia e cinema.

CONSELHO REGIONAL DO SESC – 2022-2026

Presidente Abram Szajman

Diretor do Departamento Regional Luiz Deoclecio Massaro Galina

Membros Efetivos Arnaldo Odlevati Junior, Benedito Toso de Arruda, Dan Guinsburg, Jair Francisco Mafra, José de Sousa Lima, José Maria de Faria, José Roberto Pena, Manuel Henrique Farias Ramos, Marcus Alves de Mello, Milton Zamora, Paulo Cesar Garcia Lopes, Paulo João de Oliveira Alonso, Paulo Roberto Gullo, Rafik Hussein Saab, Reinaldo Pedro Correa, Rosana Aparecida da Silva, Valterli Martinez, Vanderlei Barbosa dos Santos

Membros Suplentes Aguinaldo Rodrigues da Silva, Aldo Minchillo, Antonio Cozzi Junior, Antonio Di Girolamo, Antonio Fojo Costa, Antonio Geraldo Giannini, Célio Simões Cerri, Cláudio Barnabé Cajado, Costabile Matarazzo Junior, Edison Severo Maltoni, Marco Antonio Melchior, Omar Abdul Assaf, Sérgio Vanderlei da Silva, Vilter Croqui Marcondes, Vitor Fernandes, William Pedro Luz

REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL JUNTO AO CONSELHO NACIONAL

Membros Efetivos Abram Szajman, Ivo Dall’Acqua Júnior, Rubens Torres Medrano

Membros Suplentes Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, Marcelo Braga, Vicente Amato Sobrinho

NESTA EDIÇÃO:

O artigo principal *A História da Velhice no Brasil: 60 Anos de Mudanças, Conquistas e Desafios* apresenta fatos das últimas seis décadas que impactaram o envelhecimento da população brasileira e convida ao combate ao idadismo estrutural e ampliação das possibilidades para um envelhecimento saudável, ativo e inclusivo.

O Envelhecimento Populacional É um dos Principais Desafios da América Latina e do Caribe expõe um breve panorama sobre o envelhecimento populacional da América Latina e do Caribe a partir de uma perspectiva gerontológica, elaborado por 11 pesquisadores, membros da Red Latinoamericana Interdisciplinaria de Psicogerontología - Redip, especialmente da Argentina, do Brasil, de Cuba, do Equador, do México, do Uruguai e da Venezuela.

Artigos que também compõem esta edição:

Envelhecimento e Desigualdades Raciais traz uma síntese dos resultados do estudo Envelhecimento e Desigualdades Racial, produzido pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) com financiamento do Itaú Viver Mais.

Direitos Humanos, Políticas Públicas e Envelhecimento tem por objetivo refletir sobre a questão do envelhecimento na ótica dos direitos humanos, considerando as normativas brasileiras e indicações internacionais.

A Construção do Trabalho Social com Pessoas Idosas do Sesc São Paulo – Conexões entre Passado, Presente e Futuro apresenta o programa Trabalho Social com Pessoas Idosas (TSI), uma ação socioeducativa criada em 1963 e dedicada à valorização da pessoa idosa. O programa completou 60 anos em 2023, nasceu em São Paulo e se expandiu para o Brasil.

Da Celebração do Tempo traz uma reflexão de como os povos indígenas enxergam o tempo e o envelhecimento e como as monoculturas afetam sua vida e existência, bem como a transmissão do saber pelos mais velhos.

sescsp.org.br



Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo disponíveis em



FSC